

LEANDRO MARTINS FONTOURA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. T. da Silveira

CURITIBA
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - UFPR

**ANÁLISE COMPARATIVA DA TERRITORIALIDADE DO
TURISMO NOS PARQUES ESTADUAIS DE
IBITIPOCA - MG E VILA VELHA – PR**

Leandro Martins Fontoura

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

CURITIBA
Março de 2008

Dedico integralmente este trabalho para minha mãe Eni Martins da Silva (*in memoriam*) e ao meu pai, Jader Fontoura da Silva, pelo apoio incondicional de ambos nesta etapa da minha vida.

Agradecimentos:

Pela orientação criteriosa, competente e dedicada, agradeço ao professor e amigo Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira;

À todos os professores do Departamento de Geografia, especialmente aos Profs. Gândara e Francisco, pelas conversas, conselhos e pela amizade;

Ao Zem, pela disposição e ajuda inestimáveis na secretaria do Mestrado e Doutorado;

Aos secretários das Prefeituras de Lima Duarte (Carlos Oliveira) e Ponta Grossa (Márcia Dropa) e aos gerentes do IEF (João Carlos) e IAP (Maria Ângela) que proporcionaram as informações necessárias para a realização desta pesquisa;

À Raquel pelo constante apoio, dedicação e amor!

Aos meus irmãos Ender e Laís pelo incentivo;

Aos amigos Jaca, Izabel, Mauro e Cleverson, que se tornaram minha família em Curitiba;

Aos velhos amigos de Ibitipoca e Juiz de Fora, especialmente à Cleusa, Fatinha, Cézar e Reinaldo (Yoda), pela ajuda e hospedagem nos dias de pesquisa de campo;

Aos novos amigos paranaenses do mestrado, fundamentais neste processo;

Aos eternos professores, orientadores e amigos: Vicente Paulo, Zé Humberto e Cézar Rocha, que contribuíram e acompanharam o desenrolar desta etapa da vida;

Aos especiais amigos Marciel, Camila e Lize pela paciência e auxílio na elaboração dos mapas e do tratamento estatístico;

Aos professores e alunos do Isulpar por proporcionarem novos pontos de vista acerca da pesquisa;

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente na realização deste trabalho:

AGRADEÇO!

“Não importa o resultado, vitória ou derrota são conseqüências. O importante é a consciência de ter dado os seus 100%”.

Eni Martins da Silva

Sumário

Sumário	v
Lista de Ilustrações	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 O Conceito de Território.....	4
2.2 Turismo e o Enfoque Geográfico.....	6
2.3 Espaço, Território e Turismo	10
2.4 Planejamento Territorial do Turismo:	14
2.5 Planejamento e manejo conservacionista em Áreas Protegidas	19
2.5.1 Planejamento do Turismo em áreas naturais protegidas	25
2.6 Ecoturismo e sustentabilidade	32
3. ÁREA DE ESTUDO:	42
3.1 O Parque Estadual do Ibitipoca – MG.....	43
3.1.1 Caracterização Física e Ambiental	43
3.1.2 Antecedentes Históricos e uso público do Parque	47
3.2 Parque Estadual de Vila Velha	54
3.2.1 Caracterização Física e Ambiental	54
3.2.2 Antecedentes Históricos e a Realidade do Parque	61
4. METODOLOGIA	65
4.1 Análise Estratégica.....	67
5. RESULTADOS	72
5.1 Resultados das Entrevistas com os Gestores	73
5.2. Resultado das Tabulações das Entrevistas com Turistas.....	95
5.2.1 Tabulação dos Dados Coletados	98
5.2.2 Análise Sintética das Entrevistas com Turistas	124
6. CONCLUSÕES.....	134
7. REFERÊNCIAS.....	140
8. APÊNDICES	146

Lista de Ilustrações

Figura 1.: Relação entre o número de visitantes e o capital ambiental	29
Figura 2.: Modelo de ciclo de vida dos destinos turísticos segundo Butler (1980)	30
Figura 3.: Ciclo de Causalidade	40
Figura 4.: Limites do Parque, do entorno e áreas de agricultura	56
Figura 5.: Bloco diagrama das furnas do PEVV	60
Figura 6.: Metodologia DAFO	67
Figura 7.: Metodologia de pesquisa	68
Mapa 1.: Localização do Parque Estadual do Ibitipoca, MG	45
Mapa 2.: Localização do Parque Estadual de Vila Velha, PR	56
Fotos 01 à 06 (Parque Estadual de Ibitipoca – MG)	52
Foto 07.: Arenito Vila Velha (Bota)	59
Fotos 08 À 13.: (Parque Estadual de Vila Velha – PR)	63
Foto 14: árvores nas trilhas de Ibitipoca	97
Foto 15: árvores nas trilhas de Vila Velha	97
Foto 16: Vegetação de Ibitipoca	99
Foto 17: Vegetação de Vila Velha	99
Foto 18: Erosão das trilhas de Ibitipoca	102
Foto 19: Alicerce das trilhas de Vila Velha	102
Foto 20: Acessos de Ibitipoca	104
Foto21: Acessos de Vila Velha	104
Foto 21: Lixeiras em Ibitipoca	106
Foto 22: disposição de lixeiras em Vila Velha	106
Foto 23: Encontro de grupos em Ibitipoca	107
Foto 24: Condução de grupo em Vila Velha	107
Foto 25: Grupos nos parques de Ibitipoca	109
Foto 26: Orientações de guia em Vila Velha	109
Foto 27: Atrativo de Ibitipoca	111
Foto 28: Atrativo de Vila Velha	111
Foto 29: Alterações na paisagem de Ibitipoca	114

Foto 30: Alterações na paisagem de Vila Velha	114
Foto 31: Condições das trilhas de Ibitipoca	116
Foto 32: Condições das trilhas em Vila Velha	116
Foto 33: Infra-estrutura de Ibitipoca	119
Foto34: Infra-estrutura de Vila Velha	119
Foto 35: Aspectos de segurança de Ibitipoca	121
Foto 36: Aspectos de segurança de Vila Velha	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.: Categorias de unidades de conservação	22
Tabela 2.: Atividades realizadas em parques	24
Tabela 3.: Respostas das questões formuladas nas entrevistas	90

Resumo

O presente estudo constitui uma análise comparativa de espaços utilizados pelo turismo em áreas naturais protegidas, tendo como objeto de estudo os parques estaduais de Ibitipoca (MG) e Vila Velha (PR). Dentre as características apresentadas por estas duas áreas destacam-se as particularidades físico-geográficas e a exploração do turismo. Outro aspecto, é que ambos estão em processo de adequações no que se refere ao seu uso turístico. Neste estudo objetivou-se discutir a interferência nos modos de gestão e ordenamento territorial dos parques, fundamentando-se numa abordagem conceitual que procura as interações entre território, turismo, planejamento ambiental, áreas protegidas e ecoturismo. Com a expansão do turismo e sua crescente diversificação no cenário mundial, surgem propostas que podem promover a conservação ambiental, entre elas o ecoturismo. Entretanto, para que isso aconteça, a atividade deve ser realizada com compromisso mútuo de respeito e responsabilidade com a natureza. Acredita-se que a inserção do ecoturismo no contexto de parques e outras unidades de conservação tenha delineado novos modelos territoriais. Este processo ocorreu através da apropriação de recursos naturais ou culturais, sendo o turismo a forma de consumo e vetor deste movimento, assim, os impactos figuram como uma consequência inevitável deste novo relacionamento. Portanto, são fundamentais ações de planejamento no sentido de mitigar os impactos negativos e promover os impactos positivos, aliando instrumentos que conciliem a conservação ambiental, o turismo e os anseios da comunidade. Neste sentido, buscou-se por meio de metodologias qualitativas e quantitativas a obtenção de indicadores que apontem as formas de interação entre turismo, ordenamento territorial e conservação ambiental dentro das unidades de conservação estudadas, proporcionando a elaboração de um diagnóstico centralizado nos pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades. Com base nestes diagnósticos é possível uma intervenção direcionada nas formas de planejamento do turismo em ambientes naturais protegidos. Ulteriormente o trabalho propõe temáticas de pesquisas correlatas e apresenta um panorama de similaridades e assimetrias entre os objetos de estudo.

Palavras-chave: Ecoturismo, Planejamento Territorial, Unidades de Conservação, Ibitipoca, Vila Velha.

Abstract

This study is a comparative analysis of spaces used by tourism in protected natural areas, the object of study were the state parks Ibitipoca (MG) and Vila Velha (PR). Among the characteristics presented by these two areas it is the particular physical-geographical and exploitation of tourism. Another aspect is that both are in process of adequacy in relation to their use in tourism. In this study it was aimed to discuss the methods of interference in management and planning of parks, basing themselves in a conceptual approach that seeks the interactions between territory, tourism, environmental planning, protected areas and ecotourism. The expansion of tourism and its increasing diversification on the world stage, proposals which may promote environmental conservation, including ecotourism. However, for that happens, the activity should be performed with mutual commitment of respect and responsibility to the nature. It is believed that the inclusion of ecotourism in the context of parks and other units of conservation has outlined new territorial models. This process occurred through the ownership of natural or cultural resources, and the tourism consumption being the form of this movement. Thus, the impacts appear as an inevitable consequence of this new relationship and planning actions are important to mitigate the negative impacts and promote the positive impacts, combining tools that reconcile the environmental conservation, tourism and the desires of the community. In this way, through qualitative and quantitative methodologies obtains indicators pointing ways of interaction between tourism, land use and environmental conservation within the units of conservation studied, providing the preparation of a diagnosis focused on strengths and weaknesses, threats and opportunities. Based on this diagnosis is possible a targeted intervention in planning of tourism in protected natural environments. Subsequently, the work suggests related searches and presents an overview of similarities and asymmetries between the objects of study.

Key words: Ecotourism, Environmental Planning, Territory, Ibitipoca, Vila Velha.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho propõe a análise territorial de espaços utilizados pelo turismo, apresentando e discutindo paralelamente os impactos ambientais percebidos em unidades de conservação que tenham fluxo turístico.

A partir do conceito de território, suas origens e aplicações, buscou-se um relacionamento com as atividades turísticas praticadas em unidades de conservação, e para tanto, fez-se necessária a abordagem espacial e territorial do turismo.

Complementando o arcabouço teórico, salientou-se a necessidade do planejamento territorial do turismo e do planejamento ambiental de áreas naturais protegidas, inserindo os conceitos de ecoturismo e suas formas de aplicação no sentido de alcançar a sustentabilidade das atividades turísticas praticadas em ambientes protegidos.

Alguns pontos receberam enfática atenção da pesquisa, sendo algumas questões balizadoras do processo de análise. Entre elas, destacam-se: criam-se novos modelos territoriais a partir da perspectiva dos parques? O turismo funciona nestes locais como forma de consumo do meio ambiente? Quais são as ações de planejamento que podem evitar impactos negativos nos parques? Como é a interação dos parques com a comunidade onde ele está inserido? Existe uma tendência de balanceamento dos parques ou unidades de mesma categoria? Qual a influência da gestão e ordenamento do território nos objetos analisados? As interferências na paisagem realizadas em nome do turismo são positivas? Até que ponto? O que os parques trazem ou podem trazer de retorno à comunidade que os abriga? Quais são os projetos implantados? Existe uma tendência de comportamento comum dos turistas em parques?

Com o intuito de responder estas questões, fixou-se como objetivo principal discutir, a partir da perspectiva de implantação dos planos de manejo, a interferência nos modos de gestão e ordenamento territorial dos parques. Para concretizar esta análise foi realizado um estudo comparativo entre as realidades encontradas nos Parques Estaduais de Vila Velha (PR) e Ibitipoca (MG).

Decompondo o objetivo de caráter geral, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos:

- Aprofundar as discussões teórico-metodológicas de análise territorial de ambientes protegidos com influência turística;
- Identificar as formas pelas quais o ecoturismo e a sustentabilidade vêm sendo incorporados na prática do turismo em unidades de conservação;
- Contextualizar a evolução e realidade do turismo praticado nos objetos analisados;
- Discutir através de análise qualitativa os aspectos positivos e negativos do turismo em parques, relacionando-os à implantação de planos de manejo nas unidades de conservação;
- Discutir a percepção dos turistas em áreas naturais protegidas no que tange aos impactos ambientais provenientes do fluxo de visitantes;
- Relacionar os dados e apresentar diagnóstico de análise estratégica dos parques através da metodologia DAFO;
- Contribuir para discussões sobre planejamento e impactos do turismo em Parques Estaduais e outras unidades de conservação.

Para concretizar esta finalidade propõe-se o método de análise territorial do turismo adaptado para o estudo de unidades de conservação.

Analisando-se os modos de gestão e impactos ambientais provenientes do turismo, a estrutura mais adequada foi a realização do método de amostragem crítica, utilizando-se de entrevistas com informantes qualificados. Essa metodologia pode informar de maneira fidedigna quais são as ferramentas utilizadas na gestão do turismo em unidades de conservação.

O segundo aspecto metodológico aborda a seleção e procedimentos para coleta de dados de campo, no que concerne aos impactos ambientais registrados em função da utilização ostensiva do turismo nas unidades de conservação estudadas. Para isso foram elaborados questionários quantitativos para aplicação com os turistas, para capturar sua percepção no que tange aos impactos ambientais.

Feita a correlação dos dados por meio de técnicas estatísticas e a elaboração da análise comparativa entre os parques, foi possível estabelecer diretrizes para a abordagem a nível estratégico dentro das unidades. A intenção da pesquisa é diagnosticar as deficiências, ameaças, pontos fortes e oportunidades das unidades de conservação, de modo a subsidiar o planejamento territorial do local, especialmente no que tange ao ordenamento turístico de parques e outras unidades de conservação.

Para estabelecer a estruturação necessária, discute-se o tema do trabalho ao longo de cinco capítulos. Além desta introdução, o capítulo inicial resgata o aporte teórico que balizou esta pesquisa, assim, foram abordados os conceitos de território e seu relacionamento com o turismo, abrindo espaço para discussões acerca das inferências espaciais presentes.

Discute-se também a necessidade de planejamento territorial do turismo, principalmente quando este é realizado em áreas naturais protegidas. Seguindo esta temática, apresenta-se os conceitos de ecoturismo e sustentabilidade, no intuito de contextualizar os temas com os objetos analisados.

O terceiro capítulo apresenta as áreas de estudo, com um levantamento dos aspectos físicos, ambientais e ecológicos dos parques de Ibitipoca e Vila Velha. São abordados ainda os antecedentes históricos que corroboram a realidade atual dos parques.

O quarto capítulo expõe as metodologias utilizadas na pesquisa, destacando-se os aspectos qualitativo das entrevistas com os gestores das unidades de conservação e dos parques, além da análise estatística dos impactos ambientais percebidos pelos turistas de ambos parques.

O quinto capítulo analisa os resultados obtidos com os dados qualitativos e quantitativos, onde são demonstrados os discursos dos gestores e tabulações dos dados coletados, gerando novos dados que proporcionam o desenvolvimento da análise estratégica dos parques, destacando as oportunidades e ameaças que cada unidade possui devido às suas peculiaridades.

Ao final são apresentadas as conclusões da pesquisa, onde são feitas considerações em torno do tema abordado, acompanhadas de sugestões para alguns temas de pesquisas e estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Conceito de Território

O território, enquanto locus das relações sociais projetadas no espaço, pode abrigar vários tipos de organização espaço-temporal, de rede de relações sem que haja uma superposição absoluta entre o espaço concreto com seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças.

Para Santos (1994), o território são formas, usos, objetos e ações; sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida.(SANTOS, 1994, p.15)

Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território; ele se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, constituindo-se por relações de trabalho, revelando relações de poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Criticando Raffestin por reduzir o espaço ao seu significado “natural”, tomando território como sinônimo de espaço social, Souza (2001) assume que território é, fundamentalmente:

Um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2001 p.78)

Espacialmente delimitados e operando sobre um substrato referencial (SOUZA, 2001, p.99).

Mais que um substrato ou o espaço social em si, território é “um campo de forças” (SOUZA, 2001, p.97).

Sua gênese traz embutida a questão: “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como”? (SOUZA, 2001, p.79)

Pode-se observar o território como a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento dos outros. As estratégias espaciais usadas para obter esse controle constituiriam a territorialidade.

Para Haesbaert (2004) os territórios são espaços concretos e/ou simbolicamente dominados/apropriados de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material.

Transportando para as definições sociais pertinentes às práticas espaciais, temos, para Gomes (2003) que: “O espaço faz parte da dialética social que o funda”. O espaço é considerado o reprodutor de desigualdades e a condição de sua superação, o reflexo de uma ordem e um dos meios possíveis para transformar esta mesma ordem.

Desta forma, é necessário identificar e analisar até onde o advento do turismo influenciou nas relações de poder e conseqüentemente no espaço social, assim como na noção de território. À medida que o lugar se transforma em uma sociedade turística, este espaço passa a ser reprodutor de desigualdades, ao mesmo tempo em que traz intrínseco nisso a sua condição de superação, como reflexo imediato de transformação desta ordem.

Segundo Fremónt (1976) citado por Gomes (2003) cada lugar significa uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos sobre um espaço reduzido, o lugar é visualizado como uma forma que se integra à paisagem local e regional. O que ele representa deve ser decodificado como uma linguagem. A linguagem dos homens falando com o espaço como meio de expressão.

Os lugares entretanto, formam a trama elementar do espaço. Eles constituem sobre uma superfície reduzida e em torno de um pequeno número de pessoas, as combinações mais simples, mais banais, mas também talvez as mais fundamentais das estruturas do espaço: o campo, o caminho, a rua, a oficina, a casa, a praça, o cruzamento... Como diz muito bem o termo, pelos lugares, os homens se localizam.(FRÉMONT, op cit p. 99).

Com base nesta linha de raciocínio podemos concluir que a formação sócio-espacial passa a ser considerada um paradigma, que contém e está contida nos conceitos de natureza, paisagem, região, lugar e território.

Como resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território em verticalidades e horizontalidades, o território possui hoje vários recortes, e pode ser formado por lugares contínuos e por lugares em rede (SOUZA, 2001). Assim sendo, territorialidades ou tipos de território buscam sua consolidação:

a dialética do território se afirma mediante um controle 'local' da parcela 'técnica' da produção e um controle remoto da parcela política da produção (SANTOS, 1994, p.15).

É através de estratégias e táticas territoriais que o poder se manifesta, definindo recortes circunscritos, próprios e delimitados, desenhados a partir de escolhas e embates dentre o fundamental para que se concretizem suas metas (SANTOS, 1994). O território exerce um papel ativo, dando suporte às ações racionalizadas que emergem a partir das novas técnicas: como não há instrumentos globais de regulação a essas ações, cabe às esferas de poder essa competência. O território se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes instalados.

2.2 Turismo e o Enfoque Geográfico

O turismo surge como atividade econômica organizada depois da segunda metade do século XIX utilizando-se de forma incipiente de infra-estruturas criadas em razão de outros usos do território.

O turismo é um dos fenômenos mais dinâmicos e complexos da sociedade, com forte incidência na produção, transformação e organização do território. Nos últimos anos a temática do turismo vem atraindo pesquisadores das mais distintas formações. Atualmente, geógrafos e outros pesquisadores têm reconhecido a relevância da abordagem do turismo dentro de uma perspectiva científica (SILVEIRA, 2002).

Tem-se percebido o aumento do interesse pela análise geográfica do fenômeno turístico no Brasil, seja em âmbito nacional, regional ou local. A partir da discussão sobre o papel do turismo na produção do território, busca-se a análise espacial e territorial do turismo, através de perspectivas integradoras e sistêmicas. Algumas destas análises recorrem à teoria das territorialidades, valendo-se de conceitos e sistemas territoriais para a construção de modelos de desenvolvimento territorial do turismo (SILVEIRA, 2002).

Do ponto de vista da geografia é possível relacionar o turismo com conceitos inerentes do saber geográfico, como natureza, paisagem, lugar e território. A intenção é perpassar por estes conceitos, focalizando-se nas reflexões sobre turismo e território, incluindo as apreciações necessárias para as discussões envolvendo as territorialidades do turismo.

Concordando com Rodrigues (1996), defende-se uma maior seriedade e profundidade dos estudos turísticos, principalmente no âmbito da geografia, com a preocupação de vestir-lhes estofo científico.

Por se caracterizar como um fenômeno complexo e interdisciplinar, o turismo deve ser analisado sob diversos prismas, abordando as vertentes sociais, suas implicações econômicas e analisando ainda as perspectivas culturais, políticas e ambientais, a partir de uma análise integradora.

Desta forma, a cientificidade cobrada dos estudos do turismo vem a ser uma imposição do próprio objeto ao pesquisador, uma vez que o fenômeno turístico exige uma leitura da realidade que não pode ser fundamentada em análises parciais ou esquemas teóricos superficiais (SILVEIRA, 2002). Portanto, percebe-se a necessidade da abordagem geográfica no turismo, fundamentado no princípio de produção do território pelo sistema turístico.

A abordagem geográfica e territorial do turismo fornece subsídios para uma melhor compreensão dos processos de produção e organização do espaço, assim como uma análise fidedigna dos impactos sociais, econômicos e ambientais que possam ser resultantes do produto territorial. Segundo Rodrigues (1996):

O fenômeno do turismo, por sua natureza complexa (...), é um importante tema que deve ser tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio conexo, em que o enfoque geográfico é de fundamental importância, uma vez que, por tradição, lida com a dualidade sociedade x natureza. (RODRIGUES, 1996 p.22)

Destaca-se, desta forma, a notável importância adquirida pelo turismo na sociedade contemporânea, como prática social, econômica e ecológica, que produz e organiza o espaço, estabelecendo relações de poder e territorialidades que justificam o interesse do fenômeno a partir de um paradigma geográfico.

Ao se fazer a abordagem territorial do turismo invariavelmente torna-se necessária a imersão nas relações de poder estabelecidas pelo fenômeno. Este aspecto torna-se evidente com as análises estabelecidas por Raffestin (1993), quando este afirma que o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Segundo o autor, ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o ator estabelece relações de poder e nesta fluidez territorializa o espaço onde se projetaram suas ações.

Este ponto de vista corrobora a análise realizada por Souza (1995) onde o território é abordado como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. De uma forma mais abrangente e crítica pressupõe-se uma união das dimensões políticas, sociais e ambientais, flexibilizando a noção do território como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de uma complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', (os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (SOUZA, 1995, p. 86)

Em outras palavras, os territórios são anteriormente relações sociais projetadas nos espaço, podem formar-se e dissolver-se, ser estáveis ou instáveis, ter a existência

regular ou apenas periódica. Os territórios são construídos e desconstruídos socialmente, podendo ter um caráter permanente ou subsistir de maneira cíclica.

Essa complexidade conceitual pode ser referenciada através do turismo, evidenciada através de claras relações de poder estabelecidas pelos *insiders* e *outsiders* em um destino ou atrativo e por meio da desconstrução territorial apresentada em destinos eminentemente sazonais.

O debate em torno da análise territorial e geográfica do turismo têm sido objeto de estudo de respeitados autores, tais como: Cazes, 1992; Knafo, 1999; Rodrigues, 1997 e 1999; Silveira, 2002 e Vera *et al.* 1997. Exemplificando essa afirmação percebe-se em Knafo (1996) o enfoque relacionado com territorialidades distintas e confrontantes nos lugares turísticos. Em sua análise tem-se a discussão acerca da territorialidade sedentária dos visitantes freqüentes e a territorialidade nômade dos que só passam pelo local. Em ambas situações vê-se a necessidade de apropriação do território, mesmo fugidamente, por parte daqueles que o freqüentam.

Este tipo de conflito entre territorialidades distintas é percebido de forma precípua em destinos com grande sazonalidade ou em ambientes característicos do turismo de massa, onde a presença de comunidades autóctones é registrada.

Na construção deste território o visitante traz seus hábitos e costumes, muitas vezes conflitantes com os da população local, não familiarizada com a cultura dos turistas. Isso pode causar o repúdio entre *insiders* e *outsiders*, muitas vezes camuflada pelo benefícios financeiros oriundos do fluxo turístico. Além disso, a percepção e os fluxos territoriais são diferenciados para os dois grupos. Enquanto para os *outsiders* o destino é um território de lazer, descanso e prazer, para o receptivo é um território de atividades laborais, muitas vezes forçoso à sua sobrevivência.

Entre outras reflexões propostas, Rodrigues (1997) merece destaque, por realizar uma correlação entre os elementos constituintes dos espaços turistificados. Ao investigar e discorrer sobre tais espaços, faz-se a análise da demanda e dos fluxos turísticos, das empresas do setor e instituições governamentais ligadas ao turismo, bem

como da infra-estrutura e do complexo territorial ao qual se projetam as atividades que compõe o *trade* turístico¹.

Através de categorias de análise espacial formuladas por Santos (1994), Rodrigues (1997) discorre acerca da organização do espaço turístico, transpassados por meio da forma, função, estrutura e processo, articulando pressupostos metodológicos de cognição da organização espacial e territorial do turismo.

Percebe-se desta forma que a relação entre turismo, espaço e território depende imprescindivelmente dos fluxos e fixos, ou seja, da estrutura composta pelo equipamentos turísticos e pela mobilidade provisória do homem de seu território original, gerando uma desterritorialização e criando um novo território em outro lugar, um território turístico.

2.3 Espaço, Território e Turismo

Vive-se com uma noção de território herdada da Modernidade e de seus conceitos puros, muitas vezes atravessando um longo período incólume. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Portanto, seu entendimento é fundamental para compor a natureza histórica dos lugares (SANTOS, 1994).

Tratando do território desta forma, Santos (1994), estabelece uma analogia com formas e objetos, numa análise de fluidez que atualmente rege as relações econômicas. É a partir desta análise, que se encontra hoje no território, novos recortes. Isso seria o resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que chama de horizontalidades e verticalidades.

¹ Trade Turístico – conjunto de equipamento constituintes do produto turístico. Caracterizam-se no trade os meios de hospedagem, bares e restaurantes, agências de viagem, empresas de transporte, artesanatos e todas as atividades comerciais periféricas, ligadas direta ou indiretamente à atividade turística.

As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. (SANTOS, 1994, p. 16)

O resultado desta nova concepção espacial nos remete à noção de redes. Elas constituem uma nova realidade que justificaria a verticalidade dos territórios, formado de lugares contínuos e de lugares em rede. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, possivelmente divergentes ou opostas.

Nesse sentido, o território passa a ser o suporte de redes que transportam as regras e normas utilitárias. É a área de oposição entre o que singulariza e o que generaliza, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 1994).

Ainda na abordagem territorial, Santos (*ibidem*) destaca o lugar como a sede paradigmática da resistência de singularização da sociedade contemporânea. Para isso, o território (usado, o uso do território) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e pelos novos fundamentalismos do território.

Corroborando a análise espacial do turismo percebe-se a influência do lugar enquanto conceito-chave para a determinação dos motivos pelos quais a turistificação dos territórios é desencadeada. Nesse sentido, Yi-Fu Tuan e Henri Lefebvre dão importantes contribuições para a cognição desse processo. Tuan busca a idéia de natureza percebida pelos homens a partir da Topofilia, extraída do imaginário, da percepção e da simbolização de comunidades autóctones.

Definindo Topofilia como “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p.106) busca-se referências onde a memória cultural e a inteligência emocional se fundem na construção do conviver. Dessa forma, percebe-se que são os sentimentos que se veiculam às paisagens pelos indivíduos, através de seus laços afetivos com o meio ambiente material, diferenciando-se em intensidade, sutileza e modo de expressão (TUAN, 1980).

As respostas ao meio ambiente podem ser estéticas, prazerosas e táteis. Sensações enraízam o homem ao lugar, tornando-o parte integrante do meio. Assim, afirma que:

Quando é irresistível, podem estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo (Ibid, 1980, p. 107)

Nesse ínterim, encontram-se fundidas idéias do passado, do presente e do futuro daqueles que vivem ou que viveram naquele ambiente. A construção do território depende de idéias e relações de poder, estabelecidas a partir de identidades e sentimentos de pertencimento provenientes das pessoas daquele lugar. Por isso, pesquisas a partir destes pressupostos devem considerar a visão, a percepção e a simbolização desses espaços sociais.

Corroborando esta análise e inserindo-a no contexto dos parques e áreas naturais protegidas, Morin *apud* Diegues (2004) afirma que o pensamento técnico-racional se encontra impregnado pelo pensamento mítico e simbólico, como forma naturalista de proteção da natureza, afastando-a do homem por meio de ilhas onde se pudesse admirá-la e reverenciá-la.

Para o estudo do espaço social abrem-se dois caminhos contraditórios em si mesmos, mas complementares em seu desvendamento: os espaços de representação e as representações do espaço. Assim, temos a concepção de três categorias espaciais fundamentais para se entender o processo de construção territorial do turismo: o espaço vivido, o espaço concebido e o espaço percebido (LEFEBVRE *apud* SEABRA, 1996).

Para Lefebvre é preciso compreender a problemática do espaço para vislumbrar uma abordagem espacial que tenha sentido; analisando-o criticamente e relacionando a produção social do espaço.

Uma crítica do espaço deveria modificar o espaço de representação dos habitantes, integrando-o. Entretanto, como não existe tal crítica, o “usador” do espaço tende a fazer a abstração de sua própria prática, vivendo e convivendo com a *fetichização* do espaço (SEABRA, 1996).

Isso deve ser considerado em consonância com o aspecto dual de nossa época: capitalismo e modernidade, destacando-se nesta análise o turismo enquanto espaço de representação.

Pode-se concluir, assim, que se as representações do espaço (elaborações estéticas, científicas ou arquitetônicas), presentes inclusive em unidades de conservação, ganham força e aceleram o processo de produção espacial, o espaço concebido (quando ganha intencionalidade) se destaca, camuflando as implicações dos espaços de representação.

Entretanto, percebe-se num outro prisma que o espaço vivido liga-se às particularidades do lugar, dos resíduos irredutíveis no plano do concebido. É lugar de carências, desejos, comportamentos e esperanças. O espaço vivido, mesmo pressionado pelo concebido, continua transcendendo as coações; nele encontra-se o irredutível do lugar, nele sobrevive a cultura das pessoas.

Assim sendo, de acordo com as análises de Santos (1996), Tuan (1980) e Seabra (1996), podemos verificar que o espaço pode transformar-se em lugar, à medida que adquire personalidade, podendo tornar-se espaço vivido.

O espaço turístico existe em função da presença do turista, o qual interage com o espaço social e com as pessoas nele inseridas, trocando experiências e construindo uma imagem recíproca da sociedade receptora.

Esse fluxo de experiências e informações trazidas pelo turismo promove interações espaciais que influenciam o modo de organização espacial e de ordenamento territorial do local.

Com o intuito de entender a realidade trazida pelo processo de globalização, Milton Santos propõe uma definição de espaço holística, baseada em sistemas de objetos e sistemas de ações:

o espaço é um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 1994)

Fazendo referências análogas às atividades turísticas, pode-se considerar para análise do espaço turístico um conjunto, no sentido do devir, de sistemas que contemplem a tríade de sustentação dos destinos, onde devem ocorrer simultaneamente a atratividade, as condições de acesso e os meios de hospedagem.

Aliado a esse sistema de objetos deve estar sistematizado o fluxo de pessoas que caracteriza o turismo no local. Diversos modelos de sistemas turísticos podem explicitar a ênfase nos fluxos turísticos, entre eles: Mariot (1969), Campbell (1967), Greer e Wall (1979) e Miosec (1976). Faz-se importante salientar que uma das características básicas destes modelos reside na dicotomia enquanto origem e destino, ou seja, participam do fluxo turístico como emissor e receptor de turistas. Dessa forma, rotas e infra-estruturas possuem funções duplamente geradoras e receptoras, tendo interações e reciprocidades. A partir daí novos modelos podem ser retratados em sistemas origem-destino (PEARCE, 2003).

Essas idéias vão de encontro ao pensamento de Santos (1994) quando este trata de horizontalidades e verticalidades espaciais, nos remetendo aos conceitos de rede, de fluxos e de fixos, pois à medida que os fluxos interagem e geram modificações no espaço, criam territorialidades nos mesmos, proporcionando assim o movimento espacial das relações de poder que formam o território.

2.4 Planejamento Territorial do Turismo:

Atualmente, o turismo deixou de ser um usuário passivo dos territórios para tornar-se um agente condicionador de seu ordenamento.

A crescente importância do turismo na dimensão econômica é um fator destacado em todos os níveis de gestão da atividade, desde a OMT² e a WTTC³ até os governos nacionais, estaduais e municipais interessados no desenvolvimento turístico de suas regiões (CRUZ, 2000).

Neste sentido, o turismo é definido pela organização mundial de turismo como:

² Organização Mundial do Turismo

³ World Travel and Tourism Council

Fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se transladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que vinte e quatro horas e menor que cento e oitenta dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados (OMT, 2000)

Percebe-se um destaque para a importância econômica no conceito, porém, a organização do turismo demonstra uma incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o ordenamento territorial neste caminho.

Para que o turismo, enquanto atividade econômica organizada possa consolidar-se, é necessária a criação de um sistema de objetos relacionados com a demanda intrínseca da atividade turística (sistemas de transporte, meios de hospedagem e alimentos e bebidas, por exemplo). Sobrepondo neste conjunto um sistema de ações requerido pelo uso turístico do espaço, tem-se como resultado a distinção do lugar turístico se perfazendo e diferenciando-se dos outros lugares (SANTOS, 1994; CRUZ, 2000).

Assim, o turismo passa a se configurar como agente transformador e consumidor do espaço, em razão de atuar de forma imperativa nos novos fluxos produzidos, incrementando, desse modo, a utilização de equipamentos do *trade* turístico. Dessas características decorrem suas mais fundamentais especificidades, como a fixidez de seu produto, o atrativo turístico. Isso resulta na conseqüente necessidade de deslocamento do consumidor até o produto a ser consumido (URRY, 1996).

Para Cruz (2000) especificidades como a fixidez do produto orientam a lógica de organização espacial do turismo, destacando que a demanda do uso turístico é sempre exterior, fundamentada invariavelmente em um componente externo. Portanto, para apreender a lógica de apropriação e transformação de espaços (e territórios) pelo turismo, devem ser consideradas as diversas externalidades existentes.

A apropriação dos territórios pelo turismo é intermediada por inúmeras forças de consumo, destacando-se além das estruturais, o setor de agenciamento, serviços bancários e comércio. O consumo dos territórios pelo turismo envolve o consumo de um conjunto indissociável de bens e serviços que compõe essa atividade, ou seja, o ato de praticar turismo em termos de objetos e ações envolvidos (CRUZ, 2000).

Diversas particularidades caracterizam a relação turismo-território no que tange à produção e consumo de territórios pelo turismo. Uma dessas especificidades reside no fato de que o espaço é o principal objeto de consumo do turismo. Para Cruz (2000), esse fator ganha destaque porque diferencia o turismo de outras atividades produtivas. Sendo pelo processo de consumo dos espaços que são criados os territórios turísticos.

O turismo concorre com outros usos do território em seu processo de transformação, bem como com formações espaciais socioespaciais precursoras. Apesar deste embate, a força do turismo revela-se no sentido de criar e transformar, diferencialmente, espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção (NICOLÁS, 1996).

O processo de transformação de um determinado espaço em território turístico requer a readequação desse espaço à sua nova funcionalização. Essa readequação significa a criação de um sistema de objetos que se aproxime e identifique ao sistema de ações advindo da demanda social do turismo.

A idéia de território corresponde ao espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais que lhe atribuem determinadas funções num dado momento histórico. Neste sentido Knafou (1996) se refere a porções do espaço funcionalizadas pelo turismo, utilizando o conceito de território turístico.

Ao focar as relações entre turismo e território encontra-se a existência de três possibilidades distintas. Conforme Knafou (1996) existem territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos.

Ao fazer a definição de territórios sem turismo o autor expõe algumas necessidades para a ocorrência de territórios turísticos, uma vez que precisa-se minimamente da reunião de condições materiais, recursos financeiros e tempo livre para a prática do turismo. Apesar do progresso dos transportes e da idéia de acessibilidade a qualquer local, uma grande quantidade de pessoas e lugares não faz parte do mundo do turismo. Esses lugares correspondem aos territórios sem turismo e são cada vez mais raros (KNAFOU, 1996).

O segundo tipo de relação entre turismo e território diz respeito a casos em que o turismo existe sem território. O autor refere-se a produtos turísticos que ignoram por completo os territórios em que estão inseridos.

A forma mais acabada de turismo sem território, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo ‘fora do solo’, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é que um espaço-receptáculo (KNAFOU, 1996, p. 72).

Esse tipo de relacionamento do turismo com o território está presente em *Center Parks e Resorts* que criam seu próprio ambiente e teoricamente podendo ser instalado em qualquer ponto e possuindo como fatores mais relevantes a acessibilidade ou proximidade de mercados potenciais. São as “bolhas” a que se refere Urry (1996) ou os enclaves, na visão de Pearce (2003).

A terceira possibilidade de relação entre turismo e território corresponde à existência de territórios turísticos, ou seja, “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFOU, 1996, p.73). O poder de mercado e dos promotores territoriais define e delimita lugares turísticos, criando a impressão de controle da direção dos fluxos turísticos. Isso pode acarretar problemas de planejamento, já que não é somente o espaço contido no planejamento, mas toda a sociedade envolvida.

Ainda em uma abordagem geográfica Knafo (1996) proporciona análises da seletividade espacial no turismo. Esses fatores são denominados fontes de turistificação de lugares e territórios e compreendem, além do turista, o mercado e os planejadores territoriais.

No primeiro caso, são as práticas sociais de deslocamentos temporários de pessoas que fazem surgir os espaços turísticos. É o turista que, em busca de paisagens mais agradáveis, diferentes do seu cotidiano, se apropria de alguns trechos privilegiados do espaço.

O segundo agente de turistificação dos territórios é o mercado. Para o autor, é através da ação do mercado e não mais a partir das práticas turísticas em si, que os espaços são turistificados. A permanente necessidade de criação de novos produtos faz do mercado um agente importante da apropriação de territórios para uso do turismo, caracterizando uma dimensão essencialmente econômica em suas relações.

A terceira fonte de turistificação dos territórios inclui os planejadores e promotores “territoriais”. A intervenção do planejamento territorial na configuração dos lugares turísticos resulta da racionalidade imposta pelo mercado e da competitividade entre lugares. Por se tratarem de iniciativas locais, regionais ou nacionais, apresentam a característica de serem fundamentalmente ligadas a um lugar (KNAFOU, 1996; CRUZ, 2000; FRATUCCI, 2000).

Percebe-se nesta análise uma relação intrínseca entre turismo e território, proposta a partir da turistificação dos territórios e de seletividades espaciais que se adaptam em novas funções nesse processo de transformação espacial. Segundo o autor:

Há diferentes tipos de territorialidade que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam. Um bom número de conflitos nos lugares turísticos são oriundos das diferenças de territorialidade. (KNAFOU 1996, p. 64)

Residem no confronto entre essas territorialidades características do uso do território pelo turismo, como a segregação espacial de turistas e residentes, geração de processos inflacionários na localidade e a especulação imobiliária, muitas vezes prejudicando a comunidade autóctone e promovendo benefícios exclusivos aos empreendedores turísticos.

Dessa forma, a valorização por parte dessas diferentes fontes de territorialidades vai depender do contexto cultural em que se dá essa valorização. Como a cultura é mutável no tempo e espaço, os territórios eleitos pelo turismo também assumem essa característica. Portanto, lugares turísticos valorizados por algum grupo social podem não ter qualquer significado para outros grupos.

Os territórios constituem, ao mesmo tempo, suporte e atratividade para o turismo, o consumo do espaço pelo turismo (principalmente no turismo de massa) é cada vez menos o consumo da natureza ou de suas parcelas, porque o atrativo turístico

também é, cada vez menos, natural. Isso é corroborado através do conjunto de infraestrutura turística e de suporte (acessos, saneamento, energia) no momento de decisão do turista na escolha do destino (CRUZ, 2000).

Em outras palavras, o turismo enquanto fenômeno sócio-espacial, se apropria de trechos do espaço, cria territórios e move territorialidades, em um conjunto de recursos naturais e culturais que incita o fluxo de pessoas até ele. Nesse sentido, apreender o seu papel no ordenamento e reordenamento de territórios, requer a análise de diversas variáveis que compõe as relações nas quais o turismo se insere.

Para a consideração dessas variáveis em territórios protegidos, como os parques estaduais, além da análise de todos os fatores mencionados ainda devem ser contempladas as dimensões ecológicas e de conservação, para um correto planejamento e ordenamento do turismo, vislumbrando a sustentabilidade das ações nesses locais.

2.5 Planejamento e manejo conservacionista em Áreas Protegidas

O desenvolvimento e crescimento das cidades, antes valorizadas como sinal de civilização, passaram a ser criticadas, pois o ambiente fabril tornava a qualidade do ar, água e recursos naturais insuportáveis. Dessa forma, a vida no campo, praias ou locais isolados passou a ser idealizada por moradores das cidades, em busca de ambientes livres de poluição, que proporcionassem conforto e contato com a natureza.

A criação de unidades de conservação, entretanto, não é uma prática recente. Desde a antiguidade, vários países do mundo adotam esse instrumento fundamental

para assegurar a manutenção da qualidade ambiental e a proteção da diversidade biológica.

Essa filosofia teve grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas “ilhas de beleza”, que conduziriam o ser humano à natureza intocada. É através desta perspectiva que se insere, originado nos Estados Unidos, o conceito de parque como área natural.

A criação do primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone, em 1º de março de 1872, foi o resultado de idéias preservacionistas que se tornavam importantes nos EUA, ameaçados principalmente pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza (DIEGUES, 2004). A criação deste parque torna-se um marco importante no conceito de espaços geográficos destinados à proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

A partir desse princípio, outros países passaram a estabelecer unidades de conservação em seus territórios. A Austrália criou o Parque Nacional Real em 1879; o Canadá criou sua primeira unidade de conservação em 1885 (Parque Nacional de Banff) e a Nova Zelândia estabeleceu o Parque Nacional de Tongariro em 1887 (IBAMA, 2004).

O Brasil sofreu forte influência do modelo americano, tendo iniciativas semelhantes em 1876, com o engenheiro André Pinto Rebouças. Entretanto, a criação de seu primeiro parque nacional deu-se somente em 1937, em Itatiaia, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas.

Entendem-se como unidades de conservação, todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas ou de fontes científicas, dependendo da categoria em que se enquadram (SCHENINI, 2004).

Nesse sentido, é importante ressaltar a distinção entre áreas naturais protegidas e unidades de conservação. Embora na maioria dos países esses termos sejam sinônimos, no Brasil eles apresentam distinções importantes. Áreas naturais protegidas são todas aquelas, assim determinadas por lei, como margens de rios, topos

de morros, encostas íngremes, reservas legais das propriedades e também as unidades de conservação de diferentes categorias (MILANO, 2001).

Segundo a Fundação Pró-Natureza – FUNATURA (1989), as unidades de conservação e os sistemas de UC's podem ser definidos como:

Porções territoriais com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedades privadas, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, às quais aplicam-se regimes especiais de administração e garantias de proteção. Já os sistemas são conjuntos de unidades de diferentes categorias de manejo que, devidamente planejadas e manejadas como um todo, são capazes de atender da forma mais ampla possível os objetivos nacionais de conservação. (FUNATURA, 1989)

A Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. De acordo com o artigo 4º disposto nesta mesma lei, o SNUC tem os seguintes objetivos:

- I. Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II. Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III. Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV. Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V. Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI. Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII. Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX. Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X. Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

- XI. Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII. Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII. Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

Com a promulgação da Lei do SNUC houve padronização e organização das categorias de manejo, sendo que diversas categorias deixaram de ser reconhecidas oficialmente (Parques Florestais, Estações Biológicas, Parques Ecológicos e outros). Tais áreas deveriam ser reordenadas para adequar-se à Lei do SNUC.

As unidades de conservação ficaram organizadas em dois grupos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Na primeira categoria o objetivo básico é a proteção da natureza, admitindo-se o uso restrito dos recursos naturais (visitação, pesquisa científica e educação ambiental). Nas unidades de conservação de uso sustentável objetiva-se compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo, coleta e manejo ambiental).

Tabela 01. Categorias de unidades de conservação

Categorias das Unidades de Conservação	
Proteção Integral	Uso Sustentável
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Ibama (2004)

Com a definição das categorias das unidades de conservação, o SNUC passou a ter caráter multifuncional, pois, segundo o item XIII do artigo 5º, diferentes níveis de intervenção são permitidos, integrando atividades de preservação, uso sustentável, restauração e recuperação dos ecossistemas.

Dessa forma, existem categorias de manejo onde a intervenção humana deve ser mínima, pois devem manter as espécies, as comunidades e processos ecológicos no estado mais primitivo possível. É o caso de reservas biológicas e estações ecológicas (IBAMA, 2004). Em outras categorias, como os Parques Nacionais e Estaduais, Monumentos Naturais, Refúgio da Vida Silvestre e Área de Relevante Interesse Ecológico, a presença humana é permitida, desde que as condições originais dos ecossistemas não sejam significativamente alteradas.

A partir da existência de diversas categorias de manejo, a solução para os problemas de conservação da diversidade biológica e o acesso aos recursos naturais tornou-se mais flexível, dispondo-se de diferentes categorias de manejo para adequar a conservação com as necessidades e realidade do local.

No documento do Ministério do Meio Ambiente, Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais (2004), algumas indicações citadas pelos estados constituem subsídios fundamentais para a elaboração das diretrizes para a visitação. Dentre estas se destacam o estudo da capacidade de suporte e controle do tamanho dos grupos e número de visitantes, além do estabelecimento de infra-estrutura adequada e equipamentos para a realização das atividades de visitação. Existem inúmeras atividades que podem ser exercidas em unidades de conservação e em parques nacionais ou estaduais. Entre elas, destacam-se a caminhada em trilhas e o banho, além de ciclismo e outros esportes de aventura (tabela 02).

Tabela 02: Atividades em Parques

ATIVIDADES REALIZADAS EM PARQUES	
Atividade	Porcentagem
Caminhadas de um dia	23
Banho	16
Ciclismo	9
Caminhada com Pernoite	7
Escalada	6
Descida de Cachoeira	5
Cavalgada	4
Canoagem	4
Asa Delta	3
Boiacross	3
Rafting	3
Mergulho	3
Visita a caverna	3
Parapente	2
Canionismo	2
Travessia em cavernas	2
Balonismo	1
Surf	1
Ultraleve	1
Paraquedismo	1

Fonte: Ministério do Meio Ambiente - 2004.

Os parques estaduais se destinam a preservar áreas naturais, abrangendo paisagens, ecossistemas e/ou sítios geológicos de grande interesse para atividades científicas, educacionais, recreativas e de lazer, realizadas em obediência a Planos de Manejo. Neste sentido, o aumento de impactos causados pela visitação deve ser gerenciado de modo a não afetar a conservação dos ambientes naturais.

Tornam-se necessárias a construção de estratégias e metodologias que conciliem conservação e visitação, além da adoção de instrumentos e ações de manejo que contribuam para a minimização dos impactos.

A visitação em áreas naturais, como qualquer outra atuação humana na natureza, comporta alguns efeitos que são intrínsecos ao desenvolvimento da atividade. Como o impacto nulo é praticamente impossível de ser alcançado, o que se deve buscar é a minimização dos impactos negativos da visitação e a maximização da qualidade da experiência do visitante. Para tanto, faz-se necessária não só a adoção de

mecanismos de monitoramento do impacto como também o estabelecimento de estratégias de manejo da visitação que busquem compatibilizar a conservação da natureza e a visitação em ambientes naturais. (Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais, 2004).

Dessa forma, podem-se considerar os parques estaduais e as unidades de conservação em geral, como excelentes locais para o desenvolvimento do ecoturismo. O turismo quando bem praticado em unidades de conservação, possui baixo impacto ambiental, possibilita sustentação econômica das UC's e auxilia a movimentação financeira nas regiões onde as atividades tradicionais (agricultura familiar, pesca e extrativismo) têm demonstrado insuficiência para a manutenção da população (FONTOURA & SIMIQUELI, 2006).

2.5.1 Planejamento do Turismo em áreas naturais protegidas

Mundialmente, as áreas protegidas constituem, por excelência, em espaços de implantação e exploração do ecoturismo, pois são elas que atraem os visitantes em busca da natureza, de novas formas de lazer e de recreação ao ar livre, interessando diretamente no sistema turístico atuante (SILVEIRA *in* RODRIGUES, 2003).

A resolução CONAMA⁴ número 001 de 23 de janeiro de 1986, considera impacto ambiental:

Qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais. (MMA, 2001).

⁴ CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

Todavia, é importante frisar que, como qualquer outra atividade econômica, o turismo pode produzir impactos, tanto positivos como negativos, como afirma Boo *apud* Silveira (2003). Assim, destacam-se como impactos potenciais positivos em áreas naturais protegidas: A sustentação econômica das áreas protegidas; a integração da UC com as populações locais que vivem no seu entorno; circulação de informações sobre o meio ambiente; o aumento da oferta de atividades de lazer e recreação; a ampliação da capacidade de fiscalização; a implementação de programas de educação ambiental e a divulgação da unidade de conservação.

No que concerne aos impactos potencialmente negativos do turismo sobre áreas naturais, deve-se salientar: a compactação e erosão do solo através da abertura de trilhas desordenadas; a descaracterização da paisagem, dos atrativos e dos elementos naturais e culturais; a alteração do habitat natural da fauna e flora, provocado pelo stress decorrente da presença humana (tráfego, ruídos e movimentos estranhos ao ambiente); o aumento e deposição inadequada de lixo; a instalação de infra-estruturas e equipamentos inadequados, tais como mirantes, acessos, pontes e escadas e o aumento do risco de incêndios florestais causados por acampamentos irregulares e turistas (SILVEIRA *in* RODRIGUES, 2003).

Dessa forma, o equacionamento da problemática representada pela dialética entre turismo e meio ambiente passa a ser necessária para o correto planejamento dessas atividades em áreas naturais.

Para se alcançar o desenvolvimento equilibrado e conjunto entre o ecoturismo e as áreas naturais protegidas é necessário estabelecer mecanismos de planejamento e gestão ambiental dinâmicos, flexíveis e integrados, que garantam ao mesmo tempo a conservação dos recursos naturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos envolvidos (FONTOURA & SIMIQUELI, 2006).

Corroborando esta análise, Silveira (2003) afirma que o planejamento ambiental torna-se uma das respostas para a problemática apresentada, sendo imperativa a inserção do planejamento turístico, no sentido de prevenir os efeitos do crescimento desordenado da atividade.

O planejamento ambiental está apoiado em concepções mais arrojadas, incluindo a perspectiva integrada e sustentável do processo de desenvolvimento turístico. [...] uma política de planejamento ambiental está pautada em pressupostos diferentes dos que imperam na sociedade que tem devastado o meio ambiente, do qual o próprio turismo depende para existir. (SILVEIRA, 2003, p.2)

Nesse sentido, destaca-se a importância da qual se reveste o planejamento e a gestão ambiental como instrumento para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. Para Silveira (*ibid*) há vários exemplos de que uma região degradada, no que se refere à qualidade ambiental, reduz a sua atratividade. Ao contrário, um patrimônio natural e cultural conservado é valorizado no contexto de competitividade que hoje atinge os territórios que têm pretensões de desenvolvimento do turismo.

A preocupação na incorporação de novos destinos que ampliam a dimensão do turismo a problemas de ordenamento do território, justifica a necessidade de analisar e valorizar os fatores que contribuem para explicar os processos e modelos de planejamento do espaço turístico. Para Vera *et al.* (1997), interessa essencialmente uma visão aplicada e prospectiva dos componentes que influenciam as formas de aproveitamento turístico, priorizando uma gestão eficiente e racional dos recursos ambientais.

As novas realidades turísticas e a conseqüente necessidade de abordar problemas relacionados aos processos de desenvolvimento da atividade, obrigam o aprofundamento no conhecimento de técnicas e ferramentas operativas, em uma perspectiva holística, aplicada e interdisciplinar.

Diagnósticos do potencial recreativo, avaliação dos recursos naturais, planejamento sustentável dos processos de desenvolvimento, análises da evolução dos impactos, gestão da qualidade ambiental em destinos turísticos, conservação da biodiversidade, modelos de desenvolvimento do espaço turístico e conhecimento da legislação, são temas fundamentais para a investigação e o planejamento do turismo, especialmente quando se trata da gestão de áreas naturais protegidas ou paisagens resilientes e frágeis.

A integração dos processos de desenvolvimento turístico com o meio ambiente requer mudanças de atitude, com o objetivo de conciliar os princípios de um

desenvolvimento equilibrado, que preserve os recursos naturais necessários para a manutenção da sustentabilidade. Isso somente é possível através de uma abordagem global, que contemple as dimensões econômicas, ecológicas e culturais (VERA *et al.*, 1997).

Desta forma, é fundamental o conhecimento de ações de planejamento no âmbito técnico, financeiro, institucional e normativo, que contribuam para uma gestão mais eficaz dos aspectos ambientais do turismo.

Los impactos que genera la actividad en cuanto a la utilización de los recursos ambientales obligan a la elaboración y aplicación de medidas que reduzcan la presión del turismo sobre el medio ambiente. (VERA *et al.*, 1997, p. 327)

Análises feitas por Butler (1991) tratam de medidas de redução de impactos do turismo. O autor identifica quatro possibilidades de redução dos impactos: mudanças no tipo de turismo, adequação dos recursos para suportar a pressão, limitação do número de visitantes e a educação ambiental.

Medidas como essas podem reduzir o potencial impacto do turismo em áreas naturais e aliadas a técnicas de ordenamento territorial podem auxiliar na gestão do turismo em unidades de conservação. Como afirma Vera (1997) a conciliação entre o número de visitantes e a proteção dos recursos naturais deve ser almejada na busca de um turismo responsável e sustentável.

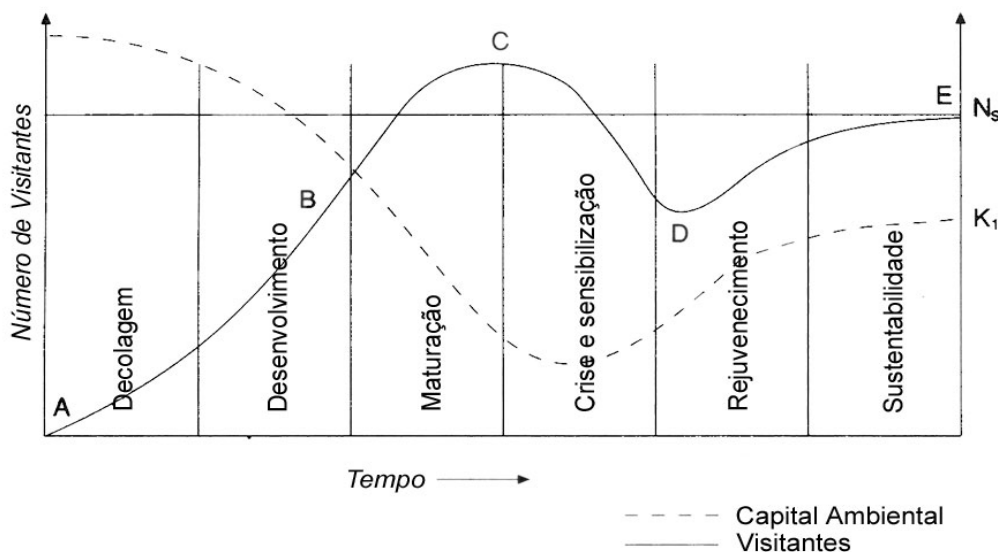


Figura 1 – Relação entre o número de visitantes e o capital ambiental
 Fonte: Vera et al. 1997 (adaptado)

De acordo com a figura 1 percebe-se que as fontes de recursos naturais tendem a diminuir de forma inversamente proporcional ao crescimento do número de visitantes de uma área. Na fase do turismo alocêntrico tem-se o início do desenvolvimento do destino, com baixo número de visitantes e um alto nível de conservação dos recursos. À medida que o destino vai se desenvolvendo, o capital ambiental diminui, tendendo a cair sensivelmente no período de clímax do turismo.

Desta forma, fica evidente a necessidade de redução dos impactos ambientais, remetendo-nos ao planejamento ambiental da área. Para que se alcance um desenvolvimento em bases sustentáveis é fundamental que as medidas mitigadoras sejam direcionadas a todos os atores envolvidos no processo. A natureza e magnitude dos impactos turísticos não são apenas um fator interno dos espaços receptores dos fluxos (unidades de conservação), afetando também as áreas de entorno e até os locais de origem dos turistas, tendo reflexos no comportamento de escolha do destino (VERA *et al.*, 1997).

A situação dos espaços turísticos em um contexto de competência territorial perpassa pela sua evolução segundo modelos teóricos de crescimento e

desenvolvimento territorial. São debatidas as características dos efeitos de criação e desenvolvimento de espaços turísticos, sejam eles em espaços urbanos ou naturais.

Diversos estudos têm abordado o tema de evolução dos espaços no destino turístico. As características e dimensões variam de acordo com o as mudanças na demanda e a implantação de infra-estrutura, seja ela de origem privada ou pública (VERA *et al.* 1997).

Esta premissa básica de que as áreas de destino são entidades dinâmicas sujeitas à evolução, aparecem no trabalho de Chistaller (1963) sobre o desenvolvimento do turismo em regiões periféricas, instigando o debate e readaptando sua teoria dos lugares centrais. Aprofundando nesta idéia tem-se a dependência de três fatores para a evolução do espaço turístico: mudanças nas preferências dos visitantes; adaptação das infra-estruturas e mudanças nos atrativos naturais e culturais.

Diversos modelos procuram representar esses processos. Entre eles o de Pearce (2003), o modelo de evolução do espaço turístico de Miossec (1977) e o conceito de ciclo de vida dos destinos turísticos de Butler (1980):

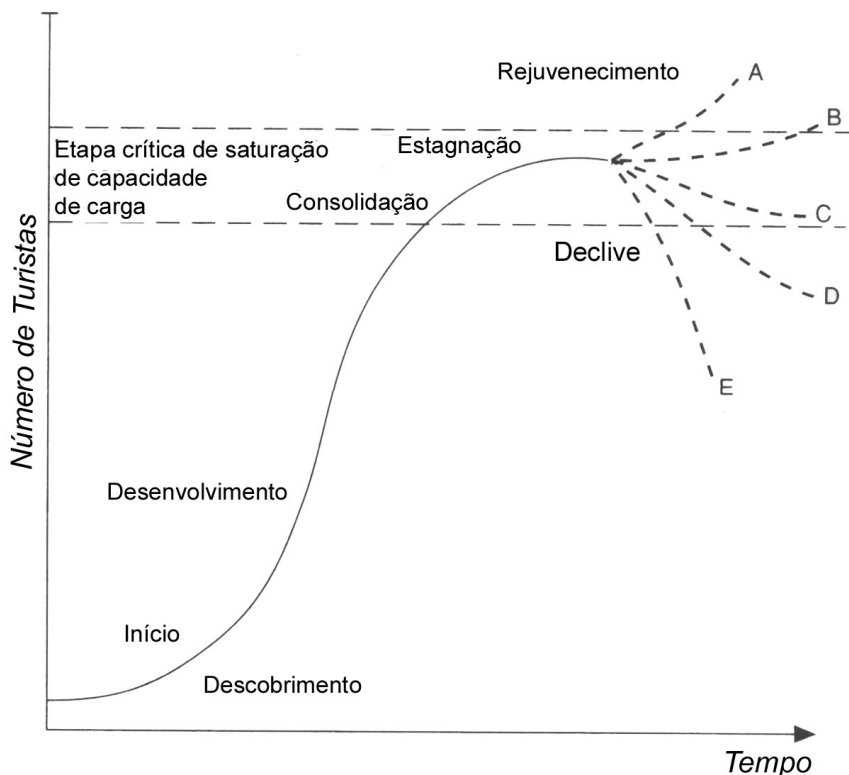


Fig. 2 Modelo de ciclo de vida dos destinos turísticos segundo Butler (1980)

Percebe-se com isso a necessidade de planejamento em todas as fases do ciclo de vida do destino, desde a fase de descoberta, passando pela maturidade até alcançar sua consolidação e conseqüente estagnação. Dependendo do nível de planejamento do destino, pode-se alcançar o rejuvenecimento do atrativo ou atingir a fase de declínio do local.

Nesse sentido a geografia assume papel fundamental, como uma das ciências que pesquisa o turismo, dedicando-se aos estudos dos processos de produção e reprodução do espaço turístico, sua organização e territorialidades, direcionando o correto planejamento e aproveitamento de suas potencialidades, minimizando e mitigando os possíveis impactos negativos.

A compreensão da dinâmica do espaço turístico e sua conseqüente formação territorial, não podem basear-se exclusivamente em uma abordagem geográfica, de modo que outros subsídios devem ser buscados em ciências afins (RODRIGUES, 1996).

O que se nota é que especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado, tratando-os minuciosamente, mas não se preocupando, quase sempre, em correlacioná-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global. (*BENI, 1997*)

O local onde se configura a dinâmica do espaço turístico demonstra-se de grande complexidade e abrangência. Desta forma, conceitos das ciências exatas, humanas e biológicas devem ser utilizados de forma sistêmica na busca do entendimento do fenômeno. Assim, possibilita-se o estabelecimentos de correlações entre os elementos físicos, químicos e biológicos com as questões culturais e sociais envolvidas.

2.6 Ecoturismo e sustentabilidade

A emergência do ecoturismo está pautada nos pressupostos conceituais de duas disciplinas: a ecologia e o turismo. Ambos têm despertado interesses no mundo atual, fazendo-se necessárias investigações científicas interdisciplinares que busquem as razões para que isso aconteça.

A palavra ecologia tem origem etimológica grega e nos remete à ciência que estuda a casa, ou seja, as relações entre os seres vivos e o meio em que vivem, considerando todas as suas interações. A ecologia não é apenas conservação do meio ambiente, tratando também das relações de intercâmbio e transformação de energia entre os seres vivos (CORIOLANO, 2006).

Assim, a ecologia envolve a inter-relação de conceitos e se estende por diversos ramos do conhecimento, perpassando a biologia, a geografia, a economia e o também o turismo. Com isso torna-se interdisciplinar e fundamental em todas as atividades humanas.

O turismo apresenta-se como fenômeno extremamente complexo, também devendo ser estudado em uma perspectiva transdisciplinar, tanto por influenciar, como por ser influenciado pelos setores econômicos, sociais e ambientais (RODRIGUES, 1996).

Desta forma, percebe-se que o turismo precisa acompanhar às necessidades da ecologia, integrando lazer e conservação da natureza. O turismo que não se firmar em bases educativas e de proteção estará desprestigiado, podendo desaparecer devido à exigências de turistas e investidores pela preservação ambiental e valorização da cultura local. Surge então a necessidade de uma nova concepção e organização do turismo praticado em áreas naturais: o ecoturismo.

Hector Ceballos-Lascuráin, um dos precursores do planejamento do ecoturismo, identifica-o como uma atividade onde o ambiente natural, em relativo estado de conservação, é o motivo mais relevante de admiração por parte do visitante. A experiência possibilita ainda o aprendizado, incentivando o visitante à tomada de postura mais responsável em relação à conservação do meio natural e sócio-cultural.

O Governo Federal através da Embratur define ecoturismo como:

segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (EMBRATUR, 1994, p.19).

Também podemos encontrar definições que valorizam a relação do ser humano com a natureza, uma das premissas do ecoturismo. Entretanto essas definições não deixam de contemplar a natureza e o desenvolvimento do destino turístico.

Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética. (LINDBERG & HAWKING, 2002).

É primordial que esteja bem definida a perspectiva de preservação e sustentabilidade focada no ecoturismo, aliando crescimento e minimização de impactos ambientais.

O ecoturismo é uma viagem responsável, que procura evitar os impactos ecológicos e culturais negativos. Faz-se necessário aliá-lo ao desenvolvimento e conservação ambiental, minimizando custos e maximizando benefícios.

Ecoturismo é uma das mais prestigiadas modalidades de turismo deste novo período pós-fordista, que coloca em segundo plano o turismo de massa, passando a priorizar a qualidade, o serviço personalizado, flexível e de qualidade (COROLIANO, 2006 p. 38).

O ecoturismo destaca-se no espectro de alternativas ao turismo de massas, incorporando em sua concepção todos os princípios do turismo alternativo e

adquirindo identificação própria ao buscar na natureza sua fonte maior de inspiração (PIRES, 2002).

Nas mais diversas concepções de ecoturismo podem-se detectar posturas ambientais semelhantes, que buscam a conservação do patrimônio natural e cultural, sejam elas em áreas naturais ou urbanas.

Rodrigues (1999) acredita que o ecoturismo é um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza mais preservada ou pouco alterada. Entre outras coisas é visto como um veículo para financiar a conservação e promover o desenvolvimento econômico de áreas deprimidas, beneficiando as comunidades locais.

Esta modalidade identifica-se também com o desejo de ruptura do cotidiano, revelando a necessidade de vivenciar o novo, o exótico ou a paisagem intocada. Ao mesmo tempo se diferencia do convencional, mostrando-se ainda como alternativa de destinos com fluxos congestionados, corroborada pela crescente demanda registrada no mercado turístico:

Entre outros fatores o ecoturismo tem sido considerado uma boa oportunidade de ingresso de divisas, geração de empregos e, de certa forma, como alternativa para a conservação (RODRIGUES, 2003).

Percebe-se que a crescente preocupação diante das questões relacionadas aos impactos, sejam eles sócio-econômicos, culturais ou ambientais do turismo irão influenciar a concepção de novas idéias e princípios para a reorientação do turismo praticado em áreas naturais, propondo uma nova ordem onde predominariam a ética, o respeito à natureza e à população autóctone.

Uma outra definição de ecoturismo é dada por Laarman e Dust (1993) *apud* Fennel (2002), diferenciando-o do turismo de natureza, que seria mais orientado para a prática do turismo em áreas relativamente intocadas ou preservadas, como parques, áreas naturais ou outros ambientes protegidos. Desta perspectiva, o ecoturismo é descrito como parte de um turismo mais amplo, baseado na natureza (FENNEL, 2002).

O turismo de natureza, de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats por meio de uma contribuição à conservação e produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e protejam suas áreas herdadas como fonte de renda (GOODWIN apud FENNEL, 2002).

Em uma síntese do arcabouço histórico de formação conceitual do ecoturismo, Pires (2002) acredita que o turismo na natureza, ou baseado na natureza:

Além de expressar um tipo de turismo diretamente dependente da presença de uma ambientação natural para seu desenvolvimento, é dotado de um significado abrangente no sentido de abrigar distintos tipos de turismo sob seu enfoque principal, inclusive o ecoturismo (PIRES, 2002, p. 138).

Ziffer (1989) considera que o turismo na natureza, não necessariamente ecologicamente correto, concentra-se na motivação e no comportamento do turista individual. Inversamente, o seria muito mais difícil de praticar, dada a sua abrangência mais ampla, que incluiria planejamento e a realização de projetos sociais.

Ecoturismo é uma forma de turismo inspirada na história natural e cultural de uma área. O ecoturista visita áreas relativamente não desenvolvidas, com espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista utiliza os recursos naturais e de vida selvagem de forma não predatória e contribui para a área visitada objetivando beneficiar diretamente a conservação do local e o bem-estar econômico dos habitantes (ZIFFER, 1989, p. 6)

Bastante abrangentes, Wallace e Pierce (1996) abordam o ecoturismo como uma ferramenta para a conservação e o desenvolvimento sustentável, destacando sua atuação em áreas onde a população local é solicitada a abrir mão de usos predatórios dos recursos em favor de outros tipos de utilização. Definem o ecoturismo como:

A viagem à áreas naturais relativamente intocadas, para o estudo, o divertimento, ou a assistência voluntária. É a viagem em que há preocupação com a flora, a fauna, a geologia e os ecossistemas de uma área, assim como com as pessoas que vivem nas vizinhanças, suas necessidades, sua cultura e seu relacionamento com a terra. (WALLACE & PIERCE, 1996, P. 848)

Segundo a WWF Brasil (2001) o ecoturismo deve ser visto como um tipo de turismo responsável e pode ser descrito como aquele que é realizado em áreas naturais, sendo controlado e determinado pelas comunidades locais e gerando benefícios, tanto para ela quanto para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Percebe-se que todos os conceitos que envolvem a prática do ecoturismo abordam de alguma forma, a conservação e manutenção das características naturais, a integração da comunidade local e a possibilidade de agregar alternativas econômicas.

Este é um modelo de turismo baseado no conceito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito foi elaborado em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento sob a égide de um documento denominado “Nosso Futuro Comum” também conhecido como relatório Brundtland. Neste relatório o desenvolvimento sustentável foi difundido como: “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades.” (CMMAD, 1991). Esse documento chamou a atenção do mundo para novas formas de desenvolvimento que se sustentassem, sem redução dos recursos naturais ou danos ao meio ambiente.

Esta também é a proposta do turismo sustentável, fundamentado no princípio universal da sustentabilidade, onde se propõe um modelo de turismo planejado no sentido de assegurar sua longevidade, integrando as comunidades locais e buscando a gestão sustentada dos recursos naturais e culturais. Com esse intuito seria possível assegurar as possibilidades de perpetuação para as próximas gerações (PIRES, 2002).

O conceito de turismo sustentável deve considerar:

A gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender as necessidades econômicas sociais, vivências e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica

dos meios humanos e ambiental são mantidas através dos tempos.
(RUSCHMANN, 2000, p.72).

Trata-se portanto de uma ação gerencial no meio ambiente, na qual se pretende implantar equipamentos turísticos aliado a um desenvolvimento controlado e em harmonia com os aspectos naturais e sócio-culturais.

As modalidades de turismo, denominadas como alternativas, surgiram a partir da década de 1970, como opção de reação ao turismo de massa, quando começaram a se evidenciar os problemas por ele provocados e a serem discutidos novos tipos de turismo: os de menor impacto sobre o meio ambiente e as comunidades anfitriãs.

Desta forma, surge um novo paradigma para propostas turísticas, diferenciando-se do modelo de turismo convencional, que era altamente impactante em seus aspectos ambientais e sociais. Nesse ínterim surge o ecoturismo como forma de planejamento de longo prazo, integrando as comunidades locais e buscando a rentabilidade por meio da gestão e otimização dos recursos.

A conservação da natureza e a proteção ao meio ambiente deveriam acontecer independentemente das considerações econômicas, visto que são essenciais à manutenção da vida humana. Entretanto, considerando-se as altas taxas de destruição e extinção dos recursos naturais, faz-se necessário imprimir um sentido de valor à conservação da biodiversidade que transmita redundância em benefícios para a humanidade (KINKER, 2002).

Esta necessidade de conservação reforça a tendência de criação de parques e demais tipos de unidades de conservação no Brasil. A paisagem, a fauna e a flora, passam a ser protegidos legalmente, fato que se confirma com a criação crescente de Parques e unidades de conservação no Brasil.

Os benefícios que os Parques Nacionais trazem para a sociedade são, além da manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, as oportunidades de recreação e ecoturismo, as oportunidades de educação ambiental e pesquisa, e a proteção dos valores estéticos, espirituais, culturais, históricos e existenciais (DIXON e SHERMAN, 1990)

Essa tendência é reafirmada por Elizabeth Boo. Segundo a autora, os turistas estão visitando cada vez mais parques e reservas ao redor do mundo, buscando nesta modalidade experiências que os ajudem a compreender e valorizar o ambiente natural (BOO *apud* RODRIGUES, 2003).

Com o aumento do fluxo de turistas, as atividades desenvolvidas em áreas protegidas requerem planejamento e estudo para o manejo dos visitantes. Além disso, é essencial a determinação e o monitoramento dos impactos produzidos pela prática do ecoturismo, bem como a definição de limites de uso. Todas estas informações devem estar presentes em um plano de manejo, fundamental para o correto gerenciamento das atividades inerentes à unidade de conservação.

Concordando com Boullón *in* Rodrigues (1999), acredita-se que, com uma administração eficiente, não há problema em manter o uso turístico de uma área protegida dentro dos limites de sustentabilidade. A atividade turística é a mais ecológica, dentre todos os aproveitamentos econômicos possíveis, uma vez que não é extrativa. (LIMA *apud* RODRIGUES, 2003).

Deve-se considerar ainda a relação benéfica que pode existir com a visitação em áreas protegidas. A correta administração das atividades de ecoturismo promove equilíbrio, maximizando o prazer do visitante e ao mesmo tempo minimizando os impactos negativos do progresso turístico.

Entretanto, percebe-se que muitas vezes o turismo tem se revelado predatório aos ecossistemas naturais. A implementação de infra-estrutura pesada ou inadequada, a ocupação desordenada do território, a especulação imobiliária e a falta de educação ambiental vêm contribuindo para agredir a natureza.

O ecoturismo destacou-se como proposta de transformações nos rumos do turismo convencional. Surgem assim, rotulações utilizadas indiscriminadamente em produtos turísticos, representando um conjunto de atividades ainda indefinido. Segundo Yázigi (1998) o prefixo eco pretende ter um efeito moralizante, trazendo à tona contradições capitalistas, burguesas e individualistas, que pensa mitigar os efeitos destrutivos sem eliminar as causas (CORIOLANO, 2006).

Desta forma, torna-se paradoxal pensar em turismo com equilíbrio ambiental em um modelo de desenvolvimento por vezes contraditório. A necessidade de agregar

valor à particularidades naturais, de maneira geral, exerce demanda conflitante com o meio ambiente. A destruição de espaços causados por padrões inadequados de uso para o turismo compromete o local nos aspectos naturais e sociais.

Portanto, devem se definir critérios de uso de técnicas apropriadas aos contextos ambientais e sociais específicos (como as unidades de conservação e seu entorno), priorizando formas e modelos de ecoturismo condizentes com o tipo de desenvolvimento que se deseja implementar.

Os modelos de desenvolvimento ou de crescimento econômicos têm superado a capacidade de suporte da natureza, exigindo cada vez mais produção e competição. O ideal é que se pense em um modelo de desenvolvimento local. Sachs (1986) acredita que:

Devem-se conceber sistemas criados pelo homem como verdadeiros ecossistemas e de zelar no sentido de que a inserção dos mesmos nos ciclos ecológicos se faça de forma a não alterar os últimos (SACHS, 1986, p.32)

A história jamais forneceu modelos que devam ser reproduzidos, mas sim antismodelos que é preciso superar. Para tanto, duas condições deverão ser respeitadas: a independência intelectual e a coragem política (SACHS, 1986, p.130)

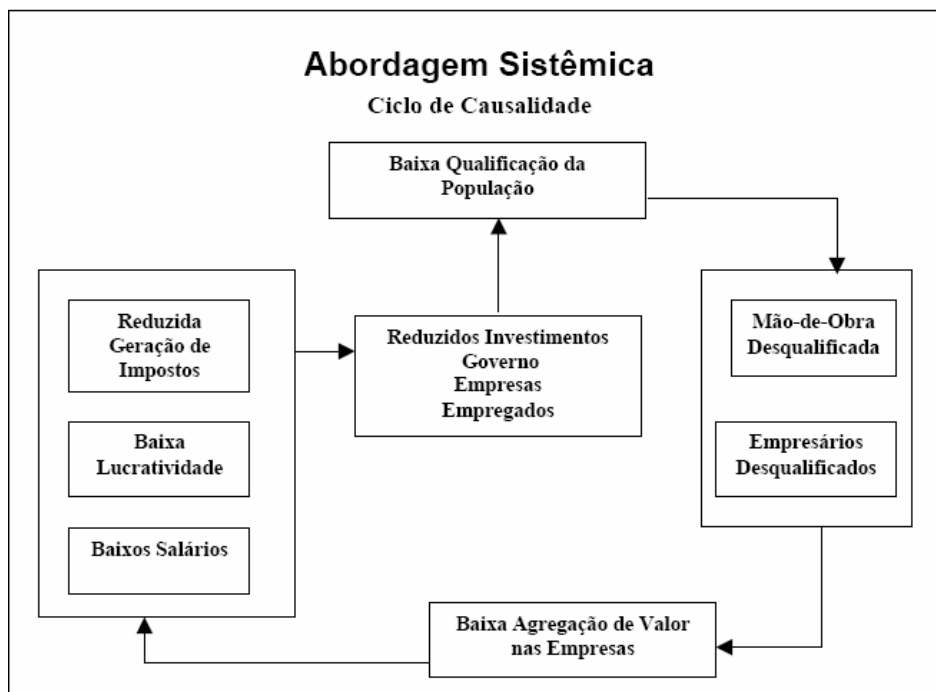
Na maioria das vezes o turismo causa impactos nos ecossistemas devido à necessidade de implantação de equipamentos e serviços. O advento do turismo poderá provocar a turistificação das paisagens e trazer uma série de desequilíbrios ecológicos na região, isso nos remete à necessidade de pensar em todos os sistemas de produção de maneira integrada, de modo a funcionarem de forma ecologicamente viável.

Um planejamento sistêmico permitiria aos atores locais uma percepção ampliada de sua estrutura, relacionando eventos e identificando padrões de funcionamento em seu sistema. A partir de uma melhor percepção fica mais claro o direcionamento das ações que impulsionem o crescimento econômico com base em questões sustentáveis de utilização dos recursos.

Neste sentido, a proposta de abordagem sistêmica apresentada na figura 03 sintetiza ações de planejamento e o ciclo de causalidade em que se encontram alguns

loais com potencialidade turística, mas que não conseguem um profícuo desenvolvimento das atividades.

Figura 03: Ciclo de Causalidade



Fonte: Pires, 2001

O ciclo de causalidade apresentado reflete o que ocorre normalmente em destinos que promovam o turismo de natureza. Para que essa prática transforme-se em ecoturismo, deve-se promover além da conservação do ambiente visitado, a conscientização ambiental e o desenvolvimento local integrado. Assim, o ecoturismo garante a sustentabilidade da atividade.

Para se chegar ao ecoturismo, podem ser acessadas duas vias conceituais: a do turismo sustentável e a do turismo na natureza. Pela primeira via tem-se que o ecoturismo seria uma das alternativas de turismo sustentável diferenciada das demais pelo fato de priorizar a natureza. Pela segunda via, o ecoturismo seria um tipo de turismo na natureza entre outros possíveis, porém diferenciado dos demais pelo seu compromisso em relação aos paradigmas ambientalistas (PIRES, 2002, p. 256).

Com base nas colocações apresentadas, fica assinalado que as maiores diferenças que separam o ecoturismo de outras modalidades residem nos princípios de uma base ampla, incluindo os preceitos da sustentabilidade, da educação ambiental, da promoção do bem estar das populações locais e de um relacionamento ético em sua experiência.

3. ÁREA DE ESTUDO:

O presente capítulo contextualiza o referencial teórico, principalmente focado nos conceitos de território, espaço e planejamento do turismo em áreas naturais protegidas, com a pesquisa de campo elaborada, no intuito de verificar e realizar uma análise comparativa entre os dois parques estaduais estudados.

Neste intuito, serão abordados os mesmos temas em cada uma das unidades de conservação, para tornar a análise comparativa mais fidedigna e mostrar a realidade de cada local sob os mesmos aspectos metodológicos.

Para tanto, tem-se inicialmente, a apresentação do parque estadual de Ibitipoca, sua localização geográfica e suas características físicas e ambientais, onde são abordadas as características da Serra de Ibitipoca, seus solos, clima e vegetação. Posteriormente são apresentados alguns antecedentes históricos, a realidade do parque e as condições de gestão e planejamento que culminaram no uso público atual da unidade de conservação, sendo focada a questão turística e suas diversas implicações.

Finalmente, são demonstradas algumas imagens do interior do parque estadual de Ibitipoca, na tentativa de revelar as particularidades e características especiais da unidade de conservação, mostrando a complexidade dos aspectos de planejamento e ordenamento territorial que permeiam a gestão de unidades de conservação com fluxo turístico.

O item subsequente trata do parque estadual de Vila Velha – PR. Como já abordado anteriormente, serão apresentados os mesmos quesitos do Parque Estadual de Ibitipoca: a localização geográfica, as características físicas, ambientais e também o histórico e a realidade que determinou o sentido de conservação e ordenamento territorial do turismo em no parque estadual de Vila Velha.

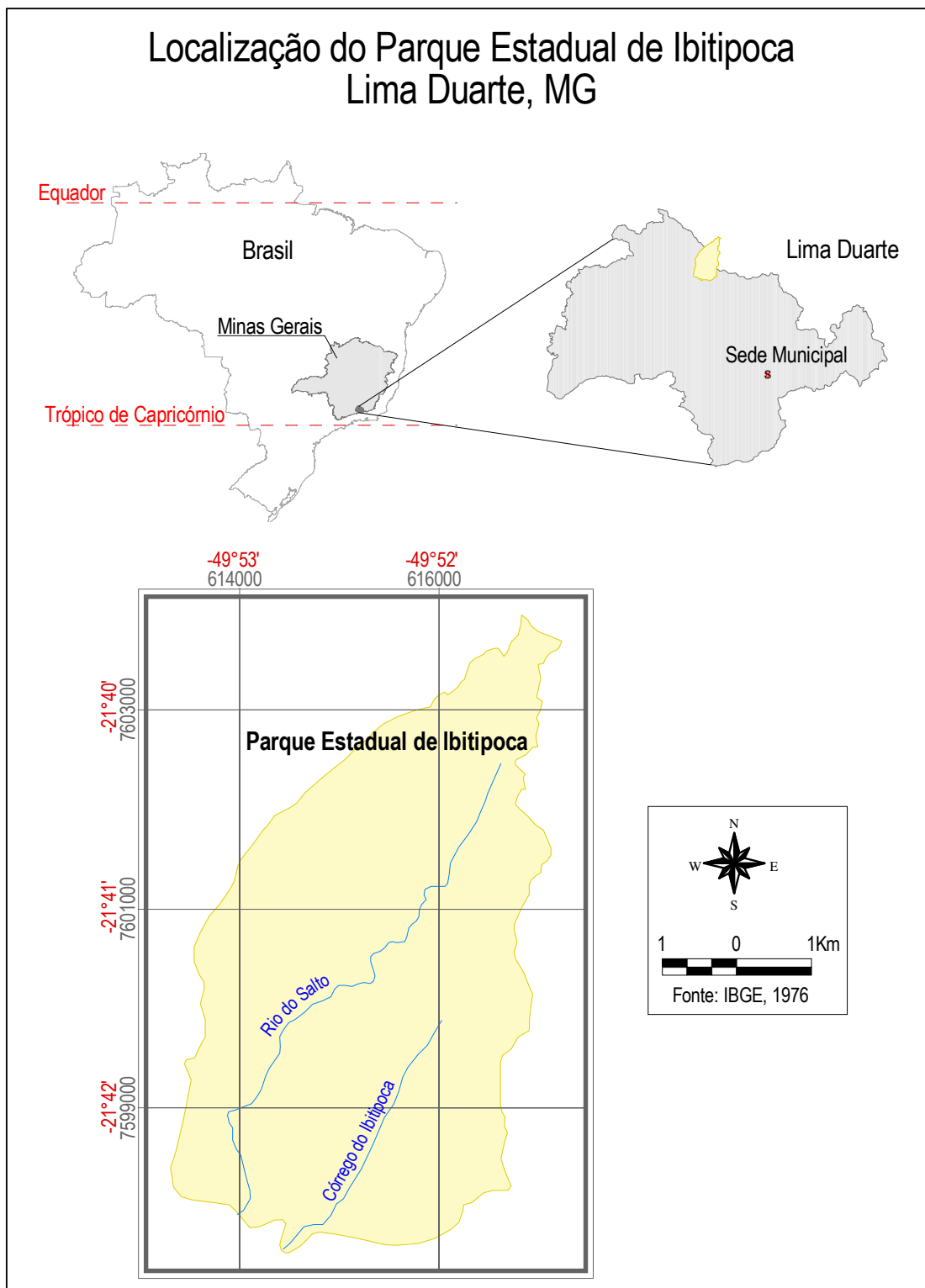
3.1 O Parque Estadual do Ibitipoca – MG

3.1.1 Caracterização Física e Ambiental

O Parque Estadual do Ibitipoca possui 70% do seu território localizado no município de Lima Duarte e os outros 30% no município de Santa Rita de Ibitipoca, com uma área total de 1.488 ha. Encontra-se entre as coordenadas geográficas 21°40' - 21°44' S e 43°52' - 43°55' W. A criação do parque ocorreu através da lei Estadual 6.126, de 04 de julho de 1973.

O parque encontra-se na parte alta da chamada Serra do Ibitipoca, em altitudes que variam de 1.050 a 1.784 m, está inserido no sistema Geológico Mantiqueira e faz parte do Grupo Andrelândia, Planalto Itatiaia (Mapa 01). Está situado nas mais elevadas cotas de altitude em relação ao seu entorno, tendo suas formas escarpadas, contrastando com os arredores e notando-se a presença de pequenos vales e estreitos *Canyons*, o que confere à hidrografia local uma grande quantidade de pequenas cachoeiras e corredeiras (SILVA & ZAIDAN, 2004).

O evento geológico formador predominante foi o tectônico estrutural, destacando-se o processo de deformação por orogênese que deu origem à serra. No vale interior do parque sobressaem pequenos *Canyons*, provenientes do abatimento e colapso do teto de grutas, onde a interferência de agentes climáticos teve grande destaque.



Mapa 01: Localização do Parque Estadual do Ibitipoca, MG.

Em seu território, uma variedade de ambientes se distribui, formando um mosaico de ecossistemas que inclui uma diversidade singular de vegetais e animais. Esse mosaico de unidades de paisagem (geoambientes) gera um ambiente rico de recursos. Dias *et al.* (2002) identifica e caracteriza oito geoambientes para o Parque Estadual do Ibitipoca: Patamares com Espodossolos, Cristas ravinadas, Escarpas, Grotas, Mata Baixa com Candeia, Mata Alta sobre Xisto, Topos Aplainados e Rampas com Vegetação Aberta.

Segundo Lemos e Melo Franco *apud* Silva & Zaidan (2004), o clima típico local é o tropical de altitude com verões amenos e regime de precipitação apresentando um ciclo bem definido. Para Rodela (2000), o clima da Serra do Ibitipoca pode ser classificado como tropical de altitude mesotérmico, com inverno frio e seco e chuvas elevadas no verão. Apresenta temperaturas médias de 12 a 15° C na época mais fria e entre 18 a 22° C na época mais quente. A precipitação pluviométrica está em torno de 200 a 500 mm ao mês nos períodos chuvosos (principalmente novembro a março) e em média, menos de 20 mm ao mês na época seca (chegando a menos de 6 mm ao mês). Anualmente, chove cerca de 2200 mm.

Os microclimas de Ibitipoca são diversificados pela grande diferenciação de formas de relevo: paredões, vales em garganta, grutas, pontes naturais, variedade de vegetação, variação das declividades e exposição de vertentes (portanto várias faces de exposição à luz). Os efeitos das orientações de vertentes se fazem sentir durante o dia, quando a incidência de raios solares poderá afetar diversamente o terreno, conforme a exposição.

O parque é cortado pelos ribeirões do Salto e Vermelho constituindo-se em um grande divisor de águas, localizado entre as bacias do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul. Em sua encosta oeste, nas proximidades do distrito de Conceição de Ibitipoca, nascem os ribeirões da Conceição, Córrego do Pilar e do Bandeira, todos contribuintes da Bacia do Rio Grande.

A vegetação do parque é um mosaico singular de comunidades constituída por Floresta Atlântica Médio e Altomontana, Cerrados de Altitude e Campos Rupestre do Espinhaço, onde as vegetações predominantes são os campos rupestres, que

apresentam grande diversidade florística e a ocorrência de inúmeras espécies endêmicas (SALIMENA, 2000).

A Serra do Ibitipoca figura entre as áreas prioritárias para a conservação da flora no Estado de Minas Gerais, citada na categoria de importância biológica especial, o nível mais alto adotado (DRUMMOND *et al.*, 2005). São encontradas fisionomias campestres e arbustivas de cerrados e campos rupestres e formações florestais. Rodela (2000) classifica as diferentes fisionomias de vegetação em: matas altimontanas (estacional semidecídua, ombrófila densa, mata ciliar), cerrados de altitude (campo cerrado e *stricto sensu*), campos rupestres (campo sujo encharcável, campo sujo, campo com Cactaceae, *stricto sensu* e arbustivo).

Os Cerrados de Altitude podem ser considerados como transições de Campos Rupestres para Cerrados, contendo espécies das duas formações. Por isso, nessas fisionomias há endemismo específico da flora de Campos Rupestres mesclado a espécies de cerrado, atribuindo-lhe caráter atípico, transicional e biodiverso. (RODELA, 1998).

Costa *et al. apud* Dias *et al.* (2002) classificou o Parque Estadual do Ibitipoca na categoria de “Extrema Importância Biológica”, em razão do endemismo de anfíbios, mamíferos e aves, ameaçados e de relevância, da singularidade espeleológica e da diversidade de habitats.

Um dos maiores problemas relacionados à intensa visitação nas áreas de campos rupestres, é o desenvolvimento de processos erosivos em trilhas, desmoronamentos, deslizamentos nas encostas e a ação predatória de espécies vegetais com apelo visual, especialmente relacionada à Bromeliaceae, Orchidaceae e Cactaceae. (FORZZA & MONTEIRO, 2004).

A variação dos solos no local ocorre principalmente em função da alteração do material de origem, predominando os solos autóctones, formados a partir da decomposição das rochas locais, definidos de acordo com Oliveira (1992) e Embrapa (1999) *apud* Silva e Zaidan (2004) como: Neossolos Litólicos, Cambissolos, Neossolos Quartzarênicos, Rochas com Depósitos de Areia e Afloramentos de Rochas.

Desta forma, a Serra do Ibitipoca, especialmente na área do Parque Estadual do Ibitipoca, demonstra solos predominantemente de natureza quartizítica, que

associados à topografia bastante acidentada, ao clima e à cobertura vegetal heterogênea e exuberante, apresenta enorme riqueza de atributos naturais.

Para Silva e Zaidan (2004), a geomorfologia local esta relacionada com a fisiografia fluvial do parque. Pode-se destacar a ocorrência de leitos em forma de *Canyons* e com encostas escarpadas existindo leitos mais abertos na região do Lago dos Espelhos, Tchibum, Prainha, Lago das Miragens e Cachoeira dos Macacos, todos localizados no Rio do Salto e formando o chamado “Circuito das Águas”.

Trata-se de uma unidade de conservação ambiental aberta à visitação, sob guarda e administração do Instituto Estadual de Florestas – IEF. O parque é a sétima unidade de conservação estadual mais visitada no Brasil, recebendo aproximadamente 35.000 visitantes por ano. A infra-estrutura básica do parque compreende o centro de visitantes, centro administrativo, alojamento para pesquisadores, camping, restaurante, estacionamento, biblioteca, portaria, residência dos administradores e dos guardas florestais, além da sede para equipe de bombeiros.

3.1.2 Antecedentes Históricos e uso público do Parque

O arraial de Conceição de Ibitipoca é um distrito da cidade de Lima Duarte, distante vinte e sete quilômetros da sede, localizado nos contrafortes da Serra da Mantiqueira.

A referência histórica do arraial se inicia em 1692 com a “bandeira” do padre João Faria Fialho, quando foi registrada a descoberta de ouro de aluvião no córrego da Conceição, dando início à exploração aurífera.

Em 1718, Ibitipoca atinge o seu apogeu, com a formação da freguesia (extensas áreas de terra, com aproximadamente 7000 habitantes), mas logo em seguida o mesmo Padre Fialho, dando continuidade a sua bandeira, descobre pepitas de ouro em “Vila Rica”.

Começa o êxodo do arraial, as mulas que traziam os alimentos de Parati para Ibitipoca ficaram escassas ou não chegavam, seguindo agora para o novo destino, mesmo caminho dos garimpeiros e suas famílias, transformando o arraial em um local abandonado, restando apenas contrabandistas e pessoas mais pobres.

Conceição de Ibitipoca, entretanto, deixou como marca do século XVIII um vasto patrimônio cultural e arquitetônico, constituído principalmente da Igreja Matriz (construída em 1768), da igreja do Rosário, do casario antigo e da praça da matriz. Nesta época era comum o crescimento dos arraiais ao redor da capela, onde os garimpeiros pudessem fazer as orações. A igreja é pequena, seguindo o estilo rococó e barroco. De acordo com os documentos históricos sobre o local, o acervo e o patrimônio da igreja teriam sido adquiridos com os recursos das doações que os senhores eram obrigados a fazer por estarem construindo nas terras pertencentes à paróquia de Nossa Senhora de Conceição de Ibitipoca (DELGADO, 1962).

Em 1822 o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire visitou a serra e fez coleta de vários espécimes botânicos identificando rapidamente as melastomáceas e outras espécies da flora local. Sobre os bosques de araucária apontou a correspondência com outras áreas da Mantiqueira, desde a Borda do Campo até as regiões do sul do país. Ele já sinalizava para uma igualdade de temperatura entre estes pontos, funcionando a araucária como uma espécie de termômetro dessa situação (DELGADO, 1962).

O século XIX não foi de grandes transformações para Ibitipoca, entretanto, na segunda metade do século XX o interesse pela serra do Ibitipoca começou a aumentar, com alguns visitantes procedentes de municípios próximos, que ali se dirigiam com a finalidade de praticar o lazer, especialmente em feriados e fins de semana. Assim, a 04 de julho de 1973 foi instituído a três quilômetros do arraial, o Parque estadual do Ibitipoca, ao longo de toda a linha cumeada da serra e vertentes próximas, com uma área de 1.488 hectares. A maior parte desta unidade de conservação se localiza no distrito de Lima Duarte, sendo a outra porção pertencente ao município de Santa Rita do Ibitipoca.

Subseqüentemente, registra-se um aumento na frequência de visitantes, acelerando-se bastante nos últimos anos, caracterizando o turismo como atividade econômica de especial relevância no distrito.

Atividades como o turismo ecológico e o turismo rural aumentam significativamente, sobretudo a partir do último decênio do século passado. Com isso a exploração turística se intensificou, aumentando visivelmente o fluxo de turistas e o número de edificações, transformando Conceição de Ibitipoca em um estimulante universo de observação, onde é possível entender os efeitos do turismo sobre um pequeno povoado, voltado até então para atividades agropecuárias de pequeno porte (FONTOURA, 2006).

O incremento e a intensificação das atividades turísticas pode significar, por um prisma, um importante fator de revitalização econômica e social, entretanto, pode também ser o vetor de inúmeras transformações no território, envolvendo novas práticas sociais, intrinsecamente engendradas nas relações de poder que determinam a produção do espaço.

A Serra do Ibitipoca, especialmente na área do Parque Estadual do Ibitipoca, demonstra através de suas particularidades climáticas, hidrográficas, de fauna e de flora (registra-se a ocorrência de inúmeras espécies endêmicas), um imenso potencial de atratividade turística, principalmente relacionado às diretrizes do ecoturismo.

A realidade do local, entretanto não caminhou para um planejamento que buscasse a sustentabilidade ecológica, social e econômica através do turismo. A criação do Parque estimulou atividades ligadas ao turismo, sobretudo a partir do último decênio do século passado. Com isso a exploração turística se intensificou, aumentando visivelmente o fluxo de visitantes, sendo considerado o parque estadual de maior visitação de Minas Gerais.

Toda esta perspectiva de crescimento potencial agregou transformações em diversos níveis, tanto na área do Parque como na região do seu entorno, onde se localiza o Arraial de Conceição de Ibitipoca. Atualmente, vila concentra todos os equipamentos turísticos necessários para o desenvolvimento do turismo local.

Dentro do Pares Ibitipoca, as maiores transformações foram registradas com relação ao aumento do número de visitantes. A partir da década de 1990 tem-se um crescimento considerável dos turistas, que buscavam inicialmente o contato com a natureza e posteriormente o conforto das pousadas e o glamour das paisagens do Parque. Esta condição de potencialidade turística estimula empresários a investir no local, gerando condições de recepção ao turista, como a construção de pousadas, hotéis, bares, restaurantes e opções de entretenimento para os turistas.

Neste ínterim registra-se aumento no fluxo de visitas no Parque, chegando a receber 35.000 visitantes em um único ano (MMA, 2004). Este crescimento, sem nenhum tipo de organização e planejamento acarreta consequências ambientais, sociais e econômicas.

O principal impacto ambiental foi identificado nas trilhas do Parque, que muitas vezes não eram respeitadas pelos turistas, criando trilhas paralelas e acarretando graves consequências erosivas, impulsionadas pelo deslocamento do escoamento superficial.

Outro aspecto observado com a intensificação do fluxo de pessoas está relacionado com a retirada de espécies de epífitas (principalmente orquídeas e bromélias), algumas delas endêmicas. Além disso, foi registrado nos anos de maior fluxo, uma alteração do comportamento de indivíduos da espécie *Crysocyon brachyurus* (lobo-guará) da região, que se acostumaram a visitar a área de camping à noite em busca de alimento.

Registra-se ainda problemas de visitação nos atrativos espeleológicos do Parque. Suas grutas e cavernas passam a receber turistas em demasia, que causam perturbações no ecossistema local, principalmente com relação aos morcegos e seus hábitos.

Todas estas consequências observadas corroboram a necessidade de planejamento turístico e ambiental para as áreas naturais com potencial de exploração do turismo. Ao listar tais impactos é importante frisar a capacidade do fenômeno turístico em alterar as formas e estruturas espaciais, de recriar redes de relacionamento social, alterar hábitos locais e interferir no meio físico biótico e abiótico.

No Pares Ibitipoca a percepção da necessidade do planejamento ocorreu apenas no final da década de 1990, quando o número de visitantes ainda crescia de forma progressiva e desordenada, culminando, em 2001, em uma portaria do Instituto Estadual de Florestas que determinava a limitação diária do fluxo de turistas e o aumento considerável do valor do ingresso de entrada no Parque; fatores que visavam minimizar a ação antrópica frente aos recursos da unidade de conservação.

Estas medidas foram tomadas no sentido de mitigar os impactos ambientais gerados ao longo dos anos e tentar evitar que a capacidade de suporte da natureza fosse ultrapassada.

Apesar de não ter sido criado um plano de ordenamento territorial ou um plano de manejo, um pacote de medidas pontuais tentou resolver os problemas trazidos com o aumento desordenado de visitantes. Com relação às trilhas, observa-se a construção de canais de drenagem e o fechamento de trilhas paralelas, visando a conservação e/ou a segurança dos turistas.

Este procedimento também foi adotado nas grutas e cavernas de ecossistemas mais frágeis ou que apresentavam algum tipo de risco de desmoronamento, onde a visitação foi proibida, caso da gruta das bromélias, uma formação quartzítica com três mil metros de extensão.

Durante alguns anos percebe-se a tentativa de adequação dos turistas, da população e da gerência do Parque e frente à nova realidade de gestão da unidade. O perfil do visitante muda, migrando de um turista alocêntrico e aventureiro para um turista psicocêntrico e elitizado, que procura lazer em finais de semana com a família.

O ano de 2005 apresentou relevância para se compreender a gênese do ecoturismo e do planejamento ambiental do Parque e seu entorno. Neste período algumas providências foram tomadas, no sentido de buscar o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo com a preservação do local.

O primeiro destaque deve ser dado para a parceria firmada entre o Governos do Estado de Minas Gerais e Alemão, por meio do Banco KfW⁵, esse acordo de

⁵ Kreditaustalt Für Wienderaufbau

cooperação financeira resultou na criação do PROMATA, um programa de proteção da Mata Atlântica iniciado em 2003.

Esta parceria possibilitou a liberação de verbas para as unidades de conservação com potencial turístico. Em Ibitipoca, destaca-se a utilização da verba para três atitudes importantes no gerenciamento da unidade de conservação: as reformas das estruturas administrativas, a sinalização das trilhas e a elaboração de um plano de manejo para o parque.

Outro fato que auxiliou no planejamento turístico e ambiental regional foi a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente no município de Lima Duarte, onde se localiza o arraial de Conceição de Ibitipoca. Por meio dela pôde-se realizar um melhor planejamento e gerenciamento dos eventos e atrativos locais, através da elaboração do inventário da oferta turística. Além disso, o estabelecimento da secretaria possibilitou uma melhora na gestão do lixo e a captação de verbas para a construção da estrada-parque e de um centro de informações ao turista.

Ainda em 2005, foi aprovada a criação do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Ibitipoca, que auxilia nas decisões sobre o parque e sua zona de amortecimento, no que concerne às políticas de preservação, conservação e ordenamento turístico.

Imagens do interior do Parque Estadual de Ibitipoca - MG:

Foto 01: Vista do Mirante do Parque de Ibitipoca



Foto 02: Trilha sobre afloramento rochoso



Foto 03: Restaurante



Foto 04: Lago dos Espelhos



Foto 05: Candeias e trilha



Foto 06: Prainha



(Fonte das fotos 01 a 06: pesquisa de campo do autor - 2006)

3.2 Parque Estadual de Vila Velha

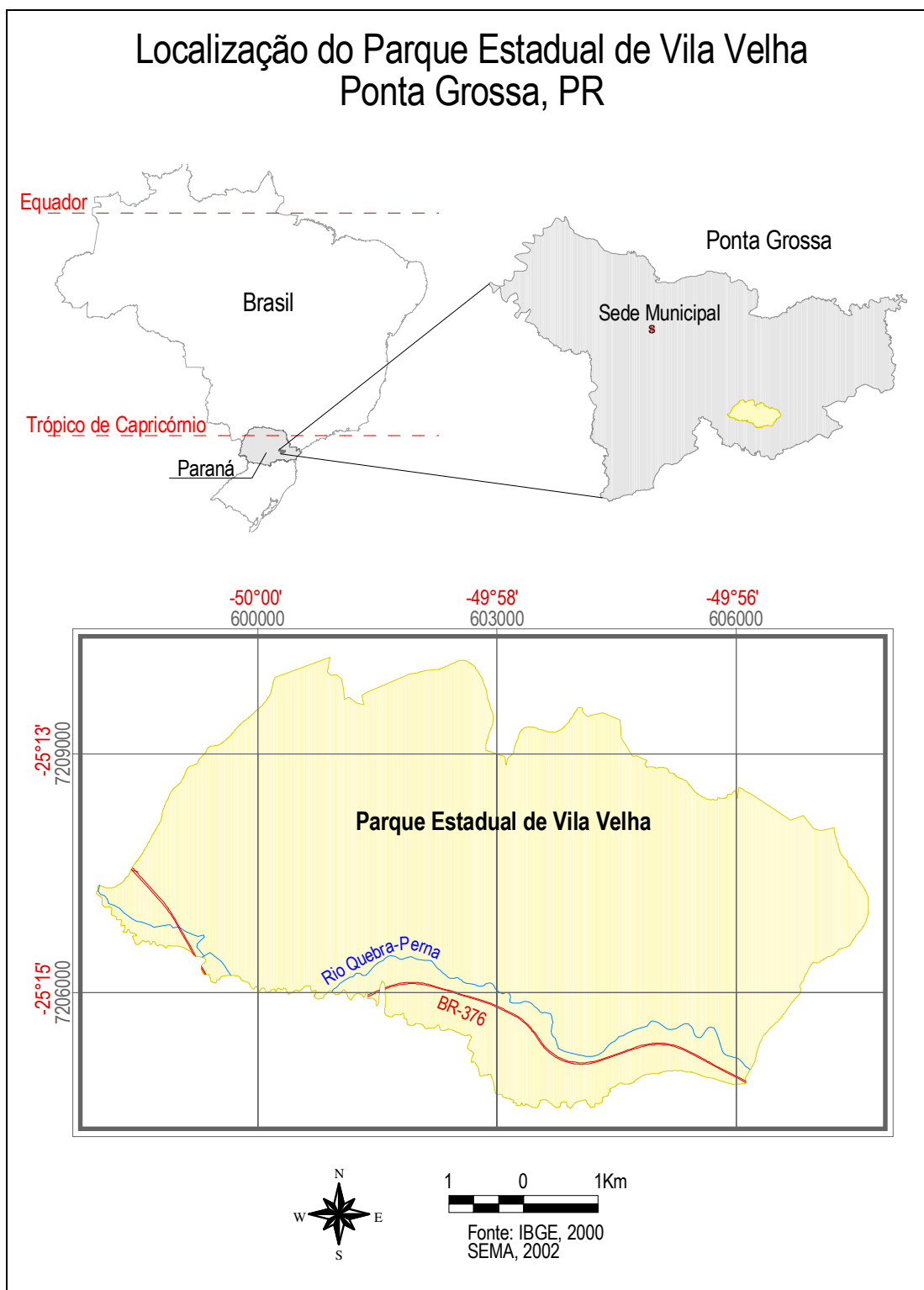
3.2.1 Caracterização Física e Ambiental

O parque estadual de Vila Velha está situado no segundo planalto paranaense, na região denominada Campos Gerais, município de Ponta Grossa, às margens da rodovia BR-376.

A área de estudo está limitada pelas coordenadas geográficas de 24° 15' e 25° 40' de latitude sul e 49° 45' e 50° 10' de longitude oeste. A topografia da região é de relevo suavemente ondulado, às vezes escarpado.

A drenagem, de direção geral para oeste, acompanha a direção dos lineamentos. Muitos rios nascem no Primeiro Planalto, atravessam a escarpa do Segundo Planalto em grandes Boqueirões e perfis de equilíbrio perturbado.

O principal acesso ao parque se dá pela rodovia BR-376, importante corredor viário que liga o litoral à Curitiba, e essa ao Norte e Noroeste do estado do Paraná. O parque está localizado a aproximadamente 20 km da sede do município de Ponta Grossa e 80 km da capital. Parte da rodovia perpassa os domínios do parque, através de uma faixa de domínio de 11,5 km que acompanha o percurso do rio Quebra-Perna. O mapa de localização a seguir ilustra melhor estas informações.



Mapa 02: Localização do Parque Estadual de Vila Velha

A região de Vila Velha é conhecida internacionalmente por suas formações rochosas, não só na parte dos arenitos, como também nas furnas. Suas formas podem revelar aspectos da evolução da história natural da terra e dos homens, visto que, há 3000 anos o local foi habitado por índios da cultura pré-guarani.

Há 400 milhões de anos a região foi coberta por um oceano interior. Neste período foram depositados sedimentos grosseiros (formação furnas) e sedimentos finos (formação Ponta Grossa).

Depois desse período (após 120 milhões de anos) glaciações cobriram o hemisfério sul e atingiram Vila Velha. O posterior derretimento das geleiras ocasionou o arraste de grandes blocos de rocha e o conseqüente depósito de areia proveniente dos oceanos. Durante milhões de anos as águas e o gelo colaboraram neste processo e originaram o arenito que é presenciado hoje em Vila Velha (IAP, 2004).

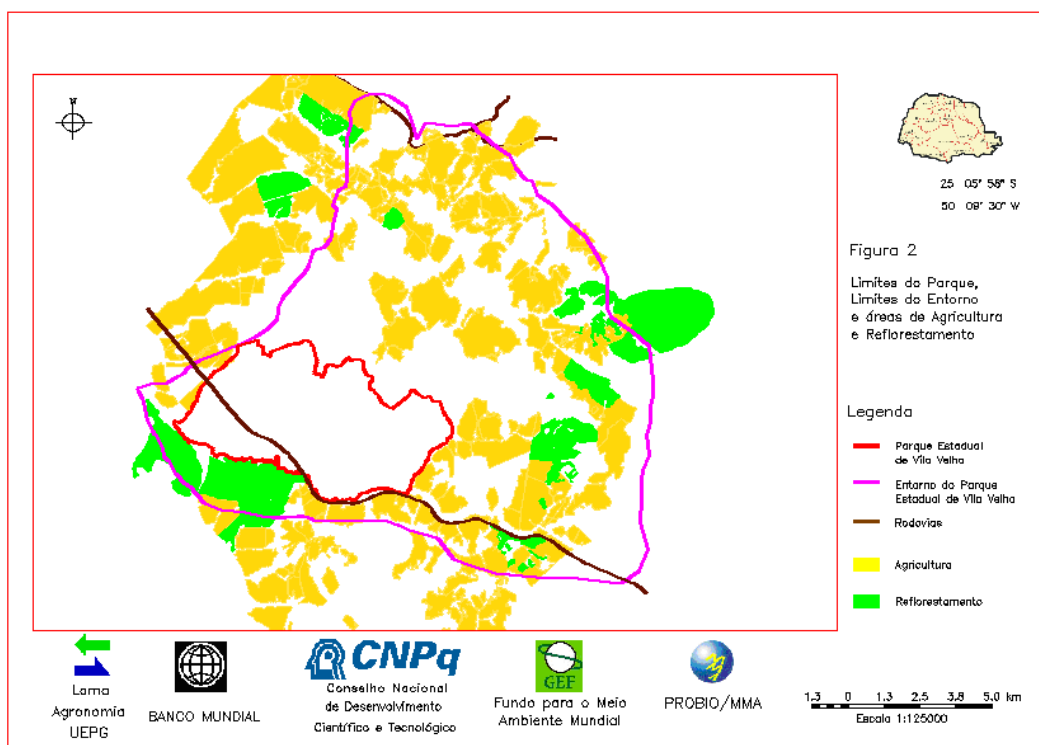
Tanto na área de afloramentos de formação Furnas, ao longo da escarpa, como na área pré-cambriana vizinha, a leste, ocorrem grandes falhamentos e lineamentos de direções dominantes NE-SW e NW-SE, como nas regiões de Campo Largo, Itaiacoca, Castro, Joaquim Murtinho e Jaguariaíva, orientando a direção do escarpamento.

A maioria dos diques de diabásio, que preenchem fraturas abertas, também obedece a direção NW-SE, direção esta do eixo da estrutura conhecida como Arco de Ponta Grossa, dando formas topográficas diferentes, positivas ou negativas, caso ocorram intrudidos em rochas pré-cambrianas menos resistentes ou no arenito das Furnas, extremamente duro e quartzoso. O clima é mesotérmico com verões frescos e a topografia ondulada com escarpas, possuindo vários tributários orientados para o Rio Tibagi.

Com uma área de 3.122 ha, foi criado em 12/10/1953, pela Lei nº 2.192 o Parque Estadual de Vila Velha, tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. A área apresenta vegetação de campo e capões de mato esparsos, onde se destacam os Pinheiros do Paraná.

A zona de amortecimento utilizou como critério principal de definição as áreas compreendidas pelas bacias hidrográficas que drenam o parque. Incluem-se as cabeceiras dos rios Quebra-Perna, Guabiroba e seus afluentes, localizados na cota aproximada de 1000 metros de altitude (IAP, 2004).

Figura 03: Limites do Parque, do entorno e áreas de agricultura.



Fonte: IAP, 2004

A área total desta zona abrange uma superfície de 38.112 ha, em uma faixa que varia de 02 a 16 km. A característica principal das propriedades lindeiras ao parque é a de grandes áreas destinadas ao plantio, destacando-se entre as culturas a soja e o pinus.

Quanto à presença de campo nativo, a situação é crítica. As áreas com vegetação nativa remanescente são em sua maioria superfícies aluviais, capões de mato e matas de galeria. Estes resquícios de vegetação normalmente sobrevivem devido ao impedimento físico de transformação em áreas agricultáveis.

De acordo com a classificação climática de Köppen, a região apresenta um tipo climático Cfb. Os meses mais quentes do ano (janeiro e fevereiro) possuem média mensal de 21,4°C. O mês mais frio do ano é julho, apresentando média mensal de 13,8°C. A temperatura média anual é de 17,4°C, sendo a amplitude térmica média de 10 a 11°C ao longo do ano (IAP, 2004).

A região do parque de Vila velha apresenta um total anual médio de 1554 mm de precipitação. A estação chuvosa inicia-se em setembro, mas são frequentes as ocorrências de períodos secos de curta duração (veranicos) durante o mês de novembro e início de dezembro.

O mês de janeiro é o mais chuvoso do ano, totalizando uma média de 168 mm. Embora haja redução de chuvas durante o inverno, o volume médio é considerado satisfatório para atender à demanda hídrica das plantas, pois nesta época as perdas por evaporação e transpiração também são reduzidas. O mês de agosto é registrado como o mais seco do ano, com precipitação média de 78 mm.

Também é notada a ocorrência de geadas no parque. O período de maior risco concentra-se entre os meses de maio e agosto, sendo registradas as geadas de maior intensidade. O regime de geadas limita o crescimento de espécies sensíveis a baixas temperaturas, quando se encerra este período a vegetação torna-se mais exuberante.

A configuração das correntes formadoras dos sistemas de drenagem é determinada pelas características geológicas e geomorfológicas da região, de acordo com seu processo de ocorrência.

A rede de drenagem natural do Parque Estadual de Vila Velha é formada pelos rios barrozinho e Quebra Perna, que formam na sua confluência o rio Guabiroba.

Observa-se na Bacia do Rio Quebra Perna a ocorrência de várias depressões provocadas por processos erosivos internos conhecidos como *pipping*, formando várias furnas na região do Passo do Pupo (localizado no entorno do Parque). Neste local, também se encontram as Furnas Gêmeas, o Buraco do Padre, galerias, falhamentos e anfiteatros naturais, constituindo-se em atrativos naturais externos ao parque de Vila Velha.

Os arenitos são considerados a grande atração do Parque, sendo uma de suas formas, a Taça, símbolo da unidade de conservação e até da cidade de Ponta Grossa. As esculturas naturais em arenito têm recebido denominações diversas, devido à sua semelhança com objetos ou animais. Camelo, navio, bota, garrafas e até uma esfinge são formas sugeridas pelo imaginário dos turistas, que podem ser vistos nas formações rochosas do Parque.

Na verdade, estas estruturas runíformes tratam-se de um notável afloramento de arenitos periglaciais, onde as esculturas refletem a interação de vários fatores: características litológicas de rocha sedimentar, estruturas tectônicas, processos intempéricos e erosão.

O platô de Vila Velha apresenta-se como “um morro testemunho em ruínas”, sustentado por arenitos muito desfeitos pela erosão. O estágio erosivo mais avançado em que se encontra o local constitui uma paisagem de exceção, marcado por seus relevos runíformes .

Deve ser mencionada a grande fragilidade deste ambiente, devido à sua composição geológica. Assim, o planejamento de atividades paralelas neste local deverá ser feito de maneira bastante criteriosa, de modo a evitar impactos indesejáveis, principalmente relacionados ao fluxo turístico.

Anteriormente ao plano de manejo, quando a visitação era realizada de forma desordenada, foram registrados impactos nos arenitos devido à massificação da visitação. Nesta época, o lazer no parque realizava-se de forma predatória, evidenciados pela incrustação de uma lanchonete nas rochas e pela desorientação das trilhas, que produziam impactos devido ao intenso pisoteio (foto 07).

Foto 07: Arenito Vila Velha (Bota)



Fonte: Pesquisa de campo do autor - 2007

Entre os diversos atrativos do Parque Estadual de Vila Velha, as furnas merecem destaque. Na realidade são poços de desabamento (*sinkholes*), depressões semelhantes a crateras, de formato circular e paredes verticais. As furnas não se situam na mesma unidade geológica dos arenitos avermelhados, o Arenito Vila Velha, mas sim em uma unidade geológica que está abaixo do Arenito Vila Velha, representada pelos arenitos esbranquiçados da Formação Furnas.

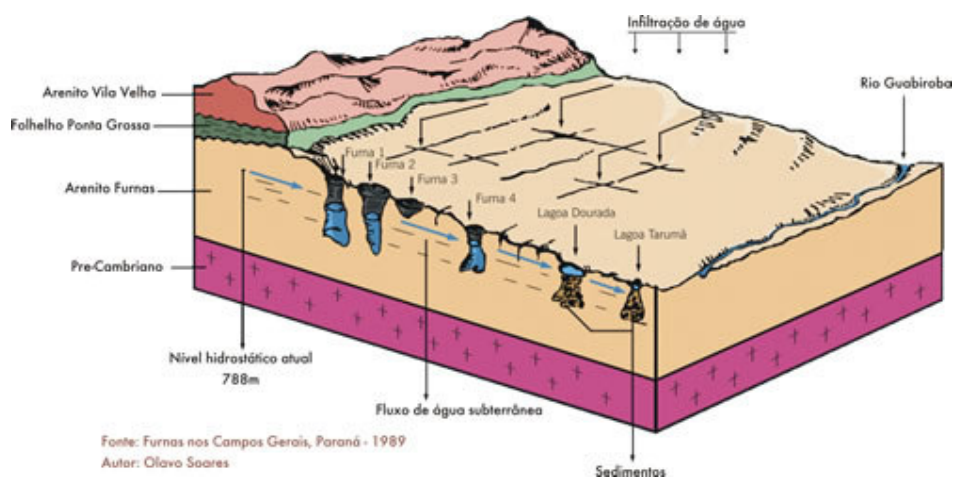


Figura 05 – Bloco diagrama das furnas do PEVV - Fonte: Soares, 1989

As furnas ocorrem na região dos Campos Gerais do Paraná, sendo conhecidas pelo menos 14 delas. No Parque Estadual de Vila Velha aparecem seis furnas, estando duas em estágio terminal: a Lagoa Dourada e a Lagoa Tarumã. São consideradas assim pelo fato de estarem quase que totalmente preenchidas de sedimentos.

Com exceção da fuma 3, de fundo seco, todas as demais estão interconectadas pelo atual nível de água subterrânea, em torno da cota de 788 m, revelando que existe ampla circulação subterrânea de água entre as furnas e a Lagoa Dourada, através de fraturas e descontinuidades existentes no arenito.

3.2.2 Antecedentes Históricos e a Realidade do Parque

Por ter seu decreto de criação datado de 1953 o PEVV é o parque estadual mais antigo do Paraná. Este fato trouxe benefícios no que tange à conservação da biodiversidade, mas também acarretou em problemas de adequação à legislação ambiental vigente.

Até o ano 2000 o parque era administrado por três instituições diferentes, não raro com objetivos administrativos distintos e conflitantes. O turismo, representado pela PARANATUR⁶; a pesquisa agropecuária, de responsabilidade do IAPAR⁷; e a proteção ambiental, representada pelo IAP⁸, coexistiam no mesmo território, revezando entre si as atribuições de gerenciar a unidade de conservação.

Para facilitar a compreensão dos eventos que marcaram a administração do Parque Estadual de Vila Velha, apresenta-se um resumo cronológico das atividades:

- Criação do Parque em 12/10/1953;

⁶ Empresa Paranaense de Turismo

⁷ Instituto Agrônômico do Paraná

⁸ Instituto Ambiental do Paraná

- Em 1966 o parque foi tombado pelo patrimônio histórico e artístico do Estado do Paraná;

- Em 1970 o Estado transferiu 424,88 ha da área do PEVV para a PARANATUR, sendo este o primeiro fracionamento de gestão do parque.

- Em 1975 o Estado cedeu a totalidade do parque à administração IAPAR, através de um contrato de concessão.

- Depois da aprovação do Decreto nº 4.172 em 1977 o parque passa a ter três situações distintas de titularidade, sendo:

- 424,88 ha administrados pela PARANATUR, englobando a área dos Arenitos, das Furnas e da Lagoa Dourada, principais atrativos turísticos da região.

- 1397,24 ha administrados pelo IAPAR, com áreas para experimentos agrícolas e reflorestamentos.

- 1344,72 ha administrados pelo IAP, em uma área composta por campos limpos e formações de mata que ainda mantém características primárias.

- Em 1989 a prefeitura municipal de Ponta Grossa acrescentou-se à administração do parque em uma parceria com a PANARATUR.

- Em 1990 é elaborado o Plano Diretor de Vila Velha, com considerações das várias instituições que atuavam na unidade de conservação.

- Em 2000 sob a responsabilidade IAP, foi idealizado o Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha, publicado em 2001.

Este interregno administrativo traz movimentos e relações de poder no espaço, caracterizando diferentes territorialidades em Vila Velha. Conforme Santos (1994), o uso do território faz dele um objeto de análise. Este híbrido no parque esteve em constante mudança ao longo dos anos, transformando-se de acordo com as políticas e diretrizes daqueles que controlavam o território.

Historicamente percebe-se a inexistência de instrumentos para a concretização de uma estrutura administrativa de gestão fundamentada em pressupostos e princípios de base territorial.

Analisando as conseqüências desta realidade emergem como fatores destas condições administrativas: o fracionamento das responsabilidades, o exercício de poderes de forma difusa e a indefinição quanto à regulamentação das atividades.

Somente a partir do ano 2000 percebem-se iniciativas de revitalização do PEVV, visando adequá-lo à legislação atual e dotá-lo de infra-estrutura compatível com o grande volume de visitantes registrados.

Ainda no tocante aos aspectos territoriais e de relações de poder no Parque Estadual de Vila Velha, cabe mencionar a existência de um bairro do município de Ponta Grossa que faz divisa com o parque. Trata-se do Jardim Novo Vila Velha (antiga Vila Jamil), surgido na década de 1980 o bairro abriga cerca de 200 famílias.

Há uma associação de moradores no bairro, que é bem organizada e realiza reuniões periódicas, onde também são tratados assuntos referentes ao Parque. Muitos problemas são enfrentados pelos moradores do bairro, destacando-se aqueles relacionados ao transporte coletivo devido à insuficiência de horários de ônibus.

Algumas iniciativas de infra-estrutura básica partiram da própria comunidade. O esgoto local é canalizado, porém lançado sem nenhum tratamento no arroio Capão Grande. O abastecimento de água é feito através de um poço artesiano e as análises da água revelaram-na de boa qualidade. A Vila possui ainda atendimento médico e escola, considerada a maior instituição do bairro.

Imagens do Parque Estadual de Vila Velha – PR

Foto 08: Arenitos – “Garrafa”



Foto 09: Elevador da Furna 01



Foto 10: A Taça



Foto 11: Trilha e arenito Vila Velha – “Camelo”



Foto 12: Paisagem do PEVV



Foto 13: Lagoa Dourada



(Fonte das fotos 08 a 13: pesquisa de campo do autor – 2007)

4. METODOLOGIA

Na elaboração, construção do projeto e pesquisa da dissertação, diversas metodologias foram discutidas como adequadas para coleta de dados, seleção de instrumentos e procedimentos para avaliação do fenômeno. Existem vários métodos de coletar informações, entre os quais se destacam a utilização de registros administrativos, observações, questionários, entrevistas e grupos de foco. As vantagens e desvantagens de cada método dependem da forma com que se deseja avaliar o fenômeno (RAUPP & REICHLE, 2003).

Outro aspecto relevante no que tange à metodologia implantada no trabalho envolve a seleção da amostra. Frequentemente não é viável estudar toda uma população, por isso a seleção da amostra é fundamental para a correta análise dos dados. Desta forma, uma amostra representativa é adequada para medir efeitos de intervenções.

Dentre os diversos tipos de amostragens existentes, a amostragem crítica mostrou-se mais adequada às necessidades da pesquisa, uma vez que não é a intenção deste trabalho traçar o perfil do turista nas áreas de estudo analisadas, tampouco realizar estudos estatísticos aprofundados.

Assim sendo, no método de amostragem crítica os componentes são pessoas que o avaliador acredita que lhe podem prover as melhores informações, ou seja, os componentes são informantes qualificados. Para esta pesquisa foram realizadas entrevistas com os gestores das unidades de conservação estudadas e com as autoridades que possuem competência para decidir sobre as formas de gestão no local, independentemente da esfera de poder.

A triangulação das informações obtidas possibilitou o exame do assunto por perspectivas diversas e ajudou a entender o problema, evitando a parcialidade em sua descrição. Além disso, aumentou-se a confiabilidade e a credibilidade da avaliação, proporcionando ainda uma sinalização quando medidas diferentes chegam a soluções distintas.

A estrutura da dissertação está dividida em dois aspectos metodológicos distintos, sendo o primeiro a realização de entrevistas com amostragem crítica para

informantes qualificados. Essa metodologia poderá informar de maneira fidedigna quais são as ferramentas utilizadas na gestão do turismo em unidades de conservação, principalmente a partir da implementação do plano de manejo do Parque.

O segundo aspecto metodológico aborda a seleção e procedimentos para coleta de dados de campo, no que concerne aos impactos ambientais registrados em função da utilização ostensiva do turismo nas unidades de conservação estudadas. Para isso a técnica utilizada foi a Observação Estruturada. A Observação é um método de se colher informações, registrando o que está acontecendo em certa ocasião. O pesquisador pode estar interessado em características específicas do fenômeno, como os impactos ambientais registrados nos parques estaduais em decorrência da utilização turística do local.

A observação estruturada exige um planejamento cuidadoso, pois o pesquisador conhece antecipadamente o que deverá ser observado, sendo o seu objetivo examinar com atenção as atividades críticas (impactos ambientais) e registrá-las com imparcialidade. A escolha deste método se justifica em função das necessidades de obtenção de informações objetivas com relação aos impactos ambientais registrados.

Como ocorre em qualquer outra técnica de coleta de dados é necessário demonstrar a confiabilidade da informação obtida. (...) os resultados de duas observações são então comparados. O grau de concordância pode ser então demonstrado pelo coeficiente de correlação obtido. (RAUPP & REICHLE, 2003)

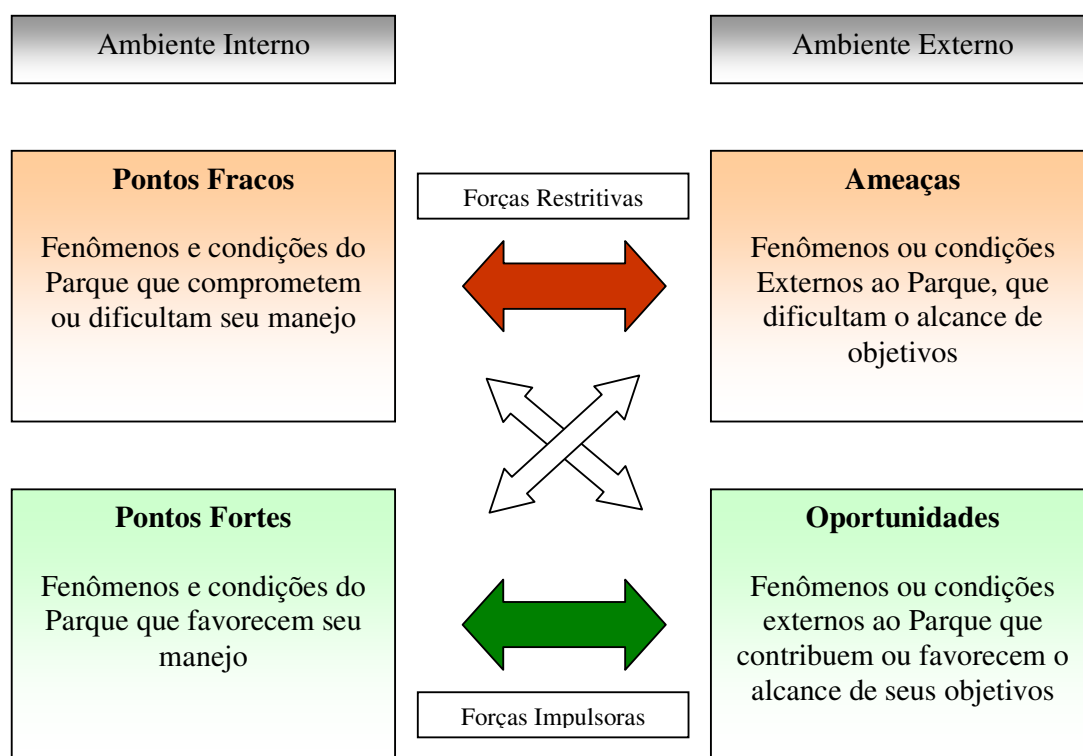
O termo correlação refere-se a qualquer tipo de relação entre objetos e eventos. O coeficiente Qui-quadrado (chi quadrado) é o método mais utilizado para determinar o grau e a direção dessa relação. Assim sendo, mostrou-se como o mais indicado para a elaboração da análise comparativa entre os Parques Estaduais de Ibitipoca – MG e Vila Velha – PR.

Feita a correlação e a elaboração da análise comparativa entre os parques, é possível estabelecer diretrizes para a abordagem a nível estratégico dentro das unidades. O roteiro metodológico de planejamento do Ministério do Meio Ambiente (IBAMA, 2002) propõe a identificação de áreas estratégicas internas e externas.

4.1 Análise Estratégica

Ampliando e corroborando a proposta dos órgãos gestores de unidades de conservação federais, é possível a aplicação da metodologia proposta por Vera et al. (1997), onde são expostos diagnósticos de deficiências, ameaças, pontos fortes e oportunidades em locais turísticos. De acordo com este método é possível realizar um correto planejamento territorial da unidade, especialmente no que tange ao ordenamento turístico (figura 06).

Figura 06: Metodologia DAFO – Deficiências, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades



A metodologia DAFO verifica as deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades e fornece resultados úteis para analisar os recursos e combiná-los com fatores importantes da análise do entorno. Define-se a matriz DAFO como:

la estructura conceptual para el análisis sistemático que facilita la comparación de las amenazas e oportunidades externas con las fuerzas y debilidades internas de la organización (MUNUERA y RODRIGUEZ, 1998 p. 357)

Esta análise esclarece o tipo de situação em que se encontra o destino e, ao mesmo tempo, indica algumas ações para sua otimização, possibilitando o aumento da sua vantagem competitiva através da análise dos ambientes internos e externos.

A análise DAFO (Deficiências, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades) é uma metodologia de estudo da situação de um ambiente, muitas vezes utilizada com o intuito de estabelecer parâmetros de comparação com fins competitivos, utilizada anteriormente na área gerencial para o planejamento de marketing.

O objetivo inicial desta metodologia era poder determinar as vantagens competitivas de uma companhia sob a estratégia mais conveniente a se empregar, em função de suas características próprias ou de mercado.

Tal análise é normalmente apresentada como um resumo de uma página dividida em quatro partes. Os quadrantes superiores relacionam-se com as potencialidades e oportunidades e os quadrantes inferiores com as fragilidades e ameaças.

Nesse íterim, podemos classificar as potencialidades como as características exclusivas, produtos ou serviços possíveis de serem desempenhados com êxito. As potencialidades oferecem uma compreensão clara sobre o desenvolvimento das vantagens competitivas sustentáveis, habilitando o interessado a se posicionar com eficiência no mercado (McKERCHER, 2002).

No entanto, as fragilidades são características deficientes ou fracas identificadas na análise. As fragilidades apontam imperfeições nos produtos ou serviços. Oferecem ainda, informações sobre como não posicionar um produto em relação a outro. Salienta-se a possibilidade de transformação das fragilidades em

potencialidades não realizadas, fato bastante promissor no que tange ao turismo de natureza e ao ecoturismo.

As oportunidades são fatores externos que apresentam circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento de produtos. Ressalta-se que as oportunidades são fatores e não opções que deverão ser desenvolvidas, ficando essas para posterior implantação.

As ameaças também tratam de características externas que podem colocar em risco a posição ocupada pelo interessado. Entre as ameaças incluem-se as alterações nas medidas governamentais, mudanças na dinâmica do fluxo de turistas, alterações climáticas ou divergências no uso público. O advento de características deste tipo pode causar um efeito desfavorável no desenvolvimento do produto.

A análise DAFO produz a estrutura para identificação das principais questões estratégicas que afetarão o objeto a curto, médio e longo prazo. Ela fornece uma compreensão clara sobre o pensamento estratégico e sobre as análises e decisões que definitivamente serão realizadas e tomadas. A fase de pensamento estratégico abrange a identificação de questões básicas, bem como o desenvolvimento de opções para solucioná-las (McKERCHER, 2002)

Considerando-se tal metodologia e partindo da problematização e da análise dos impactos ambientais e territoriais do turismo em unidades de conservação, foram realizados levantamentos comparativos entre os parques estaduais de Vila Velha - PR e Ibitipoca - MG, no que tange aos antecedentes históricos, às características físicas e ecológicas relevantes, como a existência de espécies bandeira (símbolos das unidades de conservação), endemismo ou presença de espécies bioindicadoras.

Identificaram-se as formas com as quais o turismo vem sendo desenvolvido nos parques, bem como o respeito às determinações do plano de manejo ou suas metas de implantação no que concerne ao ordenamento territorial turístico e uso público dos parques estaduais. Além disso, foram levantadas as principais questões relacionadas aos impactos ambientais, numa abordagem histórica, de diagnósticos e prognósticos, com o intuito de verificar o estágio atual das referidas unidades de conservação.

A partir destas bases buscou-se sistematizar um esquema metodológico para a pesquisa do objeto de estudo deste trabalho, conforme é apresentado na figura 07.

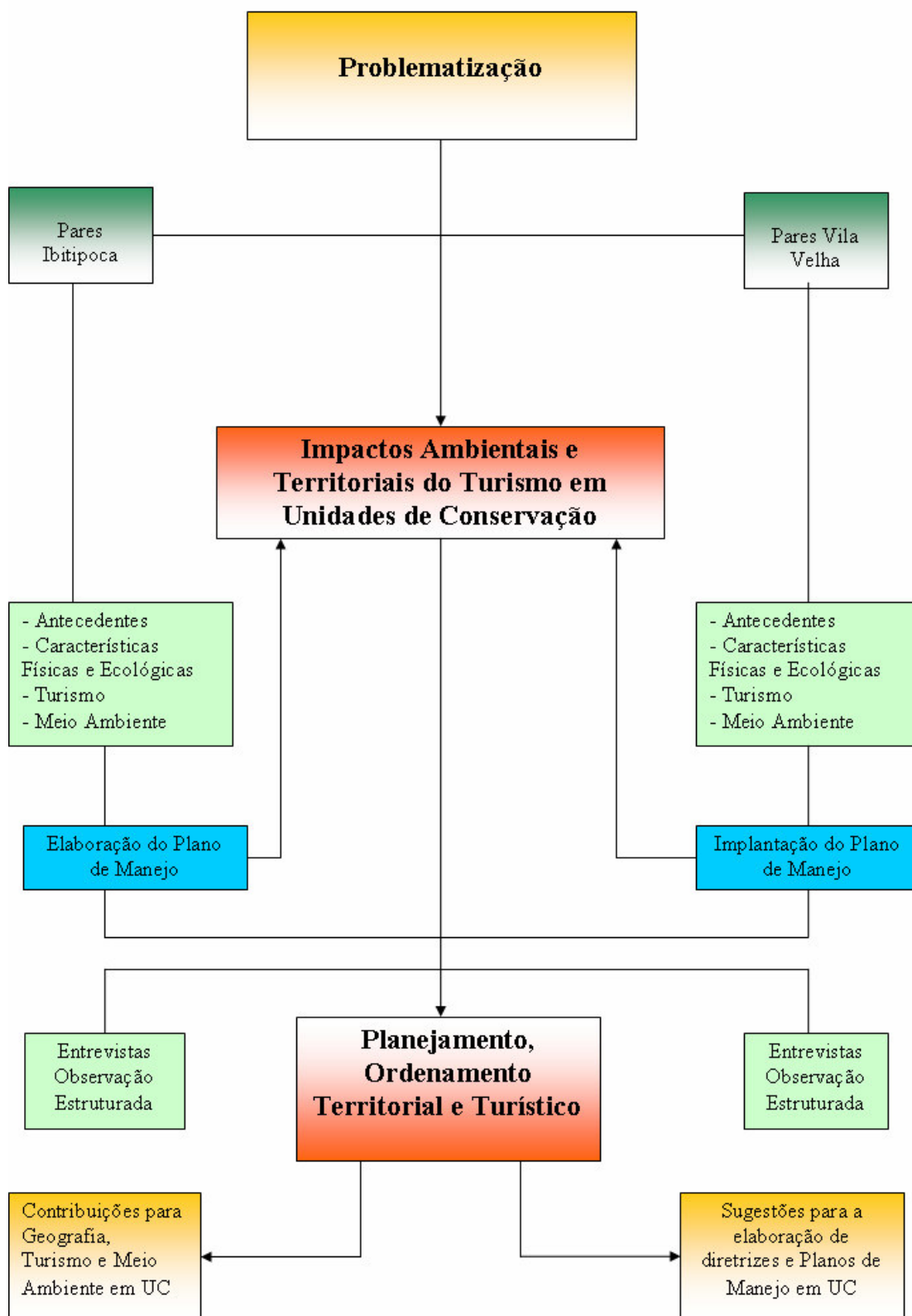


Figura 07: Metodologia de pesquisa

Como método de análise realizou-se entrevistas com informantes qualificados, sendo um questionário para o gestor da unidade de conservação e outro para o gestor do entorno, ou seja, a secretaria municipal responsável pela gestão do turismo e meio ambiente nos municípios de Lima Duarte – MG e Ponta Grossa – PR, onde estão localizados os parques estudados.

A partir das informações geradas por esse banco de dados (levantamento bibliográfico, planos de manejo, entrevistas qualitativas com gestores e quantitativas com turistas) foi possível identificar melhores formas de planejamento ambiental, ordenamento territorial e de fluxo turístico para as unidades, buscando-se contribuir para uma melhor gestão dos recursos naturais e culturais provenientes destes locais.

Ademais, o estudo espera contribuir com as pesquisas correlatas de turismo e meio ambiente, principalmente no que tange a administração e gestão de recursos naturais e atratividade turística em unidades de conservação de proteção integral que necessitem de ordenamento territorial em seu plano de manejo.

Os apontamentos apresentados resultaram das entrevistas realizadas com turistas e gestores durante os trabalhos de campo, observação estruturada dos parques e áreas de entorno e aprofundamento dos estudos concernentes aos objetos de análise.

5. RESULTADOS

Como resultado desta pesquisa tem-se a elaboração dos mapas de localização das áreas de estudo, a análise dos planos de manejo das duas unidades de conservação e a realização de entrevistas com os gestores de turismo das Prefeituras de Lima Duarte e Ponta Grossa, o que auxilia de modo preponderante o objetivo desta pesquisa. Além disso, foram realizadas pesquisas com os gerentes dos Parques Estaduais de Vila Velha e Ibitipoca, com o intuito de investigar os modos de gestão utilizados atualmente nas unidades de conservação.

O formato de inserção da entrevista no texto da pesquisa foi adotado como um resumo dos posicionamentos dos gestores, destacando os pontos de maior interesse em cada resposta. Nas páginas posteriores transcreveram-se estes pontos, com intuito de situar e permitir uma análise comparativa das realidades concernentes às unidades de conservação e seu entorno.

Justifica-se a utilização deste formato em função da necessidade de apresentar os parques e seu entorno de maneira mais aprofundada, permitindo uma análise crítica da gestão e expondo algumas particularidades, similaridades e idiosincrasias que escapariam à análise, caso fossem indicadas exclusivamente em tabelas, quadros e imagens.

5.1 Resultados das Entrevistas com os Gestores



**Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de pós-graduação em Geografia**

ANÁLISE COMPARATIVA DAS TERRITORIALIDADES NOS PARQUES ESTADUAIS DE IBITIPOCA – MG E VILA VELHA – PR

Entrevista formulada para o desenvolvimento da Pesquisa

Tema: O entorno

Entrevistador: Leandro Martins Fontoura

Entrevistado: Gestores (Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente)

1. Parque Estadual do Ibitipoca – MG

- Divisão por categorias e assuntos

ASSUNTOS
A unidade e o entorno
Administração, gestão
Visitação

CATEGORIAS
Territorialidade
Plano de manejo
Impactos

Questões

Nome do gestor: **Carlos José de Oliveira.**

Início da Gestão: **01/01 /2005.** Data da entrevista: **30 /05 /2007.**

- 1) Como a administração do parque enxerga a apropriação do seu território pelo turismo?
 - **De forma positiva: em função dos benefícios, intercâmbio cultural, recursos financeiros e desenvolvimento turístico.**
 - **Para o parque também é benéfica com finalidade turística, não apenas de preservação ambiental.**
- 2) Quais são os maiores conflitos registrados nessa relação dialética entre o uso público e o objetivo de conservação da unidade? Como eles são trabalhados para que ocorra a minimização destes conflitos?

- **Solucionados (amenizados) com a limitação da entrada no parque**
 - **Limitação da capacidade de carga foi fator de minimização do conflito.**
- 3) Como o entorno tem se apropriado da prática turística e qual o seu relacionamento com a Unidade de Conservação?
- **Não tem problemas fundiários (vantagem)**
 - **Arraial de conceição “relação mais amena” pois está diretamente ligado**
 - **Lima Duarte de “admiração” mas de pouco conhecimento; orgulho de ter Ibitipoca, mas 80 % da população não conhece o parque.**
 - **Apenas 3 moradores de Lima Duarte praticam o turismo de segunda residência no Arraial. De Juiz de Fora e outros lugares existem dezenas de outros turistas com casas no arraial.**
- 4) Qual ou quais as principais mudanças você espera observar no parque, após a implementação do Plano de Manejo?
- Modos de gestão
 - **melhoria na recepção, “a portaria é ruim”, real conhecimento da realidade do parque, problemas de trilhas – interditadas arbitrariamente**
 - Ordenamento territorial
 - **conciliar a preservação com as atividades turísticas “plano pé no chão”.**
 - Infra-estrutura
 - **Quanto menos melhor - “já está demais”**
 - **Intervenções fortes**
 - Recursos naturais
 - **Influência positiva – busca da preservação, principalmente no solo.**
 - Visitação
 - **“não deve ser alterado” é suficiente (não tem sido atingido)**
 - **maturidade – sem sazonalidade**
 - Desenvolvimento Sustentável
 - **“engatinhando” muito em Ibitipoca**
 - **“o parque pode contribuir mais” – possui um potencial melhor. Aproveitar a vocação natural da região**
 - **“Não se produz nada de horti-frutigranjeiros lá”**
 - **Impacto Mínimo (direcionar e garantir a sobrevivência do parque)**

5) Qual a importância e a credibilidade do conselho consultivo do parque?

- Atual conselho seria útil, mas está sem credibilidade e não soma nada ao parque.

Opiniões pessoais são dadas no conselho.

6) A administração municipal realiza ações para corrigir ou adequar os impactos do uso público no entorno do parque?

- Calçamento, Posto médico, posto policial – infra-estrutura em geral

7) Quais as propostas para o monitoramento do fluxo turístico? Há alguma em execução? Qual? Houve algumas propostas que falharam? Especifique

- Vontade, objetivo - nada concreto, sem mecanismos para medir o fluxo.

8) Quais são as maiores reivindicações da população de Conceição do Ibitipoca junto ao poder público municipal? E com relação ao desenvolvimento do turismo?

- regularização da situação fundiária (escritura da vila)

- Melhoria nas condições de coleta de lixo

- “Água foi resolvido”

- Maior urbanização (a população solicita melhorias “eles querem sair da poeira e do barro”)

9) Quais são os aspectos ambientais críticos na comunidade? Qual a atuação da prefeitura neste sentido?

- Crítico: Esgoto

- Construção da ETE na vila (projeto e recurso)

10) Como é o relacionamento de órgãos como COMTUR, circuito, conselho consultivo e ong's junto à comunidade, turistas e o parque?

- tem sido estreitada, com o circuito, AMAI (associação de moradores e amigos de Ibitipoca), gerência do parque.

-Desenvolvimento do entorno

-“Ibitipoca tem diagnóstico demais”

11) Existe algum programa, projeto ou plano de desenvolvimento do Ecoturismo? Qual?

- **Ações isoladas “abraço ao parque” – iniciativas do circuito**
- **Reserva do Ibitipoca**

12) Para a prefeitura qual é o papel do turismo no desenvolvimento social, econômico e ambiental? Quais são as ações efetivas de concretização deste papel?

- **“Importantíssimo”**
- **Pecuária e subsistência – turismo é uma boa alternativa e desperta nos outros municípios e distritos o desenvolvimento do turismo**
- **Centro de informações do turista é o mais importante**
- **secretaria de turismo funcionará lá**
- **“desafoga o parque e apresenta outras localidades”**
- **Estende os benefícios e alivia a “pressão” no parque**

13) Quais os principais problemas trazidos pelo turismo em Conceição de Ibitipoca e região?

- **Superlotação em feriado**
- **Trânsito, água e lixo (a usina fica em Lima Duarte)**
- **Drogas (principalmente feriados)**

14) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades no processo de gestão do entorno do parque? Como a prefeitura pode auxiliar no processo de mitigação dessas dificuldades?

- **Comunidades muito heterogêneas (distritos de Mogol e Moreiras – demandas e problemas diferentes)**
- **Interação com outros órgãos (epamig, emater, circuito, AMAI, IEF)**

15) Quais são as maiores virtudes no que tange à administração do entorno do parque?

- **Segurança, acesso, “olhar para a comunidade”**
- **Parceira com a comunidade**
- **Precisa fortalecer as instituições (amai)**
- **Parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Banda de música, restauração da Igreja de Ibitipoca)**
- **Administração séria; o modelo de administração da prefeitura deu certo.**



**Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de pós-graduação em Geografia**

ANÁLISE COMPARATIVA DAS TERRITORIALIDADES NOS PARQUES ESTADUAIS DE IBITIPOCA – MG E VILA VELHA – PR

Entrevista formulada para o desenvolvimento da Pesquisa

Tema: O parque

Entrevistador: Leandro Martins Fontoura

Entrevistado: Gestor (gerente do parque estadual do Ibitipoca)

1. Parque Estadual do Ibitipoca – MG

- Divisão por categorias e assuntos

ASSUNTOS	CATEGORIAS
A unidade e o entorno	Territorialidade
Administração, gestão	Plano de manejo
Visitação	Impactos

Questões

Nome do gestor: **João Carlos Lima Oliveira**

Início da Gestão: Maio /2004 Data da entrevista: 25 /07 /07.

1) Como a administração do parque enxerga a apropriação do seu território pelo turismo?

- Já teve problemas sérios, números muito elevados de turistas.

Atualmente, existem limitações para a unidade, para o meio ambiente e para o turista

Relação turismo-parque “Anda bem”

2) Quais são os maiores conflitos registrados nessa relação dialética entre o uso público e o objetivo de conservação da unidade? Como eles são trabalhados para que ocorra a minimização destes conflitos?

- Desrespeito às normas – maior problema (trilhas e atrativos fechados)
- Infrações (passar a informação ao turista)
- Com Informação o turista dá uma resposta boa e passa a ser parceiro do parque.
- Informação é imprescindível.
- Centro de informação ao turista, não é obrigatório e geralmente os infratores não entram no início da visita.
- Estimular o centro de visitantes como um atrativo a mais no parque.

3) Como o entorno tem se apropriado da prática turística e qual o seu relacionamento com a Unidade de Conservação?

- O entorno se beneficia faz tempo do parque.
- Enxergam o parque como fonte de renda
- “Galinha dos ovos de ouro”
- “só se colhe os ovos, e a galinha pode morrer”
- Se o parque fechar, a comunidade pode fechar as portas, pois depende demais do parque.
- A dimensão econômica fica sempre em primeiro plano
- Parcerias com fazendeiros para a preservação ambiental.
- Algumas propriedades são visitadas, diminui a pressão antrópica e traz recursos para a comunidade.

4) Qual ou quais as principais mudanças você espera observar no parque, após a implementação do Plano de Manejo?

- Modos de gestão
- Unificar gestão (IEF) das UC's
- Padronização no gerenciamento – Parte ambiental diferenciada (especificidades)
- Não é a “Tábua da Salvação”. Documento que ajuda na gestão da unidade
- Ordenamento territorial
- Aguarda sugestões para o fluxo de turistas.
- Ordenamento do uso, como lidar com turistas em cavidades naturais, por exemplo.
- Infra-estrutura
- O plano não vai alterar a infra-estrutura
- Recursos naturais

- **Expectativa para ganhos ambientais**
 - Visitação
- **Melhoras no ordenamento**
 - Desenvolvimento Sustentável
- **Desenvolvimento sustentável não pode ser realizado na unidade**
- **Só pode ser tratado no entorno**
 - Impacto Mínimo
-

5) Aponte as dificuldades e méritos alcançados pelo Plano de Manejo. Quanto ao:

- Conselho consultivo
- **Não pode ser defendido o interesse próprio. Um dos maiores entraves está nesse relacionamento.**
- **Realização de oficinas.**
- **Não pode ser um aglomerado de individualizados**
- **Deve falar em nome do segmento ao qual ele representa**
 - Equipe administrativa do parque
- **Capacitação profissional informal através de pesquisadores.**
- **Importância das pesquisas**
- **Plano de manejo deve direcionar mais a capacitação (tipo de treinamento)**
- **25 funcionários (precisa de mais 9)**
- **Não trabalha com voluntariado (apenas estagiários)**
 - Funcionários
- **De outras unidades colaboram esporadicamente**
 - Comunidade
- **Melhorar as relações sociais com a comunidade**
- **Indicar coisas pontuais para direcionar as atividades**
- **Desenvolvimento sustentável, o que o parque pode contribuir e vice-versa**
 - Turistas
- **O turista já é direcionado com as informações que ele precisa**
- **Educação e interpretação ambiental**

6) Quais as ações de manejo que a administração do parque realiza para corrigir impactos do uso público?

- **Fechamento de algumas trilhas que estão degradadas, bifurcações, erosão.**

- **Interdição eventual de atrativos**
- **Espécies invasoras (erradicação)**
- **De forma geral, tenta-se minimizar estes impactos**

7) Quais as propostas para o monitoramento do fluxo turístico? Há propostas em execução? Quais? Houve algumas propostas que falharam? Especifique.

- **Existe um formulário, que busca o perfil do visitante. Há mais de um ano**
- **Em feriados prolongados existem funcionários nos atrativos, esses funcionários contam os turistas.**

8) Como se deu o processo de determinação da capacidade de carga do parque?

- **Antigamente não tinha controle dos visitantes. (em um dia já teve 250 barracas e 3500 pessoas) “Isso traz um impacto absurdo para a unidade”**
- **O parque não existe para o turismo, turismo é consequência.**
- **Picos de visitação – “do sem limite para algum limite agora”**
- **“Chegou-se” a uma limitação 800 finais de semana e 300 em dias de semana**
- **Na época não teve nenhum estudo. O plano de manejo está elaborando um estudo de capacidade de carga, muito próximo do limite estabelecido.**
- **Diminuição da sazonalidade (ganhos mais divididos)**
- **Aumentando o número de visitantes, sem chegar ao limite máximo diário.**
- **Público de São Paulo, Rio de Janeiro e Juiz de Fora (75%)**
- **Eles já vem preparados para um UC.**

9) Cite uma estratégia de planejamento para o parque, a qual acredita ser a mais necessária no momento atual.

- **Valorizar o trabalho dos funcionários**
- **Mais capacitação**
- **melhorar os tipos de pesquisa científica (interesse do pesquisador e não da unidade)**
- **Mais conhecimento da unidade.**

10) Quais são as dificuldades que podem ser destacadas no processo de gestão da unidade de conservação?

- **Não ter compreensão do entorno do objetivo da unidade de conservação.**
- **A comunidade poderá pressionar menos a unidade com isso. Eles não entendem os objetivos de conservação.**
- **Estão interessados na parte econômica exclusivamente.**

“Eles querem que entre mil pessoas no parque”

- Valorizar a qualidade do turista

11) Quais são as virtudes no que tange à administração do Parque?

- O tratamento com o turista

- Ele (turista) sai do parque satisfeito

- O relacionamento mudou pra melhor

- Trabalho de diminuição dos impactos no parque (erosão)

- Parcerias no entorno da unidade (exploração do turismo)

12) Qual a importância e credibilidade do conselho consultivo do parque?

- representantes de todos os segmentos do entorno da unidade

- Se este conselho não for um amontoado de indivíduos, o conselho é importante, pois vai trabalhar para a unidade.

- O conselho é do parque e não de algum segmento. Não pode superar o interesse da unidade.

13) De que forma a efetividade de manejo da visitação e dos recursos naturais em áreas protegidas é garantida pelo plano?

- O plano de manejo não é bíblia nem “tábua da salvação”

- Não vai resolver todos os seus problemas.

- Ele direciona, mas algumas coisas não vão ser colocadas em prática.

- Ele dá sugestões, mas é apenas um documento norteador.



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de pós-graduação em Geografia

ANÁLISE COMPARATIVA DAS TERRITORIALIDADES NOS PARQUES ESTADUAIS DE IBITIPOCA – MG E VILA VELHA – PR

Entrevista formulada para o desenvolvimento da Pesquisa

Tema: O entorno

Entrevistador: Leandro Martins Fontoura

Entrevistado: Gestor (Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente)

1. Parque Estadual de Vila Velha

- Divisão por categorias e assuntos

ASSUNTOS	CATEGORIAS
A unidade e o entorno	Territorialidade
Administração, gestão	Plano de manejo
Visitação	Impactos

Questões

Nome do gestor: **Márcia Maria Dropa.**

Início da Gestão: **01/01 /2005.** Data da entrevista: **19 /12 /2007.**

- 1) Como a administração do parque enxerga a apropriação do seu território pelo turismo?
 - Atualmente é uma relação Profissional (científica)
 - Até então pela Paraná Turismo (sem preocupação ambiental, com piscina e churrasqueiras)
 - Hoje existe planejamento e diminuição dos impactos.
 - A população o chama de “O parque do não!”.
 - No início a tendência é de reclamação das pessoas, mas elas entendem e se acostumam a fazer as coisas corretas.
 - Em Vila Velha não pode ser feito o turismo meramente contemplativo, com possibilidades de turismo científico, educação ambiental e Ecoturismo.

2) Quais são os maiores conflitos registrados nessa relação dialética entre o uso público e o objetivo de conservação da unidade? Como eles são trabalhados para que ocorra a minimização destes conflitos?

- **Existe, a partir do momento que para muitos o público é considerado uso irrestrito.**
- **A população o chama de “Parque Privado”.**
- **Limites de uso (Bem público para o público)**
- **Equilíbrio entre o uso e conservação.**

3) Como o entorno tem se apropriado da prática turística e qual o seu relacionamento com a Unidade de Conservação?

- **Vila Jamil (Jardim Novo Vila Velha – sem exatidão)**
- **Propostas para dentro da comunidade no Plano de manejo (não implementadas)**
- **Problemas no Parque (estagiários acadêmicos) sem funcionários**
- **A política pública não ajuda na conservação do parque, pois atualmente não existem condições de trabalhar.**
- **O plano de manejo de nada serve sem políticas públicas condizentes**
- **Segundo pesquisas da UEPG 80% dos pontagrossenses não conhecem o parque pessoalmente.**
- **Utilização errada dos atrativos pela comunidade**
- **Comunidade “correta” em suas reclamações, pois utilizou o parque por 30 anos de maneira errônea.**
- **A população de Ponta Grossa tem orgulho e identidade com o parque, principalmente no símbolo da Taça dos arenitos.**
- **“Falar do Parque Estadual de Vila Velha é falar de Ponta Grossa”.**

4) Qual ou quais as principais mudanças você espera observar no parque, após a implementação do Plano de Manejo?

- **Modos de gestão**
- **Profissionalismo na gerência (o diretor era um cargo político, hoje é um cargo técnico).**
- **A gerente é turismóloga.**
- **Ordenamento territorial**
- **Várias entradas, organização, centro de visitantes, capacidade de carga**
- **“Caminhos viraram trilhas”**
- **O ordenamento melhorou mas ainda não é o ideal.**

- Turisticamente falando poderia melhorar o parque.
- O plano de manejo vai de um radicalismo de mau uso para um radicalismo de fechamento.
- Existe um espaço muito grande, poderiam ter mais alternativas para o parque.
- O radicalismo da preservação acaba prejudicando a atividade turística.
- Infra-estrutura
- Mudanças sensíveis
- Placas, orientações e sinalização interpretativa pode melhorar.
- Recursos naturais
- Na limpeza, principalmente nas plantas exóticas.
- Visitação
- diferenciação do público
- Público elitizado no sentido pejorativo da palavra
- Política intencional para causar a limitação do uso
- Desenvolvimento Sustentável
- Todos os profissionais (geografia, biologia, engenharia, geologia) envolvidos preocupados com a perpetuação.
- Impacto Mínimo
- Teve contribuições importantes

5) Qual a importância e a credibilidade do conselho consultivo do parque?

- Importante – cumprindo seu papel, vários segmentos da sociedade pensando para o parque.
- No discurso, envolver a comunidade é “lindo”, mas na prática não é tão fácil.

6) A administração municipal realiza ações para corrigir ou adequar os impactos do uso público no entorno do parque?

- A administração pública não.
- Alguns atrativos de Itaiacoca ainda existe alguma intervenção municipal, mas no limite do perímetro percebe-se parceria com a Rodonorte.

7) Quais as propostas para o monitoramento do fluxo turístico? Há alguma em execução?

Qual? Houve algumas propostas que falharam? Especifique

- No município não. Solicitamos que o parque mande.

- **Dados dos visitantes no centro de informações.**
- **Ponta Grossa não é uma cidade turística.**
- **Associação dos municípios da região dos Campos Gerais participa com exposição na “Sala Campos Gerais”. O parque pode funcionar como propulsor de visitas em outras áreas.**
- **Muitas propriedades privadas no entorno (os proprietários não participam ativamente).**
- **Se os proprietários cobrarem entrada, eles tem determinadas responsabilidades.**

8) Quais são as maiores reivindicações da população junto ao poder público municipal?
E com relação ao desenvolvimento do turismo?

- **Melhoria nos acessos.**
- **Diminuição dos preços do Parque de Vila Velha**
- **Sinalização dos atrativos (vandalismo nas placas)**
- **Espaços alternativos de Lazer**
- **Falta de segurança nos atrativos (bombeiros)**
- **Necessidade de Turismólogos nas áreas particulares**

9) Quais são os aspectos ambientais críticos na comunidade? Qual a atuação da prefeitura neste sentido?

- **Problemas parecem estar solucionados, inclusive existe um programa de coleta de recicláveis.**
- **Problemas maiores nos arroios e fundos de vale devido a propensão ao desenvolvimento de favelização.**

10) Como é o relacionamento de órgãos como COMTUR, circuito, conselho consultivo e ong's junto à comunidade, turistas e o parque?

- **Integração dos municípios, sempre trabalhamos em conjunto.**
- **O conselho é atuante.**
- **Com o parque não existe relacionamento, exceção da prefeitura de Ponta Grossa e o Convention Bureau.**

11) Existe algum programa, projeto ou plano de desenvolvimento do Ecoturismo? Qual?

- **O que é proposto no plano diretor de turismo do município (2004).**

- **Programa específico de desenvolvimento do ecoturismo.**
- **“acho que não é ligado ao parque”**
- **Relativo aos atrativos naturais do município.**

12) Para a prefeitura qual é o papel do turismo no desenvolvimento social, econômico e ambiental? Quais são as ações efetivas de concretização deste papel?

- **Tornar o turismo uma constante para a comunidade.**
- **Programas de qualificação profissional. Projetos como: “conhecendo a cidade, formando o turista”**
- **1750 pessoas qualificadas**
- **46 taxistas totalmente preparados para receber turistas**
- **20 Roteiros Diferenciados**
- **Necessidade de melhoria no receptivo de Ponta Grossa**
- **Pessoas querem imediatismo e o turismo não proporciona isso.**

13) Quais os principais problemas trazidos pelo turismo em Jardim Novo Vila Velha e região?

- **Não existe problema**
- **O turista não chega à comunidade nem a comunidade vai ao parque**

14) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades no processo de gestão do entorno do parque? Como a prefeitura pode auxiliar no processo de mitigação dessas dificuldades?

- **Não existem dificuldades**
- **Entorno composto de grandes fazendas**

15) Quais são as maiores virtudes no que tange à administração do entorno do parque?

- **Dentro dos limites de uma administração pública, aumentou a sensibilidade da comunidade, no processo de conscientização com relação ao turismo.**
- **Valorização não somente do valor econômico, mas também da estrutura cultural e de identidade da população com a própria cidade.**
- **Preservação do patrimônio**



**Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de pós-graduação em Geografia**

ANÁLISE COMPARATIVA DAS TERRITORIALIDADES NOS PARQUES ESTADUAIS DE IBITIPOCA – MG E VILA VELHA – PR

Entrevista formulada para o desenvolvimento da Pesquisa

Tema: O parque

Entrevistador: Leandro Martins Fontoura

Entrevistado: Gestor (gerente do parque estadual de Vila Velha)

1. Parque Estadual de Vila Velha – MG

- Divisão por categorias e assuntos

ASSUNTOS	CATEGORIAS
A unidade e o entorno	Territorialidade
Administração, gestão	Plano de manejo
Visitação	Impactos

Questões

Nome do gestor: **Maria Ângela Dalcomuni**

Início da Gestão: Julho /2005 Data da entrevista: 19 / 12 /07.

- 1) Como a administração do parque enxerga a apropriação do seu território pelo turismo?
 - **Educação Ambiental**
 - **Objetivo principal de conservação (o turismo é tratado como atividade secundária)**
 - **Não existe fim único de turismo e arrecadação**
 - **O turismo é apenas um dos programas da unidade e nem se sustenta enquanto atividade**
- 2) Quais são os maiores conflitos registrados nessa relação dialética entre o uso público e o objetivo de conservação da unidade? Como eles são trabalhados para que ocorra a minimização destes conflitos?
 - **Antigos usuários “revoltados” com a readequação**

- **Utilização da população com atividades de lazer predatórias (fomentadas pelo Governo na época)**
- **Houve a readequação para lazer e impacto mínimo dentro da unidade.**
- **Atualmente o parque possui 98 % de satisfação, segundo pesquisas internas.**
- **Mudanças no público do parque, atualmente, 53% dos turistas vêm de grupos organizados de escolas, com a intenção da realização de aulas de campo ou educação ambiental.**

3) Como o entorno tem se apropriado da prática turística e qual o seu relacionamento com a Unidade de Conservação?

- **O entorno é composto de grandes reflorestadoras.**
- **Parcerias com a Associação das empresas (manejo de Pinus)**
- **Vila do funcionários do IAPAR**
- **Escola (já houve trabalhos de educação ambiental)**
- **Não existe conflito com relação às pessoas do entorno, nem a presença de problemas fundiários.**
- **Espaço cedido dentro do parque para exposição de artesanato e cultura dos campos gerais, entretanto a prefeitura não levou o projeto adiante.**
- **Atualmente a população tem participado efetivamente através de sua representatividade no conselho consultivo.**
- **Dificuldades na gestão devido à presença de um ex-diretor no parque que ocupa cargo de influência política.**
- **A maior dificuldade de gestão hoje gira em torno desta pessoa.**
- **Hoje não possui nenhum funcionário (até julho eram 38), todos os condutores são estagiários e as outras funções são desempenhadas por funcionários do IAP deslocados de outras unidades.**
- **Não existe perspectiva de resolução do problema em curto prazo.**

4) Qual ou quais as principais mudanças você espera observar no parque, após a implementação do Plano de Manejo?

- **Modos de gestão**
- **A gestão é realizada por uma única pessoa (existe um norte, uma linha de trabalho)**
- **Ordenamento territorial**
- **Áreas de visitação são as mesmas**

Arenito Degradado (processo de desertificação) – Resolvido (espaços delimitados)

Estrutura (calçamento, vegetação desenvolvendo e regenerando)

- Infra-estrutura
- **Retirada da Lanchonete (incrustada na parede dos arenitos)**
- **Alimentação dos animais (doentes, cáries, colesterol, sobrepeso)**
- **Revitalização anterior ao plano**
- **Algumas atitudes da reforma foram condenadas no plano de manejo (área de churrasqueiras do parque, iluminação no estacionamento)**
- Recursos naturais
- **existem mudanças (ainda não se sabe se é positiva ou negativa, devido ao combate aos incêndios e proliferação de algumas espécies)**
- **Eliminação de espécies exóticas (Pinus e eucaliptos - Leilão da madeira)**
- Visitação
- **Sim. Monitoramento da visitação, acompanhamento, orientações (que recebe muitos elogios)**
- **Estagiários com pouca informação**
- Desenvolvimento Sustentável
- **Não**
- Impacto Mínimo
- **Várias (visitação, lanchonetes, estrutura, pichações)**

5) Aponte as dificuldades e méritos alcançados pelo Plano de Manejo. Quanto ao:

- Conselho consultivo
- **Positivo - Envolvido**
- Equipe administrativa do parque
- **Problema a ser resolvido**
- Funcionários
- **problema a ser resolvido**
- Comunidade
- **Não sabe dizer, ainda não teve tempo de trabalhar com a comunidade**
- Turistas
- **Transporte dos turistas resolvido**
- **aguarda a resolução do problema de funcionários para avançar no Ecoturismo.**

6) Quais as ações de manejo que a administração do parque realiza para corrigir impactos do uso público?

- **Monitorando atualmente**
- **Sem impactos de uso público**

7) Quais as propostas para o monitoramento do fluxo turístico? Há propostas em execução? Quais? Houve algumas propostas que falharam? Especifique.

- **Esta etapa está vencida (sempre tem monitoramento do fluxo)**
- **Planilha diária de controle de visitantes**
- **Consegue quantificar na totalidade o direcionamento do fluxo de turistas**

8) Como se deu o processo de determinação da capacidade de carga do parque?

- **Baseado na metodologia de Cifuentes, que apesar de receber críticas, foi bem implantado no parque, adequando a capacidade de manejo.**
- **800 pessoas é o limite diário atual.**

9) Cite uma estratégia de planejamento para o parque, a qual acredita ser a mais necessária no momento atual.

- **Contratar pessoal**
- **Manejo do Campo (formas de recuperação adequada dos campos)**
- **Retirada de plantas exóticas**

10) Quais são as dificuldades que podem ser destacadas no processo de gestão da unidade de conservação?

- **Questões Políticas (Governo)**
- **Sem apoio financeiro e estrutura física**
- **Sem condições de trabalho atualmente**

11) Quais são as virtudes no que tange à administração do Parque?

- **Bom plano de manejo**
- **Ordenar e receber bem os turistas**
- **O parque atinge seus objetivos e serve de modelo para outros parques (espécies exóticas e fluxo de turistas)**

12) Qual a importância e credibilidade do conselho consultivo do parque?

- **é uma determinação legal**

- **é positivo, pois divide as responsabilidades e auxilia na gestão do parque**

- **traz mais força na gestão**

13) De que forma a efetividade de manejo da visitação e dos recursos naturais em áreas protegidas é garantida pelo plano?

- **O plano garante a metodologia**

- **Se não houver estrutura não adianta ter plano de manejo**

- **Destaque para o voluntariado nas UC's (Multiplicação de resultados com os voluntários)**

- **é uma forma de educação ambiental, os voluntários são da comunidade.**

TRIANGULAÇÃO DE RESULTADOS

A seguir serão demonstradas de forma sintética as respostas dos gestores das unidades de conservação e entorno, com o desígnio de permitir o aspecto comparativo e uma visualização mais clara dos apontamentos. Os números inseridos nos parênteses correspondem às questões apresentadas no questionário anterior. Ressalta-se que até a pergunta de número 04 as questões foram idênticas para os secretários de turismo e para os gerentes dos parques.

Tabela 03.: Respostas das questões formuladas nas entrevistas

IBITIPOCA	VILA VELHA
(1) Parque: Relação com o turismo anda bem Secretaria: Positivo – Recursos Financeiros	(1) Parque: Objetivo de conservação: não existe fim único de turismo Secretaria: Turismo não pode ser contemplativo. É o parque do não!
(2) Parque: Desrespeito às normas. Secretaria: Não existe conflito	(2) Parque: Antigos usuários revoltados. Mudanças de público atualmente. Secretaria: População chama de parque privado. Existe conflito
(3) Parque: O entorno só pensa em se beneficiar do parque. O lado econômico fica sempre em primeiro plano. Secretaria: Arraial tem relação mais amena, Lima Duarte tem de admiração, mas 80% da população não conhece o parque.	(3) Parque: Entorno composto de grandes reflorestadoras, vila do IAPAR e escola. Não existe conflito com as pessoas. Secretaria: 80% da população não conhece o parque. A comunidade reclama e está “correta”, pois usou assim por 30 anos
(4) Parque: 4.1) Padronização no gerenciamento 4.2) Fluxo de turistas 4.3) Nada 4.4) Ganhos Ambientais 4.5) Melhoras no ordenamento 4.6) Não pode ser feito no parque 4.7) ... Secretaria: 4.1) Recepção, trilhas 4.2) Preservação x Atividades 4.3) Já está demais 4.4) Preservação 4.5) Não deve ser alterado 4.6) O parque pode contribuir mais 4.7) Garantir a sobrevivência do parque	(4) Parque: 4.1) Gestão centralizada 4.2) Mesmas áreas, diferentes estruturas 4.3) Retirada da lanchonete, churrasqueira 4.4) Eliminação de espécies exóticas 4.5) Monitoramento e orientações 4.6) Não 4.7) Visitação, estrutura, pichações Secretaria: 4.1) Profissionalismo na gerência 4.2) Organização, mas não é ideal ainda 4.3) Mudanças sensíveis. Melhorar placas 4.4) Eliminação de espécies exóticas 4.5) Mudança de público. Elitização 4.6) Todos os envolvidos preocupados 4.7) Contribuições importantes
A partir da questão nº 5 as perguntas se diferem para os gerentes dos parques e gestores das secretarias de turismo.	
(5) Parque: 5.1) Defesa de interesses próprios	(5) Parque: 5.1) Positivo – Envolvido

<p>5.2) Capacitação informal através de pesquisadores. Possui 25 funcionários e precisa de mais 9.</p> <p>5.3) De outras unidades esporadicamente</p> <p>5.4) Melhorar as relações sociais com a comunidade</p> <p>5.5) Já está direcionado com as informações que precisa</p> <p>(5) Secretaria: Está sem credibilidade e nada soma ao parque. Composto de opiniões pessoais.</p>	<p>5.2) Problema a ser resolvido. Atualmente o parque não possui funcionários.</p> <p>5.3) São utilizados funcionários de outras unidades constantemente.</p> <p>5.4) Ainda não teve tempo de trabalhar com a comunidade</p> <p>5.5) Transporte resolvido. Falta funcionários para trabalhar o Ecoturismo</p> <p>(5) Secretaria: Importante, está cumprindo o seu papel. Vários segmentos sociais pensando para o Parque</p>
<p>(6) Parque: Fechamento de trilhas e atrativos. Espécies invasoras</p> <p>(6) Secretaria: Calçamento, posto médico, posto policial, infra-estrutura em geral.</p>	<p>(6) Parque: Tudo está monitorado atualmente. Sem impactos de uso público.</p> <p>(6) Secretaria: A prefeitura não realiza. Percebe-se parceria com a Rodonorte.</p>
<p>(7) Parque: Formulário que busca o perfil. Em feriados funcionários contam os turistas nos atrativos</p> <p>(7) Secretaria: Vontade apenas. Não existe nada concreto para medir o fluxo.</p>	<p>(7) Parque: Fluxo sempre monitorado. Panilha diária de controle de visitantes.</p> <p>(7) Secretaria: No município não existe. Ponta Grossa não é cidade turística. Usa dados do Parque.</p>
<p>(8) Parque: “Chegou-se” a uma limitação de 800 pessoas fim de semana e 300 dias de semana. Não houve nenhum estudo.</p> <p>(8) Secretaria: Melhoria nas condições de coleta de lixo e maior urbanização.</p>	<p>(8) Parque: Baseado na metodologia Cifuentes. 800 pessoas é o limite diário atual.</p> <p>(8) Secretaria: Melhoria nos acessos, diminuição dos preços do parque; Espaços alternativos de lazer, necessidade de turismólogos em propriedades particulares.</p>
<p>(9) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorizar funcionários (capacitação) - Maior conhecimento da Unidade <p>(9) Secretaria: Esgoto</p>	<p>(9) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contratar pessoal - Manejo do campo (exóticas) <p>(9) Secretaria: Problemas ambientais solucionados</p>
<p>(10) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relações com a comunidade - Compreensão do entorno <p>(10) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tem sido estreitada - Ibitipoca tem diagnóstico demais 	<p>(10) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Questões políticas - Sem apoio financeiro e estrutura física <p>(10) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração entre municípios é boa
<p>(11) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tratamento com o turista (melhor) - Diminuição dos impactos (erosão) <p>(11) Secretaria:</p> <p>Ações isoladas – Circuito Reserva do Ibitipoca</p>	<p>(11) Parque: Bom plano de manejo; ordena e recebe bem os turistas; serve de modelo para outros parques</p> <p>(11) Secretaria:</p> <p>Programa específico de desenvolvimento do Ecoturismo que não é ligado ao parque.</p>
<p>(12) Parque: Representa os segmentos do entorno, não pode ser um amontoado de indivíduos. O conselho é do parque e não dos segmentos.</p>	<p>(12) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - É uma determinação legal. - Divide responsabilidades e auxilia na gestão do parque

<p>(12) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alternativa ao desenvolvimento; - Centro de informações - Estende benefícios e alivia a pressão do Parque. 	<p>(12) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tornar o turismo uma constante na comunidade - Programas de qualificação profissional
<p>(13) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não vai resolver todos os problemas; - Algumas coisas não serão colocadas em prática, é apenas um documento norteador. <p>(13) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Superlotação em feriados; - Trânsito, água, lixo e drogas 	<p>(13) Parque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O plano garante a metodologia, mas precisa haver estrutura. - Destaque para o voluntariado, que utiliza pessoas da comunidade. <p>(13) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existe problema - O turista não chega à comunidade nem ela vai ao parque.
<p>(14) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunidades heterogêneas (problemas desiguais) - Interação com outros órgãos 	<p>(14) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não existem dificuldades; - Entorno composto de grandes fazendas
<p>(15) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Segurança, acesso, parceira com a comunidade e secretaria estadual de meio ambiente - Administração séria 	<p>(15) Secretaria:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentou a sensibilidade da comunidade com relação ao turismo. - Valorização da identidade da população com a cidade. - Preservação do patrimônio

5.2. Resultado das Tabulações das Entrevistas com Turistas

Os resultados das tabulações refletem as informações coletadas em questionário (apêndice 01) realizado com turistas das duas unidades de conservação, em igual número, e obviamente, com as mesmas questões para ambos os parques.

O objetivo dos questionários é estabelecer um parâmetro de similaridades na análise comparativa das territorialidades dos parques, partindo da visão dos turistas, em especial no que tange a aspectos ambientais e indicadores ecológicos. Os questionamentos estão baseados na pesquisa de Takahashi (1997), sofrendo algumas alterações de caráter adaptativo, devido às diferenças existentes entre os ambientes pesquisados.

Para estabelecer um parâmetro quantitativo de análises foi selecionada a técnica estatística desenvolvida por Karl Pearson (1857 – 1936) e denominada *Qui-quadrado*. Tal técnica permite a comparação entre dois objetos, no caso, os parques estaduais de Vila Velha e Ibitipoca, relacionados com um evento, definidos nos doze indicadores ecológicos pesquisados:

- Árvores danificadas e raízes expostas
- Áreas sem vegetação
- Solo compactado
- Acessos secundários (bifurcações nas trilhas)
- Lixo, resíduos ou dejetos
- Encontro com outros grupos
- Ruído provocado por outros grupos
- Conservação dos atrativos
- Alterações na paisagem
- Boas condições das trilhas e mirantes
- Qualidade da infra-estrutura de visitação
- Segurança

Para cada um dos quesitos pesquisados foi dada ao turista a opção de resposta positiva (sim), negativa (não) ou a não observação do evento. Com isso, foi possível estabelecer um parâmetro de presença e ausência.

A opção de “não observação” do evento mostrou-se importante para contribuir no aspecto fidedigno da pesquisa, uma vez que a resposta de presença ou ausência poderia subsistir à percepção inicial do indivíduo.

Entretanto, para a análise estatística comparativa, os apontamentos de não observação do evento foram excluídos, com o intuito de realizar os testes de qui-quadrado e medidas simétricas. Ressalta-se que as exclusões consistiram apenas para o evento selecionado, retornando a amostra em seguida para o universo de análise.

Como opção gráfica foi exposto o percentual cruzado das informações do parque e do evento, no propósito de subsidiar uma melhor comparação entre os dados coletados, tendo-se informações percentuais de linha e coluna em todas as tabelas principais.

O coeficiente de qui-quadrado é um valor da dispersão para duas variáveis de escala nominal e determina em que medida os valores observados se desviam. Assim, quanto maior o qui-quadrado, mais significativa é a relação entre as variáveis, ou seja, maior será a similaridade entre os parques no quesito pesquisado.

Este teste é largamente utilizado em análises estatísticas, especialmente em tabelas 2x2, como é o caso desta pesquisa. No entanto, o qui-quadrado possui limitações. Se o número de observações da casela e o valor esperado for baixo (menor que 0,05 ou 5 %) o teste pode tornar-se ineficiente. Nestes casos, recomenda-se a utilização da fórmula corrigida de Yates ou o teste exato de Fisher. Apesar da análise estatística das observações dos turistas não compor o objetivo principal da pesquisa, foi realizado o teste exato de Fisher em todas as amostras; sendo ainda possível a análise visual das correlações de similaridade destes casos específicos pela observação atenta das tabelas.

A metodologia utilizada no tratamento dos dados deu-se no ambiente SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*⁹), um programa de análise estatística

⁹ Pacote Estatístico para as Ciências Sociais

utilizado nas ciências sociais, pesquisas de mercado, pesquisas relacionadas com a saúde, educação e outros setores.

Proporcionou-se assim o percentual comparativo cruzado em linha e coluna, o cálculo do qui-quadrado e o teste exato de Fisher; além disso, foi possível definir a correção de continuidade e a razão de verossimilhança dos testes realizados.

Finalizando a parte de tratamento estatístico, a última tabela de cada análise dos indicadores ecológicos proporciona as medidas simétricas dos valores nominais, onde utiliza-se a fórmula de valor: $(\text{observado} - \text{esperado})^2 / \text{esperado}$.

Todos estes dados tentam verificar se existe um grau de similaridade entre os parques, e, caso eles existam, onde estão os pontos de convergência destas similaridades na visão dos turistas.

Algumas questões podem ser testadas a partir destes levantamentos estatísticos, possibilitando verificações como:

- Existe um balanceamento de parques estaduais com potencial turístico?
- As interferências de suas legislações específicas, conformidades territoriais e ambientais tendem a torná-los similares?
- Qual o papel e a influência da gestão territorial e ordenamento turístico nos parques?
- A estrutura geológica, climática e biogeográfica os torna similares ou os difere?
- Até que ponto as adequações dos parques à crescente demanda de visitantes foram positivas.
- Há uma tendência de homogeneização dos turistas em áreas naturais?
- Qual é a interferência e as quais relações topofílicas da comunidade com os parques?

Apesar destes questionamentos não participarem de forma integral dos objetivos da pesquisa, muitas respostas poderão ser direcionadas a partir da análise dos dados estatísticos.

A comparação entre os aspectos ambientais e turísticos dos parques poderá mostrar similaridades e diferenças na percepção dos turistas no que concerne ao

ecoturismo em unidades de conservação. Com isso, é possível avaliar a gestão dos parques pelo prisma daqueles que os utilizam, sem utilizar a subjetividade na qualificação dos aspectos analisados.

5.2.1 Tabulação dos Dados Coletados

Parque x Árvores Danificadas					
			Árvores		Total
			Sim	Não	
Parque	Ibitipoca	Contagem	10	13	23
		% parque	43,50%	56,50%	100,00%
		% arvores	38,50%	52,00%	45,10%
	Vila Velha	Contagem	16	12	28
		% parque	57,10%	42,90%	100,00%
		% arvores	61,50%	48,00%	54,90%
Total		Contagem	26	25	51
		% parque	51,00%	49,00%	100,00%
		% arvores	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,943(b)	1	0,331		
Continuity Correction(a)	0,476	1	0,49		
Likelihood Ratio	0,946	1	0,331		
Fisher's Exact Test				0,404	0,245
N of Valid Cases	51				

Symmetric Measures			
		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,136	0,331
	Cramer's V	0,136	0,331
N of Valid Cases		51	

As análises estatísticas do evento desse evento demonstram uma baixa similaridade entre os parques no quesito de árvores danificadas e raízes expostas (qui-quadrado = 0,331), denotando um maior percentual de visitantes que percebem os danos na vegetação no Parque de Vila Velha, fato que pode ser explicado pelo maior contato dos turistas com a trilha do bosque dos arenitos, onde são notadas maiores intervenções da gestão do parque no intuito de interpretar a trilha.

Outro fator que pode ter influenciado a percepção dos turistas reside no fato de haver áreas de reflorestamento com Pinus (*Pinus caribaea*) e Eucalipto (*Eucalyptus spp*) nas dependências do parque de Vila Velha. Tais espécies foram plantadas experimentalmente pelo IAPAR e muitas estão sendo derrubadas atualmente.

Também pode ser relevante o fato de inexistirem trilhas para a mata grande de Ibitipoca, restando à apreciação dos turistas nas matas de galeria do circuito das águas e a vegetação de candeias presente neste parque, trazendo a impressão de homogeneidade e maior preservação deste ambiente.

Foto 14: árvores danificadas/ raízes expostas nas trilhas de Ibitipoca



Foto 15: árvores danificadas/ raízes expostas nas trilhas de Vila Velha



Fonte das fotos 14 e 15: Pesquisa de campo do autor: 2007

Parque x Áreas Sem vegetação

Parque x Áreas Sem Vegetação					
			Clareiras		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	10	16	26
		% parque	38,50%	61,50%	100,00%
		% clareiras	50,00%	47,10%	48,10%
	Vila Velha	Contagem	10	18	28
		% parque	35,70%	64,30%	100,00%
		% clareiras	50,00%	52,90%	51,90%
Total		Contagem	20	34	54
		% parque	37,00%	63,00%	100,00%
		% clareiras	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,044(b)	1	0,835		
Continuity Correction(a)	0	1	1		
Likelihood Ratio	0,044	1	0,835		
Fisher's Exact Test				1	0,529
N of Valid Cases	54				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,028	0,835
	Cramer's V	0,028	0,835
N of Valid Cases		54	

Neste levantamento nota-se uma grande similaridade entre os parques, corroborado pelo alto valor do qui-quadrado (0,835), destacando-se o grande número de turistas que afirmam haver a presença de áreas sem vegetação, girando em torno de 60% nos dois parques. É importante salientar que os parques localizam-se em ecossistemas de campos rupestres e campos de altitude, onde não se percebe a mesma exuberância da flora presente em florestas ombrófilas e estacionais semi-decíduais.

Foto 16: Vegetação de Ibitipoca



Foto17: Vegetação de Vila Velha



Fonte das Fotos 16 e 17: Pesquisa de campo do autor 2006

Parque x Solo Compactado

Parque x Solo Compactado					
			solo		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	6	17	23
		% parque	26,10%	73,90%	100,00%
		% solo	37,50%	48,60%	45,10%
	Vila Velha	Contagem	10	18	28
		% parque	35,70%	64,30%	100,00%
		% solo	62,50%	51,40%	54,90%
Total	Contagem	16	35	51	
	% parque	31,40%	68,60%	100,00%	
	% solo	100,00%	100,00%	100,00%	

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,544(b)	1	0,461		
Continuity Correction(a)	0,188	1	0,664		
Likelihood Ratio	0,548	1	0,459		
Fisher's Exact Test				0,552	0,334
N of Valid Cases	51				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-0,103	0,461
	Cramer's V	0,103	0,461
N of Valid Cases		51	

Com relação aos fatores edáficos, questionou-se a existência de solos compactados ou pisoteados. Neste item existe uma grande diferença entre os parques com relação às trilhas, pois em Vila Velha todos os caminhos onde os turistas passam possuem pavimentação. Nos acessos aos atrativos ele é constituído de asfalto e nas trilhas é feito de pedras São Tomé, trazidas do sul de Minas Gerais com essa finalidade.

Em Ibitipoca inicia-se um calçamento misto na estrada-parque, com paralelepípedos graníticos e rochas angulares de menor tamanho (pedra pé-de-moleque). Dentro do parque não existe nenhum tipo de calçamento. As trilhas encontram-se em solo exposto ou afloramentos rochosos.

As partes mais altas e de maior declividade, onde se encontram os solos mais frágeis (cambissolos e neossolos litólicos) estão com problemas sensíveis de erosão, ao passo que as partes mais baixas e talvegues, onde se encontram os solos hidromórficos e com acúmulo de matéria orgânica (gleissolos), existe uma susceptibilidade à compactação pelo pisoteamento.

Isso parece estar refletido na percepção dos turistas. Em Ibitipoca, 73,90 % dos entrevistados afirmam ter visto problemas no solo do parque, fato interessante, pois não se trata de um aspecto de percepção imediata para o turista leigo.

Em Vila Velha 64,30% dos turistas dizem ter visto problemas de pisoteamento e compactação do solo no parque. Isso também se mostra um fato interessante, pois são necessários olhares atentos para perceber erosões nos alicerces do calçamento e nas áreas próximas às trilhas, bem como a visualização de acúmulo de sedimentos carregados pela chuva em algumas partes das trilhas do parque.

Existe ainda a possibilidade de aferição do calçamento como forma de compactação do solo no parque, o que também se mostraria como uma informação verdadeira na análise dos visitantes.

O teste de qui-quadrado demonstrou um valor alto de correlação entre os parques, que denota a fragilidade dos solos em ambos locais, provenientes da origem similar de rochas sedimentares e metamórficas.

Em Vila Velha a gestão do parque optou pela total impermeabilização dos acessos, sejam eles feitos à pé ou em veículo automotor. A presença de uma rodovia

federal nos limites do parque e a conseqüente facilidade de acesso pode ter influenciado esta decisão estratégica.

Em Ibitipoca existe um nível muito menor de antropização do solo. Nenhum preparo de grandes proporções foi realizado para a construção de acessos, a maioria dos atrativos só pode ser alcançado a pé, restringindo-se apenas a fiscalização a ser realizada com veículos de tração integral.

Isso traz conseqüências de ambas as partes, em Vila Velha tem-se um nível de intervenção no solo altíssimo, com o abalo da percepção de um ambiente natural, trazendo impactos diretos na flora e micro fauna, mudança nos padrões de escoamento superficial e acúmulo de água, que demandam ainda mais mudanças na correção de drenagem.

Entretanto, também traz o benefício típico das zonas de sacrifício, onde se percebe uma mudança considerável no ambiente em benefício da conservação de outros. Isso fica evidente com a visualização de outros pontos do parque onde não há visitação. Nestes locais o solo está bem preservado e em alguns locais percebe-se inclusive a regeneração da espessura original no horizonte superior.

Em Ibitipoca tem-se uma conservação relativa dos solos, que se demonstram de extrema fragilidade devido à origem geológica de arenitos e quartzitos e à falta de argila ou outro material cimentante em sua composição. Essa conservação e a falta de grandes intervenções trazem a sensação de ambiente intocado para o turista e pode aumentar a qualidade da visitação.

Entretanto, nos locais de altas declividades (alguns locais superiores a 80%) e o constante pisoteio em função da intensidade da visitação trazem conseqüências graves para a conservação dos solos do parque. Medidas como o conhecimento da erodibilidade e o estabelecimento de uma capacidade de suporte poderiam se tornar eficazes no controle da erosão causada pela visitação e diminuir a percepção negativa com relação aos solos que foi demonstrada, sem a necessidade de compactação definitiva ou pavimentação dos acessos aos atrativos.

Foto 18: Erosão das trilhas de Ibitipoca



Foto 19: Alicerce das trilhas de Vila Velha



Fonte das fotos 18 e 19: Pesquisa de campo do autor - 2007

Parque x Acessos Secundários

Parque X Acessos Secundários					
			bifurcacao		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	11	16	27
		% parque	40,70%	59,30%	100,00%
		% bifurcacao	45,80%	55,20%	50,90%
	Vila Velha	Contagem	13	13	26
		% parque	50,00%	50,00%	100,00%
		% bifurcacao	54,20%	44,80%	49,10%
Total		Contagem	24	29	53
		% parque	45,30%	54,70%	100,00%
		% bifurcacao	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,458(b)	1	0,498		
Continuity Correction(a)	0,161	1	0,688		
Likelihood Ratio	0,459	1	0,498		
Fisher's Exact Test				0,586	0,344
N of Valid Cases	53				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-0,093	0,498
	Cramer's V	0,093	0,498
N of Valid Cases		53	

Para o levantamento de acessos secundários, buscou-se a percepção dos turistas quanto à organização dos acessos aos atrativos. Locais com excesso de caminhos, trilhas e bifurcações (muitas vezes indo para o mesmo lugar) podem trazer dificuldades à gestão de parques, pois o turista não estará completamente direcionado. Além disso, possibilita-se um aumento da degradação em lugares desnecessários, podendo ainda trazer para o visitante uma diminuição da qualidade da visitação, agregando a sensação de desordem no fluxo de turistas.

De acordo com os testes estatísticos, existe uma baixa similaridade entre os parques, conforme demonstra o teste de qui-quadrado (0,498). Essa diferença pode ser explicada pelo fato da visitação em Vila Velha ser monitorada em sua totalidade, o que não traz dúvidas ao turista sobre o caminho a seguir. Além disso, as trilhas são bastante direcionadas devido ao calçamento. Apesar destes fatores, 50% entrevistados afirmam ter visto bifurcações e acessos secundários em Vila Velha.

Para Ibitipoca, o percentual de presença de bifurcações foi ainda maior, com quase 60% das pessoas identificando esses acessos. O problema de bifurcações no Parque de Ibitipoca é antigo e já causou danos consideráveis no solo, principalmente nos circuitos do Pico do Pião e das Águas.

Atualmente, percebe-se um grande esforço da gestão do parque no que tange à manutenção destes locais e fechamento de trilhas ou acessos secundários. Formas de orientação através de placas indicativas têm sido usadas com frequência, e aliadas ao monitoramento destes locais, verifica-se que este indicador tende a aproximar-se dos percentuais de observações registrados em Vila Velha.

Foto 20: Acessos de Ibitipoca



Foto 21: Acessos de Vila Velha



Fonte: Pesquisa de campo do autor – 2006 e 2007

Parque x lixo, resíduos e dejetos

Parque x lixo, resíduos e dejetos					
			lixo		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	21	5	26
		% parque	80,80%	19,20%	100,00%
		% lixo	46,70%	41,70%	45,60%
	Vila Velha	Contagem	24	7	31
		% parque	77,40%	22,60%	100,00%
		% lixo	53,30%	58,30%	54,40%
Total		Contagem	45	12	57
		% parque	78,90%	21,10%	100,00%
		% lixo	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,095(b)	1	0,757		
Continuity Correction(a)	0	1	1		
Likelihood Ratio	0,096	1	0,757		
Fisher's Exact Test				1	0,509
N of Valid Cases	57				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,041	0,757
	Cramer's V	0,041	0,757
N of Valid Cases		57	

Foi avaliado também o indicador ecológico relativo aos lixos resíduos ou dejetos encontrados pelos visitantes nos parques. Para este item observa-se uma maior semelhança entre os parques. O teste de qui-quadrado revela um valor de (0,757), considerado alto para a amostra selecionada.

Este parece ser um índice de concordância bastante positivo, pois ambos os parques são identificados e referendados pelos turistas com destaque para a limpeza. Os dois registraram um percentual de aproximadamente 80% dos entrevistados que afirmam perceber ausência de lixo nos locais.

Isso demonstra uma preocupação dos turistas em resolver o problema dos resíduos, principalmente em ambientes naturais. É notória a mudança dos padrões de visitação nestes locais, sendo cada vez mais embutida a concepção de guarda e destinação adequada do lixo produzido.

Merece ressalva uma pequena diferença na gestão dos resíduos dos parques. Em Vila Velha existem latas de lixo espalhadas pelos setores de uso público da unidade de conservação, fato que não acontece em Ibitipoca, onde cada pessoa deve trazer consigo o resíduo produzido nas trilhas ou atrativos.

Ambos parques também possuem latas de lixo para coleta seletiva, principalmente nas áreas de maior concentração de turistas (camping, lanchonete, administração e centro de visitantes). Essas medidas são importantes para conscientização acerca da destinação final de resíduos sólidos, portanto devem ser incentivadas como forma de educação ambiental, não se restringindo apenas à colocação das latas.

Foto 21: Lixeiras em Ibitipoca



Foto 22: disposição de lixeiras em Vila Velha



Fonte das fotos 21 e 22: Pesquisa de campo do Autor 2007

Parque x Encontro com outros grupos

			encontro		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	1	26	27
		% parque	3,70%	96,30%	100,00%
		% encontro	16,70%	50,00%	46,60%
	Vila Velha	Contagem	5	26	31
		% parque	16,10%	83,90%	100,00%
		% encontro	83,30%	50,00%	53,40%
Total	Contagem		6	52	58
	% parque		10,30%	89,70%	100,00%
	% encontro		100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,402(b)	1	0,121		
Continuity Correction(a)	1,249	1	0,264		
Likelihood Ratio	2,635	1	0,105		
Fisher's Exact Test				0,201	0,132
N of Valid Cases	58				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-0,204	0,121
	Cramer's V	0,204	0,121
N of Valid Cases		58	

Este teste busca avaliar a percepção dos turistas referente ao encontro com outros grupos durante a sua visita. Ressalta-se que é normal o encontro com outros visitantes, principalmente nos dias de maior movimento nas unidades.

O índice de qui-quadrado revela uma similaridade baixa neste indicador, entretanto, o valor esperado da amostra encontra-se abaixo de 5%, fato que pode dificultar a análise comparativa.

Neste caso, é mais interessante a análise dos valores absolutos expressos na tabela principal do indicador. Esses valores demonstram um índice de 96,3% e 83,9% de encontro com outros grupos em Ibitipoca e Vila Velha, respectivamente.

O parque de Minas Gerais possui um índice de encontro maior devido à falta de ordenamento do fluxo de turistas, o que possibilita a concentração de pessoas em determinados locais. Os atrativos assumem uma condição de agrupamento que possivelmente determinou o alto valor para o indicador de encontro com outros visitantes.

O parque de Vila Velha apresenta após as reformas e implementação do plano de manejo, um monitoramento e ordenamento dos turistas nas trilhas e atrativos. Apesar de utilizar trilhas circulares no acesso aos atrativos, ainda assim, não elimina a possibilidade de encontro com outros grupos.

Foto 23: Encontro de grupos em Ibitipoca



Foto 24: Condução de grupo em Vila Velha



Fonte das fotos 23 e 24: Pesquisa de campo do autor 2007

Parque * Ruído provocado por outros grupos

Parque - Ruído provocado por outros grupos					
			ruído		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	11	15	26
		% parque	42,30%	57,70%	100,00%
		% ruído	34,40%	60,00%	45,60%
	Vila Velha	Contagem	21	10	31
		% parque	67,70%	32,30%	100,00%
		% ruído	65,60%	40,00%	54,40%
Total		Contagem	32	25	57
		% parque	56,10%	43,90%	100,00%
		% ruído	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,715(b)	1	0,054		
Continuity Correction(a)	2,754	1	0,097		
Likelihood Ratio	3,746	1	0,053		
Fisher's Exact Test				0,066	0,048
N of Valid Cases	57				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	-0,255	0,054
	Cramer's V	0,255	0,054
N of Valid Cases		57	

O indicador “Ruído provocado por outros grupos” relaciona-se diretamente com o anterior, de encontro com outros grupos. Entretanto, no teste de ruído provocado por outros grupos foi possível realizar o teste de qui-quadrado, revelando uma similaridade quase nula entre os parques.

Foi avaliado se o encontro com outros grupos causa ruídos perceptíveis. Neste item verifica-se uma grande diferenciação entre os parques, que pode ser explicado pelos modos de gestão e ordenamento territorial aplicados. Apesar de direcionar o fluxo de visitas e aplicar rotas circulares, tais medidas não eliminam a possibilidade de encontro com outros grupos. Entretanto, esse ordenamento praticamente extingue as

possibilidades de percepção de ruídos provocados por outros grupos. Isso traz mais qualidade para a visitação e aumenta a sensação de isolamento e contato com ambientes naturais.

Os índices percentuais mostraram-se invertidos nos parques, com 57,7% dos entrevistados de Ibitipoca acusando a presença de barulho provocado por outras pessoas. Já em Vila Velha, apenas 32,3% afirmam ter percebido o ruído.

Deve-se creditar ao percentual de Vila Velha a possibilidade dos turistas terem considerado aqueles visitantes que não eram do seu grupo de origem, mas estavam no mesmo ônibus para o atrativo, fato este que diminuiria ainda mais o índice percentual e aumentaria as discrepâncias deste indicador entre os parques.

Foto 25: Grupos nos parques de Ibitipoca



Foto 26: Orientações de guia em Vila Velha



Fonte das fotos 25 e 26: Pesquisa de campo do autor - 2007

Parque x Conservação dos atrativos

Parque x Conservação dos atrativos					
			conserv_atrat		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	1	25	26
		% parque	3,80%	96,20%	100,00%
		% conserv_atrat	50,00%	46,30%	46,40%
	Vila Velha	Contagem	1	29	30
		% parque	3,30%	96,70%	100,00%
		% conserv_atrat	50,00%	53,70%	53,60%
Total		Contagem	2	54	56
		% parque	3,60%	96,40%	100,00%
		% conserv_atrat	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,011(b)	1	0,918		
Continuity Correction(a)	0	1	1		
Likelihood Ratio	0,011	1	0,918		
Fisher's Exact Test				1	0,718
N of Valid Cases	56				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,014	0,918
	Cramer's V	0,014	0,918
N of Valid Cases		56	

O indicador de conservação dos atrativos demonstrou uma similaridade muito grande entre os parques. O qui-quadrado deste item foi próximo a 01, exibindo um valor bastante alto (0,918).

Isso demonstra que os atrativos ainda possuem grande valor intrínseco agregado, que os turistas reconhecem, valorizam e respeitam o capital ambiental dos parques. Em ambos, 96% das entrevistas afirmam que os atrativos estão em um bom nível de conservação.

Este índice denota o potencial para o desenvolvimento do ecoturismo nos parques. Os turistas reconhecem a conservação dos atrativos e as atitudes dos gestores no sentido de desenvolver formas de turismo sustentáveis e perenes.

Pode-se concluir ainda que o planejamento do turismo é uma ferramenta essencial nos modos de gestão dos parques estaduais. A conservação dos atrativos é condicionada por atitudes como a elaboração de planos de manejo e implantação de práticas de mínimo impacto.

Nos dois parques percebe-se uma preocupação precípua com a conservação dos ambientes. Esta é a prioridade e o principal objetivo de criação de unidades de conservação de proteção integral, como os parques analisados.

A conservação dos atrativos percebida pelos visitantes corrobora o potencial de utilização dos parques para atividades de ecoturismo e reforça a necessidade de preservação dos seus recursos naturais, por vezes demonstrado frágil à presença do turismo.

Foto 27: Atrativos de Ibitipoca



Foto 28: Atrativo de Vila Velha



Fonte das fotos 27 e 28: Pesquisa de campo do autor 2006 e 2007

Parque x Alterações na paisagem

Parque x Alterações na paisagem					
			alteracoes		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	16	9	25
		% parque	64,00%	36,00%	100,00%
		% alteracoes	61,50%	32,10%	46,30%
	Vila Velha	Contagem	10	19	29
		% parque	34,50%	65,50%	100,00%
		% alteracoes	38,50%	67,90%	53,70%
Total		Contagem	26	28	54
		% parque	48,10%	51,90%	100,00%
		% alteracoes	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,685(b)	1	0,03		
Continuity Correction(a)	3,578	1	0,059		
Likelihood Ratio	4,752	1	0,029		
Fisher's Exact Test				0,055	0,029
N of Valid Cases	54				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,295	0,03
	Cramer's V	0,295	0,03
N of Valid Cases		54	

O item de Alterações na paisagem procura avaliar a percepção dos turistas com relação às alterações na paisagem. As paisagens podem nos ensinar como as realidades físicas, econômicas e técnicas são construídas e como se transformam. A paisagem torna-se uma verdadeira memória coletiva, na qual estariam registradas as interferências humanas sobre a Terra. (Figueiredo & Manhi, 2006).

Sob essa perspectiva, a paisagem torna-se uma expressão profunda de um grupo humano. Com base na análise da paisagem pode-se perceber tanto a materialidade de um território como o espírito que o concebeu (BÉGUIN, 1995).

Boullón acredita que a paisagem é formada por atrativos naturais e pelo ambiente natural que se destaca por sua beleza. O autor classifica a paisagem em: natural, cultural e urbana. Ele as remete à característica predominantemente estética e cenográfica do seu conceito (BOULLON, 1985).

No turismo, as qualidades estéticas da paisagem são muito valorizadas e quando se tenta avaliá-la, leva-se em consideração decisões de cunho subjetivo. Essas análises tentam capturar a percepção dos usuários quanto ao nível de alterações ou intervenções antrópicas registrados nas unidades de conservação.

Para 64% dos entrevistados de Ibitipoca o parque não possui mudanças ou alterações significativas na paisagem. Em Vila Velha a situação se inverte completamente, com 65,5% dos turistas percebendo fortes alterações na paisagem.

Estes números são consequência da maneira como o parque realiza o gerenciamento do fluxo turístico. Em Vila Velha existe uma intervenção muito mais acentuada, que se reflete em formas de interação diferenciadas, muitas vezes utilizando equipamentos e infra-estrutura que aumentam o nível de antropização do parque. Pode-se exemplificar com as intervenções realizadas no asfalto, no calçamento das trilhas, no elevador das furnas, nos mirantes e até mesmo com a presença constante de espécies exóticas (muitas das quais são invasoras).

O parque de Ibitipoca possui uma intervenção menos agressiva, limitando-se aos equipamentos necessários ao pleno funcionamento da unidade. Não existe nenhum tipo de calçamento que impermeabilize o solo e os atrativos ainda se conservam de forma primitiva. Atualmente, o parque está passando por uma revitalização, onde são realizadas pequenas intervenções nos atrativos (mirantes e bancos) e na infra-estrutura administrativa (casa de funcionários e pesquisadores, laboratório, portaria, etc).

Tais intervenções trazem uma boa impressão no que concerne ao nível de intervenção do homem na paisagem, entretanto, deve ser relevado o fato de subsistir alguns aspectos de ordenamento e monitoramento dos visitantes, bem como o controle dos impactos causados.

No modelo intervencionista, tem-se a contraposição de um modo de gestão e controle eficiente frente a uma significativa alteração na paisagem, característica que se inverte no modelo de gestão pós-fordista do turismo.

Desta forma, é importante que a unidade encontre formas de equacionar o ponto de equilíbrio entre: ordenamento, controle da visitação e impactos gerados com as interferências na paisagem.

Foto 29: Alterações na paisagem de Ibitipoca



Foto 30: Alterações na paisagem de Vila Velha



Fonte das fotos 29 e 30: Pesquisa de campo do autor 2007

Parque x Condições das trilhas

			condi_trilha		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	3	24	27
		% parque	11,10%	88,90%	100,00%
		% condi_trilha	100,00%	43,60%	46,60%
	Vila Velha	Contagem	0	31	31
		% parque	0,00%	100,00%	100,00%
		% condi_trilha	0,00%	56,40%	53,40%
Total		Contagem	3	55	58
		% parque	5,20%	94,80%	100,00%
		% condi_trilha	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,632(b)	1	0,057		
Continuity Correction(a)	1,72	1	0,19		
Likelihood Ratio	4,776	1	0,029		
Fisher's Exact Test				0,095	0,095
N of Valid Cases	58				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,25	0,057
	Cramer's V	0,25	0,057
N of Valid Cases		58	

O item condições das trilhas também demonstra uma grande similaridade entre os parques, que pode ser percebida com a análise dos números absolutos e percentuais da tabela. Assim, tanto em Ibitipoca quanto em Vila Velha, existe na concepção dos turistas um bom nível de conservação das trilhas.

O parque de Ibitipoca registrou um total de 88,9% de pessoas que acreditam que as trilhas estão em boas condições. Este índice sobe para 100% quando a mesma pergunta é feita em Vila Velha. Tal percentual demonstra por um lado que as trilhas deste parque mereceram atenção especial e provavelmente sofrem uma manutenção

constante. Entretanto, a unanimidade neste quesito impossibilitou o teste de qui-quadrado, pois o valor esperado foi nulo na contagem de Vila Velha.

As boas condições das trilhas podem ser diretamente confrontadas com as análises relativas à compactação do solo. Quando questionados 73,9% e 64,3% (em Ibitipoca e Vila Velha respectivamente) afirmaram verificar problemas referentes à compactação dos solos nos parques. Isso provavelmente diminuiria a sensação de qualidade nas trilhas (principalmente em Ibitipoca, visto que as trilhas são em solo exposto), entretanto não foi este o registrado. Os números indicam que para os turistas as trilhas estão em ordem, mesmo com solo compactado ou erodido. Também deve ser considerada a possibilidade das pessoas considerarem necessária a intervenção nas trilhas, trazendo conseqüências como a compactação do solo. Isso viria de encontro à teoria de zonas de sacrifício, diminuindo a concepção dos turistas com relação aos impactos ambientais percebidos.

Foto 31: Condições das trilhas de Ibitipoca



Foto 32: Condições das trilhas em Vila Velha



Fonte das fotos 31 e 32: Pesquisa de campo do autor 2006 e 2007

parque * quali_infra					
			quali_infra		Total
			Não	Sim	
Parque	Ibitipoca	Contagem	3	21	24
		% parque	12,50%	87,50%	100,00%
		% quali_infra	100,00%	40,40%	43,60%
	Vila Velha	Contagem	0	31	31
		% parque	0,00%	100,00%	100,00%
		% quali_infra	0,00%	59,60%	56,40%
Total		Contagem	3	52	55
		% parque	5,50%	94,50%	100,00%
		% quali_infra	100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests					
	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	4,099(b)	1	0,043		
Continuity Correction(a)	2,033	1	0,154		
Likelihood Ratio	5,201	1	0,023		
Fisher's Exact Test				0,077	0,077
N of Valid Cases	55				

Symmetric Measures			
		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,273	0,043
	Cramer's V	0,273	0,043
N of Valid Cases		55	

Este indicador buscou a percepção dos usuários com relação à qualidade da infra-estrutura de visitação. Conforme pode ser observado na tabela principal, mais uma vez Vila Velha obteve unanimidade com relação à satisfação dos visitantes no que tange qualidade da infra-estrutura. Desta forma, as análises deverão perpassar pelos percentuais e valores absolutos.

Em Ibitipoca 12,5% dos entrevistados afirmam que a infra-estrutura do parque é imprópria ou deficiente. Vale ressaltar que ao serem questionados sobre os motivos desta deficiência, muitos responderam que a infra-estrutura era inadequada por ultrapassar os limites do ambiente e causar fortes impactos visuais.

Ambos os parques possuem equipamentos necessários para o gerenciamento das unidades de conservação. Fica claro o viés turístico dos parques explicitado nas reformas e elaboração dos planos de manejo. Obras, equipamentos e serviços turísticos corroboram este fato e reforçam nos dois parques a intenção de incremento do fluxo ou da qualidade de visitação.

Assim, é fundamental a existência de infra-estrutura para recepcionar os visitantes, orientá-los e dar-lhes segurança. Esta é uma das características da influência do turismo no *modus operandi* das unidades de conservação. Investimentos em centros de visitantes, trilhas, mirantes, alimentos e bebidas, funcionários, acessos e transportes compõe a infra-estrutura necessária para a operação do ecoturismo nos parques estudados.

Conforme foi ressaltado nas entrevistas com os turistas, ambos os parques possuem infra-estrutura adequada e de qualidade. A história das duas unidades de conservação reflete as formas anteriores de utilização destes espaços e confirma a forte influência do (eco)turismo na estruturação e readequação dos parques em novos modelos de ordenamento territorial.

A satisfação dos visitantes também denota a preocupação dos órgãos de gerenciamento dos parques na tentativa de aumentar a qualidade da visitação. Entretanto, este incremento nos equipamentos e infra-estrutura pode causar o aumento das taxas de visitação, que acaba por selecionar economicamente o perfil do turista. Além disso, não raro esta cobrança causa insatisfação da comunidade local.

Foto 33: Infra-estrutura de Ibitipoca



Foto34: Infra-estrutura de Vila Velha



Fonte das fotos 33 e 34: Pesquisa de campo do autor 2007

Parque x Segurança

			seguranca		Total
			Sim	Não	
Parque	Ibitipoca	Contagem	23	4	27
		% parque	85,20%	14,80%	100,00%
		% seguranca	48,90%	100,00%	52,90%
	Vila Velha	Contagem	24	0	24
		% parque	100,00%	0,00%	100,00%
		% seguranca	51,10%	0,00%	47,10%
Total	Contagem		47	4	51
	% parque		92,20%	7,80%	100,00%
	% seguranca		100,00%	100,00%	100,00%

Chi-Square Tests

	Value	Df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,858(b)	1	0,05		
Continuity Correction(a)	2,081	1	0,149		
Likelihood Ratio	5,39	1	0,02		
Fisher's Exact Test				0,113	0,07
N of Valid Cases	51				

Symmetric Measures

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	0,275	0,05
	Cramer's V	0,275	0,05
N of Valid Cases		51	

O indicador de segurança tentou verificar a percepção dos turistas com relação ao nível de segurança oferecido pelo parque. É possível a ocorrência de acidentes em ambientes naturais, principalmente relacionados com quedas, torções ou picadas de cobras e outros animais. Os dois parques possuem áreas potencialmente perigosas, diferindo o nível de intervenção e orientação dos turistas com relação às normas de segurança adotadas.

Nas análises estatísticas percebem-se dois fatores que merecem ser destacados em Vila Velha: o primeiro relaciona-se com a totalidade das respostas válidas que afirmam ter segurança nos parques. É uma informação importante, pois os turistas crêem estar num ambiente onde não sentem nenhum tipo de ameaça. Isso valida as análises anteriores de intervenção antrópica, oferecendo ao visitante uma sensação de conforto por estar protegido. O turista possui poucos momentos de liberdade no parque, sendo conduzido e monitorado quase todo o tempo.

Um segundo aspecto de Vila Velha diz respeito ao alto índice de pessoas (22%) que afirmaram não saber responder se possuíam ou não segurança dentro da unidade. Esta dúvida pode acarretar uma diminuição no percentual de percepção da segurança em Vila Velha. Também é possível que a incerteza tenha sido causada pela associação com algum tipo de crime ocorrido dentro da unidade.

Em Ibitipoca deve ficar registrado que a maioria dos entrevistados (85%) afirma estar seguro no parque. Este dado é interessante, pois em comparação com o parque de Vila Velha as possibilidades de ocorrência de acidentes são muito maiores, em virtude das caminhadas próximas aos caniões, travessia de cachoeiras e a presença constante de cobras cascavéis (*crotalus terrificus*) na região.

Um dos motivos que pode ter refletido esta sensação reside no fato de existir uma brigada do corpo de bombeiros no parque durante os feriados e períodos de maior movimento. Além disso, nestes períodos as equipes de guarda parque realizam vistorias nos atrativos, com o intuito de orientar e coibir práticas perigosas ou desrespeitosas às normas do parque.

Outro fato que merece destaque nesta análise dos altos percentuais de pessoas com boa sensação de segurança: muitas vezes os gestores realizam obras e intervenções nos atrativos ou trilhas, embasados na concepção de fornecer maior

segurança aos turistas. Neste caso, obras deste tipo podem ser desnecessárias e até prejudiciais, pois ocasionaria uma alteração na paisagem, agregando uma sensação de segurança que não justifica uma intervenção no ambiente natural.

Com base nisso, o gestor poderá utilizar uma ferramenta mais adequada para verificar se existe realmente ou não a necessidade de intervenção em determinado espaço, podendo ser ainda verificado em qual nível de antropização justifica a implantação de equipamentos de segurança em parques estaduais.

Foto 35: Aspectos de segurança de Ibitipoca



Foto 36: Aspectos de segurança de Vila Velha



Fonte: Pesquisa de campo do autor 2007

5.2.2 Análise Sintética das Entrevistas com Turistas

Com relação à pesquisa dos indicadores ambientais percebidos pelos turistas, destaca-se o elevado percentual que identifica problemas edáficos e de erodibilidade nas trilhas dos parques. Isso mostra uma grande preocupação (ou ao menos a percepção) dos visitantes com os impactos que o turismo pode trazer. Tal constatação facilitaria um programa de educação ambiental e orientação, visto que os turistas mostram-se preparados para a visita.

Destacou-se também no levantamento estatístico um alto índice de concordância no que tange aos resíduos sólidos. Ambos apresentaram semelhança na ausência de lixo, denotando preocupações dos gestores e colaboração dos turistas no que tange a essa causa ambiental.

Nos levantamentos acerca de encontro com outros grupos visitantes sobressaíram as formas de planejamento e ordenamento territorial do fluxo turístico em Vila Velha. Neste parque existe um controle do fluxo de visita, bem como dos horários dos grupos. Isso, aliado a um planejamento de trilhas circulares, proporciona um melhor ordenamento e evita encontros com outros visitantes, aumentando a sensação de exclusividade e concentração nos aspectos naturais.

No parque de Ibitipoca não existe qualquer política de ordenamento dos turistas. Foi testado um sistema de obrigatoriedade da contratação de guias para a visita nos circuitos da Janela do Céu e Pião, entretanto, a medida sofreu intensas críticas e atualmente vigora apenas uma recomendação para contratação de condutores.

O controle de visitantes no mesmo atrativo é realizado de forma arcaica, onde um funcionário conta o número de turistas juntos no mesmo atrativo. Apesar de considerar a complexidade de controle da visita, essa medida mostra-se ineficaz no ordenamento do fluxo de turistas. A falta de controle nos atrativos acarreta ainda na sensação de superlotação do parque, devido à concentração de pessoas no mesmo atrativo.

Outro fato observado refere-se à poluição sonora. Apesar dos turistas indicarem uma concentração de pessoas nos atrativos, o índice de percepção com

relação aos ruídos foi baixo. Isso pode denotar um visitante educado e preocupado com o incômodo da fauna e dos outros turistas. Esse dado poderá ser cruzado com o nível de escolarização e renda dos turistas, no intuito de verificar a evolução do parque na curva do ciclo de vida dos destinos.

As informações referentes à conservação dos atrativos demonstram em uma relação quase unânime de percepção dos turistas quanto à conservação. Isso pode ser potencializado pelo ambiente urbano de sua origem ou caracterizar uma intenção ideográfica dos gestores das unidades. Entretanto, quando questionados acerca das alterações na paisagem, os números se inverteram e os turistas demonstraram a verificação de intensas modificações na paisagem a maioria delas para proporcionar adequações de infra-estrutura em função do próprio turismo.

Este foi o índice de menor similaridade entre os parques, tendo o Parque de Vila Velha, uma alteração na paisagem muito mais significativa que no Parque de Ibitipoca. Entretanto, esses dados podem ser confrontados com os índices de reconhecimento da qualidade infra-estrutura de visitação. Houve unanimidade nos turistas que afirmam satisfação deste quesito em Vila Velha, fato que não ocorreu em Ibitipoca, apesar dos números também serem expressivos neste sentido.

O último dado analisado estatisticamente avaliou a segurança dos turistas nos parques. Este quesito mostrou-se revelador, pois as maiores intervenções na paisagem são justificadas pelos gestores como formas de proporcionar maior segurança aos turistas. Entretanto, um número extremamente reduzido de turistas demonstrou sentir-se desprotegido, não sendo corroborada a atitude dos gestores com a visão daqueles que utilizam as unidades de conservação.

DAFO do Parque Estadual do Ibitipoca

Debilidades – Fragilidades internas ao parque

1. Solos frágeis com alta erodibilidade.
2. Presença de vários pontos de erosão, alguns em estágio bastante avançado.
3. Falta de material de divulgação e informação do parque, inclusive em outras línguas, como inglês e espanhol.
4. Problemas de relacionamento com a comunidade.
5. Sazonalidade da visitação em feriados e fins de semana, com a demanda superando a capacidade de suporte nos picos de visitação.
6. Visitação intensa, inclusive em áreas importantes para herpetofauna e mastofauna.
7. Presença de bifurcações e traçados inadequados nas trilhas.
8. Falta de sinalização e orientação em alguns pontos das trilhas.
9. Guias sem identificação e equipamentos adequados, principalmente em visitas espeleológicas.
10. Aumento descontrolado do nível de intervenção e antropização nos atrativos do parque, causando alterações na paisagem.
11. Presença de espécies invasoras
12. Desrespeito às normas do parque por parte dos turistas
13. Necessidade de mais 09 funcionários
14. Necessidade de um controle do fluxo de visitantes e seu ordenamento no parque.
15. Estudo científico e adequado para a determinação da capacidade de carga
16. Falta de conhecimento científico do parque.
17. Alto número de encontros com outros grupos nas trilhas e atrativos, devido à falta de ordenamento do fluxo de turistas.

Ameaças – Forças externas ao parque

1. Incêndios florestais no entorno do parque
2. Expansão da ocupação do entorno devido à especulação imobiliária promovida principalmente pelo turismo.
3. O arraial de Conceição do Ibitipoca é totalmente dependente do turismo realizado no Parque.
4. Escassa educação ambiental no entorno
5. A comunidade enxerga o parque com atenção exclusiva aos benefícios econômicos.
6. Escassez de planejamento e gestão do turismo no entorno.
7. Falta de ordenamento territorial.
8. Os moradores de Conceição de Ibitipoca desconhecem a fragilidade do parque.
9. Alguns ambientes/ ecossistemas do parque também se estendem nas regiões do entorno, o que torna estes ambientes de grande fragilidade, principalmente relacionado ao solo e à vegetação.
10. Sazonalidade da visitação, registrando picos no aporte de visitantes nos feriados e férias escolares.
11. Risco de contaminação devido à falta de coleta e tratamento de esgoto na região.
12. Possibilidade de exploração descontrolada do turismo devido à falta de planejamento do entorno.
13. Péssimo relacionamento no conflito de interesses do conselho consultivo
14. Inexistência de formas de planejamento e monitoramento dos visitantes no entorno
15. Condição precária de coleta de lixo
16. Inexistência de rede de esgoto na vila e entorno
17. Crescimento desordenado da urbanização no entorno
18. Iniciativas isoladas para o desenvolvimento do ecoturismo
19. Superlotação da vila em feriados, prejudica trânsito, lixo, água, esgoto e aumento o consumo de drogas

20. Dificuldades na inter-relação da prefeitura e parque com outros órgãos: Emater, AMAI, circuito serras do Ibitipoca

Fortalezas – Características internas do parque

1. Ambientes naturais preservados, aumentando o interesse pelos atrativos
2. Presença de espécies endêmicas no parque
3. Baixo índice de lixo, resíduos e dejetos
4. Grande quantidade de cavernas, cachoeiras e atrativos diferenciados em um espaço reduzido.
5. Formação vegetal em mosaicos de cerrado, mata atlântica e campos
6. Grande quantidade de epífitas (orquídeas e bromélias principalmente)
7. Sua reduzida dimensão facilita fiscalização
8. Grande beleza cênica e diversidade de ambientes
9. Centro de visitantes está adequado e pode tornar-se atrativo do parque
10. Padronização do gerenciamento com o plano de manejo
11. 75% do público vêm preparado para visitar uma UC.
12. Bom índice de satisfação dos visitantes
13. Esforços na diminuição da erosão no parque
14. Infra-estrutura adequada e de qualidade para a demanda atual de turistas e pesquisadores
15. O parque oferece um bom nível de segurança aos visitantes

Oportunidades – Contexto externo ao parque

1. Existências de áreas conservadas no entorno
2. Possibilidades de parceria de conservação com proprietários do entorno
3. Desenvolvimento de pesquisas no entorno do parque
4. Parcerias com a comunidade para a formação de condutores especializados
5. Interesse pela visitação em cavernas
6. Desenvolvimento de programas de Educação e Interpretação Ambiental
7. Possibilidade de parcerias para motivar formas de desenvolvimento local sustentável
8. Possibilidade de realização de programas de conservação com propriedades adjacentes ao parque
9. Desenvolvimento do ecoturismo no entorno do parque. Isso diminui a pressão antrópica e traz recursos para a comunidade.
10. Possibilidade de trabalhar com voluntariado no parque
11. O entorno não possui problemas fundiários (exceto na vila)
12. Investimentos em infra-estrutura de acesso, comunicação, segurança e saúde
13. Construção recente de centro de informações ao turista em Lima Duarte, que poderá direcionar o turista para outros atrativos além do Parque
14. Presença de um circuito turístico organizado e atuante (Circuito Serras do Ibitipoca)
15. Parceria com a SEMA (secretaria estadual de meio ambiente) para a destinação de verbas para o parque e entorno.
16. Restauração da Igreja Matriz e revitalização de pontos histórico-culturais na vila.

DAFO do Parque Estadual de Vila Velha

Debilidades – Fragilidades internas ao parque

1. Solos frágeis e com alta erodibilidade devido à origem geológica.
2. O parque se relaciona de forma muito incipiente com a comunidade.
3. Alto do nível de intervenção e antropização nos atrativos do parque, causando alterações importantes na paisagem.
4. Presença de espécies exóticas invasoras. Necessidade de manejo dos campos.
5. Urgência na contratação de funcionários que operacionalizem a prática do turismo. São necessários 38 atualmente.
6. Presença de Igreja Católica (desativada) nas dependências do Parque.
7. Percepção dos turistas por árvores danificadas e áreas sem vegetação
8. Calçamento das trilhas do parque e acesso aos atrativos por meio de ruas asfaltadas e transporte coletivo retira a sensação de naturalidade do parque.
9. Presença de um elevador desativado na fuma 1.
10. Atualmente o turismo praticado é meramente contemplativo, não existe interação dos visitantes.
11. Ainda existem cargos de indicação política influenciando a gestão da unidade.
12. Estagiários monitores das visitas ainda possuem pouca informação científica sobre o parque
13. Não existem formas de interação do parque com a comunidade.

Ameaças – Forças externas ao parque

1. Incêndios florestais no entorno do parque
2. Presença de latifúndios com características silvícolas no entorno.
3. Escassa educação ambiental no entorno
4. A comunidade de Ponta Grossa e o parque estabelecem relação conflituosa, os munícipes enxergam o parque de maneira proibitiva, reconhecendo-o como parque privado.
5. Escassez de planejamento e gestão do turismo no entorno.
6. Os moradores do bairro Jardim Novo Vila Velha não possuem nenhuma envolvimento com o parque, apesar de sua proximidade.
7. Alguns geoambientes do parque também são encontrados nas regiões do entorno, o que torna estes ambientes de grande fragilidade, relacionado ao solo, à vegetação e principalmente às furnas jovens de Itaiacoca.
8. Possibilidade de exploração descontrolada do turismo devido à falta de planejamento do entorno.
9. Obras de grande porte, ferrovias, rodovias, centros urbanos e agricultura próximas ao parque.
10. Poucas iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo
11. Dificuldades na inter-relação da prefeitura e parque com outros órgãos.
12. Possível contaminação de mananciais ou corpos d'água por agrotóxicos
13. Propostas para a comunidade do Jardim Novo Vila Velha contidas no plano de manejo não foram implementadas.
14. Falta parceria do parque para a realização do ecoturismo no entorno. Alguns proprietários estão interessados em desenvolver o turismo, mas não participam ativamente.
15. Faltam espaços alternativos de lazer para a comunidade de Ponta Grossa

Fortalezas – Características internas do parque

1. Atrativos bem conservados
2. Presença de espécies endêmicas no parque
3. Baixo índice de lixo, resíduos e dejetos
4. Presença de ecótono entre cerrado e campos de altitude.
5. Ordenamento dos turistas
6. Grande beleza cênica e diversidade de ambientes
7. Centro de visitantes está adequado e recomenda aos turistas que assistam vídeo educativo do parque antes de iniciar a visita.
8. Padronização do gerenciamento com o plano de manejo
9. Esforços na diminuição de impactos no parque
10. Infra-estrutura de visitação adequada para a demanda atual de turistas
11. O parque oferece um bom nível de segurança aos visitantes
12. Utilização de voluntários no parque, alguns provenientes de Ponta Grossa.
13. O parque não possui bifurcações nas trilhas ou acessos secundários. A caminhada é feita sempre com orientação adequada.
14. O parque é considerado limpo, entretanto percebe-se a presença de lixeiras nas trilhas, que podem trazer impactos visuais e na fauna.
15. Possui baixo índice de encontro com outros grupos devido ao ordenamento dos turistas.
16. Devido à estratégia de calçamento, todas as trilhas se encontram em boas condições.
17. O uso público traz impactos mínimos para o parque atualmente. As visitas são sempre monitoradas.
18. Capacidade de carga elaborado sob critérios científicos.
19. Possibilidade de exploração do turismo científico, educação ambiental e ecoturismo.
20. O parque possui 98% de aprovação e 53% de visitas em grupos organizados.
21. Oportunidade de desenvolvimento e adequação do turismo científico e paleontologia no parque.

Oportunidades – Contexto externo ao parque

1. Possibilidades de parceria de conservação com proprietários do entorno
2. Parcerias com a comunidade para a inserção de condutores especializados
3. Desenvolvimento de programas de Educação e Interpretação Ambiental
4. Possibilidade de parcerias para motivar formas de desenvolvimento local sustentável
5. Desenvolvimento do ecoturismo no entorno do parque, principalmente na região de Itaiacoca.
6. Infra-estrutura de acesso, comunicação, segurança e saúde já estão consolidados.
7. Melhor utilização do centro de informações ao turista em Ponta Grossa, que poderá direcionar o turista para outros atrativos na região.
8. Devido às grandes dimensões do parque, formas de turismo alternativo podem ser implementadas no parque, desde que sigam as orientações do plano de manejo.
9. O conselho consultivo é organizado e bem direcionado para trabalhar para o parque.
10. Inserção de turismólogos nas propriedades do entorno para a realização do desenvolvimento planejado do turismo na região
11. Não existem problemas ambientais na comunidade do entorno.
12. A prefeitura de Ponta Grossa preocupa-se com o desenvolvimento planejado do turismo. Possui programas de qualificação no turismo para a comunidade.

6. CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo do trabalho permite o desdobramento de algumas questões relacionadas ao tema. Tais considerações, em virtude da dinâmica e estímulo da abordagem, não almejam ter caráter definitivo. Devido à amplitude e incipiência do assunto, o trabalho não tem um fim em si mesmo e procura contribuir para pesquisas correlatas.

Em primeiro lugar cumpre ressaltar o processo de *turistificação* dos territórios. Os parques estaduais pesquisados mostraram-se muito similares no que tange ao domínio do turismo sobre seus territórios. Apesar do objetivo principal destas unidades ser a conservação, as relações de poder estabelecidas pela prática do turismo demonstram-se amplificadas, regulando e modificando o espaço em função de suas necessidades.

As semelhanças entre os objetos de análise não são exclusivas da *turistificação* do território. Também destacam-se a origem geológica e litológica, composta de arenitos (aliada a quartzitos em Ibitipoca), as formações vegetais de campos de altitude, a singularidade dos atrativos, o cuidado com o lixo, o nível de alterações na paisagem, os impactos provenientes da visitação, a interferência dos planos de manejo e as distâncias de pólos emissores.

Entretanto, estas similaridades, que se apresentam de forma exacerbada e nos chamam a atenção, na verdade são limitadas e cabe a pergunta: os aspectos destacados aproximam os parques ou acentuam suas assimetrias?

Ao se fazer uma análise mais aprofundada percebe-se que realmente existem semelhanças, entretanto, devido ao processo histórico de conformação territorial, gestão e evolução turística das unidades de conservação, cada uma teve um ritmo e um rumo individual, orientado por motivação preservacionista ou de uso intensificado do parque.

Com a expansão espacial do turismo e com a crescente diversificação no cenário mundial, o ecoturismo surge como uma proposta de atividade econômica pós-fordista, que pode promover a conservação ambiental. Entretanto, para que isso

aconteça, a atividade deve ser realizada com um compromisso mútuo de respeito e responsabilidade com a natureza e a comunidade envolvidas.

O ecoturismo deve ser dirigido a grupos especiais, evitando a concentração e a superação da capacidade de suporte do ambiente. O ecoturista não deve ser o turista comum, mas aquele que gosta e respeita a natureza, observa as peculiaridades da flora e fauna e interage com a população visitada.

Percebe-se que no Parque de Vila Velha as conformações territoriais provenientes de formas de gestão diferenciadas culminaram em um fluxo turístico controlado, que não permite grande liberdade de movimentação aos visitantes. Este aspecto não se mostra positivo para as bases e princípios do ecoturismo, entretanto, é fundamental no controle, avaliação e monitoramento dos impactos provenientes da prática turística, onde o parque mostra-se um modelo a ser seguido por outras unidades de conservação. Acredita-se que este posicionamento estratégico tenha sido motivado pelo intenso processo de degradação registrado em anos anteriores.

Atualmente o visitante tem a possibilidade de visita em três circuitos pré-determinados. Um que os conduz até os Arenitos, outro que visita as Furnas 1 e 2 e o último que leva à Lagoa Dourada. Todo o trajeto de acesso aos atrativos é feito em ônibus, sendo obrigatória a utilização do veículo do parque. Com essas características o tempo médio de visita dos atrativos é de três a quatro horas.

Neste sentido, poderiam ser almejadas ações que contemplassem os aspectos de recreação e ecoturismo no parque de Vila Velha. O parque possui uma área bastante relevante, que permitiria ao turista outras opções de lazer, desde que adequadas ao plano de manejo e zoneamento da unidade de conservação.

Estas medidas poderiam agregar um maior tempo de permanência dos turistas, que necessitariam de equipamentos turísticos de hospedagem, alimentação e transporte. Além disso, as deficiências advindas do relacionamento com a comunidade poderiam ser minimizadas, a partir da utilização do parque pela população como opção de entretenimento.

No Parque de Ibitipoca, percebe-se uma tendência de conformidade territorial semelhante, porém, idealizada em proporções inferiores. Seguindo um ciclo de vida comum a outros destinos naturais, a unidade também sofreu agressões e impactos

negativos relacionados com a intensificação e conseqüente superação da capacidade de carga do ambiente.

Pelas suas particularidades, o parque proporciona condições diferenciadas. Devem ser ressaltadas as dificuldades de acesso e a falta de infra-estrutura de apoio ao turista como fatores determinantes para que o ambiente permanecesse com o atual estágio de conservação. O Parque Estadual de Ibitipoca mostrou-se mais propenso ao desenvolvimento do ecoturismo, visto que já possui um relacionamento com a comunidade de Conceição de Ibitipoca. O tipo de turismo praticado no parque permite uma maior autonomia do turista, pois este pode arbitrar qual atrativo deseja visitar e quanto tempo deseja permanecer.

Entretanto, o parque apresenta problemas no que tange ao ordenamento territorial e de uso público. A falta de controle e monitoramento dos visitantes dentro do parque prejudica o controle dos impactos provenientes da visitação. Assim, torna-se necessária a implementação de ferramentas de controle do fluxo de turistas dentro do parque, no intuito de conhecer e mitigar os possíveis impactos trazidos pela superação da capacidade de suporte do ambiente, evidenciados pelo intenso processo de erosão nas trilhas do parque.

Como o tempo de permanências dos turistas em Ibitipoca é alto, os mesmos necessitam de infra-estrutura de hospedagem, alimentação e transporte. Isso é proporcionado pela Vila de Conceição de Ibitipoca, que atualmente possui total dependência do turismo no parque para desenvolver-se economicamente. Para que os preceitos do ecoturismo sejam implementados deve haver um ajuste nas conformidades hoje estabelecidas, dedicadas atualmente apenas à dimensão econômica.

Os aspectos relacionados à sustentabilidade ecológica e cultural estão sendo perseguidos constantemente, entretanto ainda devem ser tomadas medidas que contemplem os preceitos de educação ambiental. Ambos os Parques mostram-se em condições de atuar neste sentido, no entanto, não são verificadas medidas eficazes de educação ambiental para a população do entorno.

Outro aspecto analisado que se cumpre ressaltar trata da interferência da legislação e influência da gestão, planos de manejo e ordenamento territorial nas

características de similaridade dos parques. Acredita-se que os modos de gestão padronizados e uma legislação centralizada (Lei 9.985/2000), criam um balanceamento entre as unidades de conservação de mesma categoria. Os parques observados convergem para os mesmos objetivos, tentando criar formas de regulamentação e ordenamento do uso público nas unidades de conservação.

Esse fato mostra-se bastante positivo nos aspectos de planejamento, estrutura e manejo de parques estaduais. A preocupação com a conservação deve ser o objetivo principal das unidades de conservação de proteção integral. Isso foi verificado com a pesquisa, apesar do intenso viés turístico observado.

Entretanto, surge o questionamento acerca da homogeneização do turismo e dos turistas em áreas naturais protegidas. Pesquisas e observações de campo demonstraram um perfil muito similar entre os visitantes, fato que seria normal frente às preferências do ecoturista, não fossem as grandes equivalências na faixa etária, escolaridade, preferências e tamanho do grupo registrado. Nesse sentido cabe investigar até que ponto essas analogias são verdadeiras nos parques.

Com relação aos aspectos qualitativos da pesquisa cumpre salientar a identificação dos parques como ilhas de preservação dentro do contexto territorial. As unidades de conservação analisadas não trazem o devido retorno à comunidade. Os parques encontram-se demasiadamente encastelados, seja por limitações legais ou por opção dos gestores.

Este fato nos remete à teoria de relacionamento entre turismo e território. O turismo praticado de forma semelhante ao verificado nestas unidades de conservação poderia evoluir para a categoria de turismo sem território proposta por Knafou (1996). Os parques não podem ser territórios enclave, tampouco constituir uma relação de indiferença com a região que os acolhe. A criação intencional de turismo “fora do solo” deve ser evitada e a forma mais adequada de inserção territorial é a aproximação entre o parque e a comunidade ao qual ele está inserido.

Os parques têm condições e até obrigações de oferecer algo mais para a sociedade que os abriga. O ecoturismo só poderá ser implementado em bases sustentáveis se houver uma colaboração mútua e perene. A falta destas iniciativas proporciona cobranças de várias origens, recaídas principalmente nos gestores dos

parques e das prefeituras. Muitas destas cobranças poderiam ser atenuadas ou eliminadas se existissem projetos de ecoturismo ou educação ambiental que envolvessem a comunidade.

Desta forma, acredita-se que novas relações de poder e novos modelos territoriais tenham se delineado a partir da perspectiva dos parques, através de uma apropriação dos recursos naturais ou culturais, sendo o turismo a forma de consumo e vetor deste movimento.

Os impactos são uma consequência inevitável deste novo relacionamento, portanto, são fundamentais ações de planejamento no sentido de mitigar os impactos negativos e promover os impactos positivos. Portanto, são necessários instrumentos que conciliem a conservação ambiental, o turismo e os anseios da comunidade.

Acredita-se que o ecoturismo seja a chave de inclusão do turismo no modelo de desenvolvimento sustentável, pois pode ser realizado em áreas naturais protegidas ou não, envolve a comunidade local e, caso esteja baseado nos princípios universais da sustentabilidade, irá manter-se contínuo e permanente.

Espera-se que as considerações aqui apresentadas estimulem a discussão e a busca de novas abordagens sobre o tema. Conforme dito anteriormente, o trabalho não tem fim em si mesmo e devido ao dinamismo e incipiência do tema, diversas pesquisas ainda devem ser realizadas para avaliar a situação do turismo em áreas naturais protegidas. Assim, algumas temáticas relacionadas podem compor futuros trabalhos de pesquisa e aplicações práticas sobre o tema. Entre elas, sugere-se:

- Estudos para a verificação de novos modelos territoriais a partir da perspectiva de unidades de conservação;
- Estudos sobre os impactos ambientais do turismo em unidades de conservação;
- Pesquisas que contemplem a utilização de novas formas de abordagem estatística, principalmente relacionando objetos e eventos dentro de unidades de conservação.
- Avaliações das inter-relações entre os parques e entorno, para verificação dos níveis de envolvimento da população.

- Projetos que contemplem educação ambiental e ecoturismo, envolvendo o parque, os proprietários do entorno, a comunidade e os turistas;
- Elaboração de projetos que contemplem os aspectos identificados como oportunidades na metodologia DAFO dos parques e minimizem as suas fragilidades internas.

7. REFERÊNCIAS

- BENI, Mário C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora senac, 1997.
- BÉGUIN, F. **Le Paysage**. Paris, Flamarion, 1995.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planificación del espacio turístico**. México: Trillas, 1985.
- BUTLER, R. **The Concept of a Tourism Area Cycle of Evolution: Implications for Resources**. *Canadien Geographer*, 24, 1, 5-12pp. 1980.
- CAZES, G. **Fondements pour une géographie du tourisme et des loisirs**. Paris, Ed. Bréal, 1992.
- CHRISTALLER, Walter. **Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions-underveloped countries-recreational areas**. In: Regional Science Association. Paper 12, Lund Congress. 1963.
- CMMAD – **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CORIOLOANO, L.N.M.T. **Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo**. In *Turismo e Ambiente: Temas Emergentes*. Queiroz, O.T.M.M. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 167 p.
- DELGADO, Alexandre M. **Síntese histórica do Município de Lima Duarte**, 1962.
- DIAS, H. C. T.; FILHO, E. I. F.; SCHAEFER, C. E. G. R.; FONTES, L. E. F. & VENTORIM, L. B. **Geoambientes do Parque Estadual do Ibitipoca, município de Lima Duarte – MG**. *Rev. Árvore*, Viçosa – MG, v.26, n.6, p. 777-786, 2002.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 5ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- DIXON, J.A. e SHERMAN, P.B. **Economics of protected areas. A new look at benefits and costs**, Washington, DC: Island Press, 1990
- DRUMMOND, G. M.; MARTINS, C. S.; MACHADO, A. B. M; SEBAIO, F. A. & ANTONINI, Y (orgs.). **Biodiversidade em Minas Gerais, um atlas para sua conservação**. 2ª ed. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 2005
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002

FIGUEIREDO, S.L. & MANHI, C.A. **Análise comparativa de Paisagem em turismo: Sistemas de Referência.** In: Planejamento Turístico. Ruschmann, D.V.M & Solha, K.T (orgs). Barueri, SP: Manole, 2006.

FONTOURA, L. M. **Ecoturismo, planejamento e sustentabilidade: o caso do Parque Estadual de Ibitipoca – MG.** In: I Encontro Paranaense de Pesquisadores de Hotelaria e Turismo – EPHTUR. Campo Mourão, PR. 2006.

FONTOURA, L. M. & SIMIQUELI, R. F. **Análise da capacidade de carga antrópica nas trilhas do Circuito das Águas do Parque Estadual do Ibitipoca – MG.** Monografia de especialização. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2006.

FORZZA, R.C. & MONTEIRO, R.F. **Levantamento de espécies de Bromeliaceae no Parque Estadual do Ibitipoca, MG, Brasil.** Relatório apresentado ao Instituto Estadual de Florestas, MG, para renovação de autorização de coleta. 2004.

FRATUCCI, A. C. **Os Lugares Turísticos: Territórios do Fenômeno Turístico.** Niterói: Revista Geographia, ano 2, n. 4. 2000. 121-133p.

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza. **Sistema nacional de unidades de conservação (SNUC): aspectos conceituais e legais.** Brasília: Ibama/Funatura, 1989. 82 p.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GREER, T. & WALL, G. **Recreational hinterlands: a theoretical and empirical analysis.** Publication Series, Department of Geography, University of Waterloo, (No. 14) 227-246p, 1979.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha.** Curitiba, 2004.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Atlas de conservação da Natureza Brasileira: Unidades Federais.** São Paulo: Metalivros, 2004.

_____. **Roteiro Metodológico de Planejamento – Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.** São Paulo: Metalivros 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. 1994.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e a conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, Papirus, 2002

KNAFOU, R. **Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, A. B. (org.) **Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LINDBERG, kreg, HAWKINS, D.E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

McKERCHER, Bob. **Turismo de natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MMA. **Conselho Nacional de Meio Ambiente**. CONAMA: Resoluções. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais. **2004**.

MUNUERA ALEMÁN, J.L., RODRIGUEZ ESCUDERO, A.I. **Marketing Estratégico: Teoría y casos**. Madrid: Ediciones Pirámide, 1998.

MILANO, M. S. **Conceitos básicos e princípios gerais de planejamento, manejo e administração de unidades de conservação**. In: Universidade Livre do Meio Ambiente. Apostila do Curso de Manejo de Áreas Naturais Protegidas. Curitiba, PR. 2001.

NICOLÁS, D.H, (Org). **Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo**. In: Rodrigues, A. B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**, São Paulo: Hucitec, 1996.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002

PIRES, Márcio. **Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua Validação Através da Elaboração e da Aplicação de uma Metodologia ao Caso do Mercoeste**. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAUPP, M. & REICHLE, A. **Avaliação: ferramenta para melhores projetos**. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003.

RODELA, L. G. **Cerrados de altitude e campos rupestres do Parque Estadual do Ibitipoca, sudeste e Minas Gerais: distribuição e florística por subfisionomias de vegetação**. Rev. do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. 12:163-189. 1998.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e Limites**. São Paulo, Contexto, 2003

_____. **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RUSCHMANN, Doris V. M. **Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da Ilha João da Cunha**. In: LAGE e MILIONE **Turismo: teoria e prática**. São Paulo, Atlas, 2000.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SALIMENA, F.R.G. **Ecoturismo x Conservação dos Campos Rupestres**. In: Tópicos atuais em Botânica: Palestras convidadas do 51º Congresso Nacional de Botânica, p. 343-347, 2000.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M. & CASARIN, V. W. **Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução**. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, COBRAC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2004.

SEABRA, O. C. D. **O pensamento de Henri Lefebvre e a geografia**. Boletim Paulista de Geografia, Número 74, São Paulo: AGB, 1996

SILVA, J.X. & ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

SILVEIRA, M. A. T. da - **Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no Contexto Regional.** São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2002.

_____. Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. *In*: RODRIGUES, A. B.(org). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo, Contexto, 2003

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Brasília: MMA/SBF, 2000. 32p.

SOARES, O. **Furnas nos Campos Gerais, Paraná.** Scientia et Labor – UFPR. Curitiba – PR, 1989. 82p.

SOUZA, M.J.L. de **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** *In*: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

SOUZA, Marcelo José L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116

TAKAHASHI, L. Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do estado do Paraná.** Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná. Curitiba (PR), 1998. 129p.

TUAN, YI-FU **Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel. 1980.

URRY, John. **O Olhar do Turista: Lazer e Viagens nas Sociedades Contemporâneas.** Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VERA, J.F; PALOMEQUE, F.L; MARCHENA, M, J, ANTON, J. **Análisis territorial del turismo.** Barcelona: Editora Ariel, 1997

WALLACE, G. & PIERCE, S. M. **An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil.** Annals of Tourism Research, 1996.

WWF-Brasil. **Certificação em Turismo: Lições Mundiais e Recomendações para o Brasil.** Coordenação Sérgio Salazar; Série Técnica – Programa de Turismo e Meio Ambiente, Brasília, 2001.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional.** São Paulo: Plêiade, 1998.

ZIFFER, K. **Ecotourism: The Uneasy Alliance**. Conservation International and Ernst and Young, Washington, DC, 1989.

8. APÊNDICES

Anexo 01 – Entrevistas formuladas para o desenvolvimento da pesquisa



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de pós-graduação em Geografia

ANÁLISE COMPARATIVA DAS TERRITORIALIDADES NOS PARQUES ESTADUAIS DE IBITIPOCA – MG E VILA VELHA – PR

Entrevista formulada para o desenvolvimento da Pesquisa

Tema: O parque

Entrevistador: Leandro Martins Fontoura

Entrevistados: Gestores (gerente do parque estadual do Ibitipoca)

1. Parque Estadual do Ibitipoca – MG

- Divisão por categorias e assuntos

ASSUNTOS	CATEGORIAS
A unidade e o entorno	Territorialidade
Administração, gestão	Plano de manejo
Visitação	Impactos

Questões

Nome do gestor: _____.

Início da Gestão: ____ / ____ / _____. Data da entrevista: ____ / ____ / _____.

- 5) Como a administração do parque enxerga a apropriação do seu território pelo turismo?
- 6) Quais são os maiores conflitos registrados nessa relação dialética entre o uso público e o objetivo de conservação da unidade? Como eles são trabalhados para que ocorra a minimização destes conflitos?
- 7) Como o entorno tem se apropriado da prática turística e qual o seu relacionamento com a Unidade de Conservação?

- 8) Qual ou quais as principais mudanças você espera observar no parque, após a implementação do Plano de Manejo?
- Modos de gestão
 - Ordenamento territorial
 - Infra-estrutura
 - Recursos naturais
 - Visitação
 - Desenvolvimento Sustentável
 - Impacto Mínimo
- 5) Aponte as dificuldades e méritos alcançados pelo Plano de Manejo. Quanto ao:
- Conselho consultivo
 - Equipe administrativa do parque
 - Funcionários
 - Comunidade
 - Turistas
- 6) Quais as ações de manejo que a administração do parque realiza para corrigir impactos do uso público?
- 7) Quais as propostas para o monitoramento do fluxo turístico? Há propostas em execução? Quais? Houve algumas propostas que falharam? Especifique.
- 8) Como se deu o processo de determinação da capacidade de carga do parque?
- 9) Cite uma estratégia de planejamento para o parque, a qual acredita ser a mais necessária no momento atual.
- 10) Quais são as dificuldades que podem ser destacadas no processo de gestão da unidade de conservação?
- 11) Quais são as virtudes no que tange à administração do Parque?
- 12) Qual a importância e credibilidade do conselho consultivo do parque?
- 13) De que forma a efetividade de manejo da visitação e dos recursos naturais em áreas protegidas é garantida pelo plano?



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências da Terra
Departamento de Geografia
Programa de pós-graduação em Geografia

ANÁLISE COMPARATIVA DAS TERRITORIALIDADES NOS PARQUES ESTADUAIS DE IBITIPOCA – MG E VILA VELHA – PR

Entrevista formulada para o desenvolvimento da Pesquisa

Tema: O entorno

Entrevistador: Leandro Martins Fontoura

Entrevistados: Gestores (Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente)

1. Parque Estadual do Ibitipoca – MG

- Divisão por categorias e assuntos

ASSUNTOS	CATEGORIAS
A unidade e o entorno	Territorialidade
Administração, gestão	Plano de manejo
Visitação	Impactos

Questões

Nome do gestor: _____.

Início da Gestão: ____ / ____ / _____. Data da entrevista: ____ / ____ / _____.

- 1) Como a administração do parque enxerga a apropriação do seu território pelo turismo?
- 2) Quais são os maiores conflitos registrados nessa relação dialética entre o uso público e o objetivo de conservação da unidade? Como eles são trabalhados para que ocorra a minimização destes conflitos?
- 3) Como o entorno tem se apropriado da prática turística e qual o seu relacionamento com a Unidade de Conservação?
- 4) Qual ou quais as principais mudanças você espera observar no parque, após a implementação do Plano de Manejo?
 - Modos de gestão
 - Ordenamento territorial
 - Infra-estrutura

- Recursos naturais
- Visitação
- Desenvolvimento Sustentável
- Impacto Mínimo

- 5) Qual a importância e a credibilidade do conselho consultivo do parque?
- 6) A administração municipal realiza ações para corrigir ou adequar os impactos do uso público no entorno do parque?
- 7) Quais as propostas para o monitoramento do fluxo turístico? Há alguma em execução? Qual? Houve algumas propostas que falharam? Especifique
- 8) Quais são as maiores reivindicações da população de Conceição do Ibitipoca junto ao poder público municipal? E com relação ao desenvolvimento do turismo?
- 9) Quais são os aspectos ambientais críticos na comunidade? Qual a atuação da prefeitura neste sentido?
- 10) Como é o relacionamento de órgãos como COMTUR, circuito, conselho consultivo e ong's junto à comunidade, turistas e o parque?
- 11) Existe algum programa, projeto ou plano de desenvolvimento do Ecoturismo? Qual?
- 12) Para a prefeitura qual é o papel do turismo no desenvolvimento social, econômico e ambiental? Quais são as ações efetivas de concretização deste papel?
- 13) Quais os principais problemas trazidos pelo turismo em Conceição de Ibitipoca e região?
- 14) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades no processo de gestão do entorno do parque? Como a prefeitura pode auxiliar no processo de mitigação dessas dificuldades?
- 15) Quais são as maiores virtudes no que tange à administração do entorno do parque?



Universidade Federal do Paraná
Programa de pós-graduação em Geografia
Análise comparativa da Territorialidade do Turismo nos Parques Estaduais de Ibitipoca (MG) e Vila Velha (PR)
PESQUISA DE INDICADORES ECOLÓGICOS

Nome do visitante: _____

Data: ____/____/____ Horário: _____ Ponto(local)de referência: _____

Estado/Cidade de origem: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____

Você veio em grupo de quantas pessoas? _____

Ao visitar o Parque o que lhe chamou mais a atenção? Por quê? - _____

OBSERVAÇÕES DO VISITANTE

- | | | | |
|--|---------|---------|-------------------|
| ▪ Árvores Danificadas/Raízes Expostas | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Áreas sem vegetação (clareiras) | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Solo Compactado (pisoteado) | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Acessos Secundários | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Lixo/resíduos/dejetos | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Encontro com outros grupos | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Ruído provocado por outros grupos | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Conservação dos atrativos | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Alterações na Paisagem | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Boas condições das trilhas, mirantes e atrativos | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Qualidade da infra-estrutura de visitação | () Sim | () Não | () Não Observado |
| ▪ Segurança | () Sim | () Não | () Não Observado |